

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES – CCHLA
PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH

**MEMÓRIAS FLAGELADAS: A CONSTRUÇÃO DA SECA NA REGIÃO DO
CARIRI CEARENSE (1958 – 1970)**

BARTOLOMEU HUMBERTO DE SOUSA

Orientador: Prof. Dr. Raimundo Barroso Cordeiro Jr.

Linha de Pesquisa: História Regional

João Pessoa – PB

Julho - 2016

***MEMÓRIAS FLAGELADAS: A CONSTRUÇÃO DA SECA NA REGIÃO DO
CARIRI CEARENSE (1958 – 1970)***

BARTOLOMEU HUMBERTO DE SOUSA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimentos às exigências para obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração em História e Cultura Histórica.

Orientador: Prof. Dr. Raimundo Barroso Cordeiro Jr.

Linha de Pesquisa: História Regional

João Pessoa – PB

Julho - 2016

S725m Sousa, Bartolomeu Humberto de.

 Memórias Flageladas: a construção da seca na região do Cariri cearense (1958 – 1970) / Bartolomeu Humberto de Sousa. – João Pessoa, 2016.

112f.

Orientador: Raimundo Barroso Cordeiro Jr.

Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA

1.História Regional. 2. Chapada do Araripe. 3. Secas –

Região do Cariri – Ceará. 4. Secas – Narrativas orais – Registros escritos

UFPB/BC

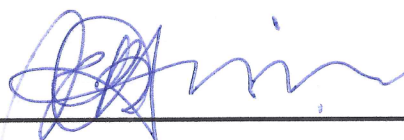
CDU:981.422(043)

**MEMÓRIAS FLAGELADAS: A CONSTRUÇÃO DA SECA NA REGIÃO DO
CARIRI CEARENSE (1958 – 1970)**

Dissertação de Mestrado avaliada em 29 / 07 / 2016 com conceito

APROVADO

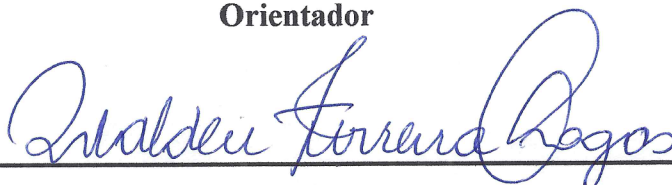
Banca Examinadora



Prof. Dr. Raimundo Barroso Cordeiro Jr.

Programa de Pós Graduação em História – UFPB

Orientador



Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas – UEPB

Examinador Externo

Prof. Dra. Cláudia Engler Cury

Programa de Pós Graduação em História – UFPB

Examinador Interno

**À Deus, Criador do Céu e
da Terra. Honra e Glória,
para todo o sempre, Amém**

AGRADECIMENTOS

A memória, por ser uma construção do (in) consciente, é, por essência, seletiva. A meu ver, não a podemos controlar. Funciona como uma força maior sobre as nossas cabeças, escolhendo aquilo que ela mesma *julga* importante, mais *digna* de ser lembrada por nós mesmos. Se assim não o fosse, escolheríamos como um livro tudo *aquilo* que nós mesmos, pela razão intrínseca do ser humano, queríamos recordar. Apagaríamos os momentos considerados ruins de nossa memória, e separaríamos, portanto, os bons, se assim tivéssemos o poder. Se desta forma o fosse, ou seja, se a pudéssemos controlar, não necessitaríamos de diários, fotos ou vídeos. Seríamos os senhores de nossas próprias lembranças. Mas penso isso como não sendo verdade. Portanto, minha memória acusa lembrar aqui de todas as pessoas que de algum modo estiveram presentes em minha caminhada acadêmica, e que fizeram de mim a pessoa que sou hoje. Uma pessoa que, assim como todos os seres humanos viventes nesta terra, têm defeitos, mas que também mantém uma sede insaciável de aprender.

Minha memória trás a minha família para as recordações, e os coloca como espaço privilegiado na minha vida, me apoiando em todos os sentidos possíveis. Por isso, registro neste espaço os nomes de Meu pai (José) e minha Mãe (Miralva), duas pessoas especiais. Registro ainda os nomes de meus irmãos Cícero e Raimundo, bem como as três *Anas* (Maria, Géssica e Paula), meus primos, tios, avôs, cunhados (as) e amigos, pessoas especiais e que sentiram e ainda sentem saudades deste Historiador.

Martela em minhas lembranças as muitas tardes e noites, entrevistando e conversando com as pessoas que nos concederam entrevistas. São muitas, e por isso os nomes serão colocados nas partes reservadas para as fontes nas paginas finais deste trabalho. Todavia, os muitos cafés, as risadas, as tristezas quando da rememoração e ainda as expressões de vencedores em cada finalização dos encontros e entrevistas, ficaram registradas na memória. Alguns já se foram, mas suas memórias foram historicizadas. A estes, aqui minha homenagem.

Os professores do Departamento de História da Universidade Regional do Cariri – URCA são lembrados por minha memória. Os nomes dos professores Cícero Joaquim dos Santos, Jucieldo Alexandre, Ana Isabel Cortez, Antonio José, Darlan Reis Jr., Fábio Queiroz, entre muitos outros que, com seus conhecimentos, me possibilitaram chegar até aqui, com fé e perseverança.

Ainda é imperioso destacar os nomes dos meus conterrâneos caririenses, colegas de graduação e da vida, que estiveram comigo em cada caminhada, mesmo que de longe, sempre torcendo, incentivando e dando seu apoio. Minha memória insiste e escrever aqui os nomes de Marcos Antonio Alves Barros, Fernando Feitosa e, ainda, o mestre dos mestres, Rubens Ferreira. Quantas saudades desta equipe maravilhosa!!!

Como a memória não tem fronteiras, mas percorre espaços com sua imaginação, saio do meu Ceará até chegar à Paraíba, e nisso muitas *flashes* mnemônicos se apresentam. Assim, minhas lembranças acusam a pessoa de Waldeci Ferreira Chagas, pela qual não encontro adjetivos para descrever o quanto é especial. Que me ensinou sobre a História e sobre a própria vida, em como ser um humano de verdade. Agradeço a ele e a sua família acolhedora, pela estadia na Paraíba, e pelas muitas contribuições dadas até aqui e, certamente, pelas que virão em breve. A este camarada, minhas mais sinceras saudações.

Ao meu orientador e conterrâneo cearense, o professor Raimundo Barroso Cordeiro Jr., o qual fez muitas contribuições a este trabalho, apoiando em minhas decisões, e sempre trazendo boas ajudas para a execução desta pesquisa, através de seus conhecimentos. Agradeço também aos professores do PPGH – UFPB, que contribuíram demasiadamente na elaboração desta pesquisa.

Aos meus colegas do mestrado, principalmente meu irmão em Cristo Marcondes Alexandre, que, assim como eu, veio de longe, do Rio Grande do Norte, para fazer e pensar a História. Cito ainda Jadson Viera, Isaac e Márcia (também minha conterrânea), dentre muitos outros, que ajudaram com contribuições valiosas. A todos estes meus desejos de saúde, felicidade, amor e carinho.

Por ultimo, minha memória vem trazer de forma genérica meus sinceros agradecimentos a todos os meus amigos e familiares que aqui não puderam ser citados, mas que se apresentam em lugares especiais em minhas memórias. A todos estes, meus abraços e beijos, minhas alegrias, meus sorrisos. E que Deus esteja com cada um de nós.

RESUMO

Este trabalho – vinculado à linha de pesquisa *História Regional* do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, com Área de Concentração em História e Cultura Histórica – objetiva discutir e analisar as memórias produzidas sobre as secas na Região do Cariri cearense, engendradas a partir das narrativas orais e dos registros escritos, destacando as particularidades e singularidades existentes sobre a Região, mapeando e discutindo as rupturas e permanências culturais, geografias e históricas sobre a historiografia tradicional. Desta forma, é necessário entender e situar no tempo e no espaço as características da Região caririense em contrapartida ao Estado do Ceará e mesmo do Nordeste, contextualizando estas peculiares existentes desde a colonização, analisando as primeiras culturas e atividades econômicas, proporcionadas pelo clima favorável decorrente da Chapada do Araripe. De forma mais acentuada, nossa análise volta-se ao Século XX, mais precisamente nos anos 1958 e 1970, para perscrutar as constantes *variações* mnemônicas e representativas destas secas que ocorreram *na* Região. Assim, tornou-se interessante entender como ocorre o processo de construção das memórias sobre as secas, procurando meditar as tensões que envolvem as narrativas orais e os registros escritos, analisando, ainda, as disputas por estas memórias.

Palavras – Chave: Chapada do Araripe, Secas, Memória, História Regional.

ABSTRACT

This work - linked to the line of research Regional History Graduate Program in History at the Federal University of Paraíba, with Concentration Area in History and Historical Culture - aims to discuss and analyze the memories produced on droughts in the Region of Ceará Cariri engendered on oral narratives and written records, highlighting the particularities and peculiarities of the region, mapping and discussing the ruptures and continuities cultural, geographic and historical on traditional historiography. Thus, it is necessary to understand and situate in time and space characteristics of caririense Region in contrast to the state of Ceará and even the Northeast, contextualizing these features since colonization, analyzing the first crops and economic activities, provided by the favorable climate resulting from Araripe. More sharply, our analysis back to the twentieth century, more precisely in the years 1958 and 1970 to analyze the constant mnemonic and representing variations of these droughts that occurred over the region. Thus, it became interesting to understand how is the process of building the memories of the drought, looking meditate on tensions involving oral narratives and written records, analyzing also disputes by these memories.

Keywords: Representations, Droughts, Memory, Regional History

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	01
2 – O CARIRI CEARENSE UM OÁSIS EM MEIO AO SERTÃO	08
2.1 – COLONIZAÇÃO, ESPAÇO E PRIMEIRAS CULTURAS NO CARIRI.....	10
2.2 – PRIMEIRAS ATIVIDADES ECONÔMICAS NO CARIRI.....	12
2.3 – A IMPRENSA CEARENSE E A SECA DE 1932	17
3 – A SECA, O HOMEM E A HISTÓRIA: REPRESENTAÇÕES SOBRE AS SECAS NO CARIRI CEARENSE (1958 – 1970)	24
3.1 - HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA: A <i>CONSTRUÇÃO</i> DO “PROBLEMA” DA SECA NO NORDESTE – ALGUNS DIÁLOGOS.....	23
3.2 – DISCUSSÕES SOBRE O “PROBLEMA”: AS ‘REAIS’ CAUSAS PARA A OCORRÊNCIA DA SECA NO NORDESTE	29
3.3 – A “EXPLICAÇÃO” DA SECA PELO VIÉS TECNICISTA	32
3.4 – ANÁLISES SOBRE A SECA DE 1958 NO CARIRI CEARENSE	35
3.5 – REFLEXÕES SOBRE A SECA DE 1970 NO CARIRI CEARENSE	41
4 – ENTRE A MEMÓRIA E A HISTÓRIA: A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO DA SECA NA REGIÃO DO CARIRI CEARENSE (1958 – 1970).....	55
4.1 – A SECA COMO UM FENÔMENO CULTURAL, POLÍTICO E SOCIAL	55
4.2 – ENTRE A MEMÓRIA E A HISTÓRIA: LIMITES E POSSIBILIDADES DE UMA PESQUISA.....	59
4.3 – A CONSTRUÇÃO DA SECA DE 1958: O MELHOR INVERNO DE MINHA VIDA	67
4.4 – “QUANDO O PAI – GOVERNO E A MÃE – SUDENE NOS ABANDONAM”: A CONSTRUÇÃO DA SECA DE 1970 NA REGIÃO DO CARIRI CEARENSE	77
4.5 – HISTORICIZANDO A FOME: MEMÓRIAS DE SOBREVIVÊNCIA	85
5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
REFERÊNCIAS	95

1 - INTRODUÇÃO

*Setembro passou com Oitubro e
Novembro, já tamo em Dezembro
meu Deus que é de nós? Assim fala
o pobre do seco Nordeste, com
medo da peste da Fome Feroz.¹*

A poesia *A Triste Partida*, composta por Patativa do Assaré e *cristalizada* na voz de Luiz Gonzaga expressa e encontra consonância nas memórias orais daqueles que, direto ou indiretamente, vivenciaram o drama da seca em todos os sentidos possíveis. As palavras versadas na poesia retratam em sintonia e em etapas delimitadas o início de uma jornada, o amanhecer do drama, a angústia, a dor, o sofrimento, as lágrimas, enfim, as *sensibilidades* engendradas sob as perspectivas de uma situação que poderia ser equiparadas a uma *peste*, um “Anjo do Extermínio,”² que percorre os sertões e assola plantações e animais. Assim é a seca nas memórias de muitos.

Patativa ainda registra em forma de versos a ansiedade mesclada na crença sertaneja baseadas em experiências naturais que podem identificar os “bons invernos” ou a seca em si, através das pedras de sal, das barras de nuvens e até mesmo dos dias certos consagrados aos santos populares, postos como padroeiros dos próprios sertanejos, em uma sintonia de sensibilidades e subjetivadas nos prismas mnemônicos de representatividades. Desta forma, este imaginário religioso é consagrado na memória como *digna* de lembrança e percorre as narrativas e consciências daqueles que procuram rememorar o passado.

Pensando nesta imensidão de significados mnemônicos e padrões de representatividade presentes nas mais diversas abordagens da Nova História Cultural e na revolução do conceito de fonte histórica, dadas principalmente a partir da década de 1980, temos a História Oral Temática como campo privilegiado para a análise histórica, elegendo a memória como campo possível de análise do passado e passível de ser

¹ Ver: ASSARÉ, Patativa. *Triste Partida*. In: **Ispinho e Fulô**. 3ª Ed. Fortaleza-CE: 2001; & ASSARÉ, Patativa. *Nordestino sim, nordestinado não*. In: **Ispinho e Fulô**, 3ª Ed. Fortaleza-CE: 2002.

² Jucielito Alexandre fazendo referência à epidemia de Cólera Morbus que assolou o Cariri cearense no Século XIX. Ver: ALEANDRE, Jucielito Ferreira. **QUANDO O “ANJO DO EXTERMÍNIO” SE APROXIMA DE NÓS**: representações sobre O Cólera no Semanário cratense *O Araripe*. 2010. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal da Paraíba.

estudado. Assim, pensamos em considerar as memórias produzidas sobre as secas na Região do Cariri Cearense, de maneira a entender como a mesma se constitui em uma área geográfica tida como particular e/ou singular e até mesmo *atípica*, quando a pensamos existir no epicentro do seco sertão cearense, mas privilegiada pela Chapada do Araripe, que possibilita o clima verde e úmido na maior parte do ano. Ainda assim, é importante entender como a seca *funciona* nas memórias orais e nos registros escritos disponíveis, mapeando as variações mnemônicas e as tensões que envolvem as narrativas orais e os registros escritos.

Contudo, sabemos que trabalhar com a História Oral é adentrar em um mundo de variadas representações, e o historiador deve manter o compromisso de tornar-se participante no processo de rememoração.

A princípio, recorrer às fontes orais significava mergulhar na mais pura fantasia, pois as narrativas estavam passíveis de mudanças no inconsciente das pessoas, pelas quais se deixavam “levar” pelo “sentimentalismo ou saudosismo, desfigurando a realidade histórica.” (NAZARENO, 2011, p. 38). Todavia, como dissemos anteriormente, as mudanças ocorridas na produção historiográfica, a partir da década de 1980, possibilitaram aos historiadores *enxergar* o passado não simplesmente a partir de “novas” fontes de pesquisa, mas de novas *lentes* de visualização, e isso ocasionando em novas “perguntas” para (re) interpretar o passado.

A partir daí surgem novos procedimentos metodológicos que assinalam *novas* formas de se trabalhar a História como Ciência, destacando métodos diversificados no trato com as fontes, e, portanto na maneira de o historiador trabalhar o passado no presente. É nesta crise paradigmática de explicação que a história oral ganha terreno, e sua importância vai além de uma mera fonte que visava “democratizar” o passado, dando voz aos “excluídos da História.”

Tendo em vista tais questões, acreditamos na possibilidade de estudar as memórias sobre as secas a partir das contribuições de Sandra Pesavento para a Nova História Cultural³, destacando a amplitude das fontes e as possíveis interpretações disponíveis para o historiador, a partir dos critérios metodológicos da História Oral Temática, engendrados sob as perspectivas de Alessandro Portelli.

³ Sobre a Nova História Cultural, ver: PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História cultural**. Belo Horizonte: Editora autêntica, 2004; e BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Tradução de Sergio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

Segundo Pesavento, para que o campo da Nova História Cultural se configurasse foi necessário mudanças epistemológicas que fundamentassem novos olhares, surgindo conceitos que pudessem auxiliar o historiador nas interpretações históricas. Neste sentido, os conceitos *representação* e *sensibilidade* (PESAVENTO, 2004, p. 39) surgem como métodos analíticos que (re) orientam os pesquisadores em suas análises. As *representações* foram incorporadas à História, segundo formulações de Mauss e Durkheim. Para Pesavento, “representar é, pois, fundamentalmente, estar no lugar de, é *presentificação* de um ausente; é um apresentar de novo, que dá a ver uma ausência.” (Idem, p. 40) ⁴

Peter Burke (BURKE, 2005, p. 99), no entanto, argumenta que alguns praticantes da História Cultural sentem um certo desconforto com o conceito de representação, sendo que esta parece “ significar que imagens e textos simplesmente refletem ou imitam a realidade social.” Com isso, Burke chama a atenção para o conceito de “construção” ou produção da realidade, por meio das representações desta, ou seja, por meio dos vestígios, dos restos, das fontes. Assim, segundo Burke, a realidade histórica é construída, inventada a partir das representações.

Roger Chartier escreve que o principal objetivo da História Cultural é “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler.” (CHARTIER, 1990, p. 17). As questões apresentadas pelo autor à história cultural destacam aspectos inerentes a metodologia histórica, no trato com as fontes, sobre os significados que esta pode comportar, ou seja, como o historiador pode “ler” “pensar” e “construir” determinada realidade social em determinados períodos, através das análises quantitativas e qualitativas das fontes históricas. Com isso, segundo Chartier, “a tradição do idealismo crítico designa assim por ‘forma simbólica’ todas as categorias e todos os processos que constroem o mundo como representação.” ⁵

Sendo categoria central para a Nova História Cultural, as representações transformam a realidade pelas percepções, os sentimentos, no que tange aquilo que Sandra Pesavento diz portar o simbólico, ou seja, “dizem mais daquilo que mostram ou

⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História cultural**. Belo Horizonte: Editora autêntica, 2004.

⁵ Idem: p.19

enunciam, carregam sentidos ocultos, que, construídos social e historicamente, se internalizam no inconsciente coletivo.”⁶

Neste sentido, a memória social⁷ permite significados diversos para a pesquisa histórica uma vez que é vista como uma construção social elaborada e (re) elaborada no presente. Assim, Portelli (PORTELLI, 1981, p. 26) chama atenção para as particularidades existentes entre fontes orais e escritas, onde ambas apresentam características autônomas e funções específicas que somente uma ou outra pode preencher.

Em se tratando de fontes orais, não necessariamente importa a aderência específica ao fato estudado, mas os focos e modos narrativos, bem como as relações de representatividade ali sobrepostas, importando as afirmações e, principalmente, as aspirações, a imaginação, os desejos, enfim, as *sensibilidades*⁸ inerentes aos sujeitos que rememoram seus passados vividos. Com isto, busca-se captar as subjetividades⁹ presentes nas narrativas orais, visando estabelecer não a “verdade” dos fatos, mas as relações de verdades presentes nas construções mnemônicas destes fatos.

Neste sentido, para que as relações de representatividades ocorram é necessária certa aproximação entre sujeito investigado e investigador, objetivando captar os graus de subjetividade presentes nas memórias dos indivíduos. Assim, o “conteúdo das fontes orais depende largamente do que os entrevistadores põem em termos das questões, diálogos e relações pessoais.”¹⁰ Os entrevistadores, pois, tem o poder de manifestar as

⁶ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História cultural**. Belo Horizonte: Editora autêntica, 2004. p.41.

⁷ Sobre o conceito de *Memória Social* ver: FENTRESS, James e WICKHAM, Chris. **Memória Social**. Lisboa: Editora Teorema, 1992.

⁸ Para Pesavento, as sensibilidades funcionam como uma espécie de *assalto* ao mundo cognitivo, pois lidam com as sensações, com o emocional, com a subjetividade. p56. Em história oral, as sensibilidades e/ou subjetividades podem ser literalmente observadas no momento da entrevista, onde se estabelece uma troca de experiências entre investigador e investigado, em uma relação recíproca, acontecendo aquilo que Alessandro Portelli denominou de *entre/vista*, ou seja, a troca de olhares e pontos de vista existente nas entrevistas de história oral. Ver PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de História Oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

⁹ Alguns historiadores criticam a história oral quando argumentam existir “distorções” inerentes à arte de rememorar o passado. Todavia, as dimensões alcançadas apontam que tais distorções, em vez de serem problemas, tornam-se em recurso para a interpretação histórica. Ver: THOMSON, Alistair; FRISCH, Michael & HAMILTON, Paula. **Os Debates Sobre Memória e História**: alguns aspectos internacionais. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaina (Orgs.). **Usos e Abusos da História Oral**. Ed 8. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

¹⁰ PORTELLI, Alessandro. O que Faz a História Oral Diferente. **Projeto História**, v.1, nº 14, p.25-39. São Paulo, 1997. p35

questões, mas está sob a figura do narrador a constituição das representações destas questões, e estas ditas questões são plurais, metafóricas.¹¹

As questões apresentadas por Pesavento refletem os critérios metodológicos da historia oral, uma vez que o historiador não deve ater-se necessariamente aos significados literais dos acontecimentos construídos pela memória, limitando-se em fatos concretos das narrativas. Deve, sobretudo, refletir nas circunstâncias da composição mnemônica, enfatizando aspectos julgados como fatores que comporta significados, mesmo que não estejam atrelados a uma “verdade” dos fatos.

O indivíduo, no ato de recordar, constrói sua própria realidade tendo como ponto de partida aquilo que de fato viveu. Todavia, sua recordação está coadunada com aspectos que foram e estão sendo vivenciados *a posteriori*, de forma híbrida, onde as relações passado-presente estão indissociáveis, fundidas e diretamente ligadas ao social e ao indivíduo ao mesmo tempo.

Tendo em vista estas questões, este estudo se divide em três capítulos que fazem uma consonância entre si, quando se busca compreender as memórias orais no Cariri cearense, sempre focando a nosso estudo para a particularidade geográfica e cultural que envolve a região. O primeiro capítulo, intitulado *O CARIRI CEARENSE: UM OÁSIS EM MEIO AO SERTÃO*, busca analisar e contextualizar a região em seus padrões geográficos e culturais, destacando o clima proporcionado pela Chapada do Araripe, os primeiros registros de viajantes sobre a região, adentrando no contexto da produção literário - científico de viajantes e intelectuais do século XIX.

Ainda pareceu-nos interessante entender o contexto de elaboração do discurso que levaram muitos a definir o Cariri como um *Oásis* em meio ao sertão cearense e até mesmo nordestino que o circunda. Este clima possibilitou o desenvolvimento de muitas culturas que desde a colonização alcançou êxito econômico, destacando-se diante do próprio Estado do Ceará na produção da cana de açúcar. Uma área considerada plural, e que se apresentava como sendo uma outra província, defendida nos jornais da época, intelectuais e representantes políticos, que cogitaram a sua separação da Província.

¹¹ Sandra Pesavento escreve que o Historiador deve estar atento as metáforas presentes nas memórias orais existentes nas narrativas (PESAVENTO, 2004:11)

O capítulo dois se propõe a entender a seca como um processo de construção social, ou seja, que as políticas públicas e assistencialistas, em suas deficiências, também são responsáveis pelo sofrimento dos flagelados, fazendo com que não necessariamente a ausência ou irregularidades de chuvas sejam, por si só, responsáveis pelos problemas oriundos das secas. Assim, faz-se necessário analisar as fontes disponíveis para mapear os discursos dos representantes políticos no que diz respeito às medidas ou tomadas de providências para o combate as secas.

Com isso, analisar as cartas de representantes dos órgãos de liderança ou destaques dentro das principais cidades do Cariri, tendo como exemplo a Associação Comercial, que diversas vezes fazia apelos e mostrava dados concretos de que a seca era real, e que por isso tornava necessário medidas de emergência. O ensaio em questão busca mapear estes discursos, apoiados em dados de Instituições como o ETENE, para compreender o contexto e teor das principais questões discutidas nos contextos da seca de 1958 e 1970, o qual também é o foco do segundo capítulo.

Por ultimo, foi-nos pertinente tentar mapear os mais variados discursos sobre as secas de 1958 e 1970 na Região do Cariri Cearense. É fato que, dadas as circunstâncias históricas e contextuais da época em que vivemos, em comparação das épocas pretéritas, as secas do passado não mais se desdobram com a mesma intensidade sobre a atualidade. Pode haver secas maiores hoje, com a mesma intensidade que em 1877, por exemplo. Todavia, a ‘evolução’ de políticas públicas e os avanços tecnológicos como um todo de certa forma amenizam os efeitos materiais sobre a população. Contudo, é absolutamente importante historicizar as memórias de outrora, tornando-se, pois, patrimônio para as gerações futuras, que podem ter contato com as memórias da outrora.

Neste sentido, analisar as memórias sobre as secas constitui tarefa importante para se entender as mais variadas subjetividades, representações e sensibilidades sobre as secas, como uma tarefa de representar o passado vivenciado no presente vivido. Este recorte na memória foi feito e desenhado pelos próprios narradores, uma vez que em suas vidas as duas secas em questão (1958 e 1970) foram cristalizadas com maior intensidade, dadas as particularidades de cada uma.

Assim, tendo como suporte teórico-metodológico da História Oral Temática e das questões inerentes à Nova História Cultural, torna-se instigante compreender como

as memórias orais produzidas sobre as secas são construídas, moldadas e compartimentadas pelos sujeitos que as vivenciaram. Pretende-se, neste capítulo, tentar mapear as disparidades mnemônicas de representação, as tensões naturais que envolvem as elaborações dos discursos presentes nas fontes tradicionais e nas próprias narrativas, marcando as disputas por lugares de falas nestas próprias fontes. Uma verdadeira viagem sobre as secas nas narrativas orais, *visualizando* literalmente as emoções de outrora contida nos discursos.

2 - O CARIRI CEARENSE: UM OÁSIS EM MEIO AO SERTÃO

Em suas viagens ao Brasil entre os anos de 1836 e 1841, o naturalista escocês George Gardner visitou o Ceará, e destacou as particularidades inerentes e específicas da região. A fisiologia cearense é destacada a partir do clima paisagístico, sendo que as plantações, os animais, enfim, toda a característica geográfica é documentada em sua essência. Todavia, o Cariri é destaque em suas observações. Observa as formações rochosas, os peixes, os fósseis encontrados. Abre destaque para os tipos de terrenos e suas formações, tendo a Chapada do Araripe como epicentro das questões mais particulares. Comentando acerca das análises de Gardner sobre o Cariri, Melquiades Pinto Paiva destaca que:

A vegetação era mais rica de grandes arvores muitas delas permanentemente verdes, principalmente no Vale do Cariri, onde a fertilidade do solo é devido às fontes de jogam no sopé da Chapada do Araripe. No tocante ao solo, as formações arenosas e costeiras começaram a ser mostras com pedras de gneiss a partir da Passagem das Pedras, até serem substituídas pelos terrenos sedimentares.(...) Com referencia a Chapada do Araripe, informa ser ela constituída por arenito esbranquiçado ou ferruginoso, em cujo planalto se encontra vegetação esparsa e de pequenas arvores(PAIVA, 1993, p. 79)

É justo conjecturar que Gardner provavelmente deva ter se impressionado com a ‘ilha verde’ do Ceará, ao perceber seu entorno seco em determinadas partes do ano. Uma região que mantém vastas vegetações como ele mesmo descreveu, e que apresenta uma variedade de animais e peixes, espaço privilegiado para análises de um naturalista botânico. “A beleza da tarde, a frescura vivificante da atmosfera, e a opulência da paisagem”, disse o cientista escocês sobre o Cariri. E complementa ainda, quando afirma que “tudo tendia a produzir uma alacridade de espírito que só a amante da natureza pode experimentar e que, em vão, desejei fosse duradoura porquanto me sentia bem não só comigo mesmo como ‘em paz com todos sobre a terra.” (Pinheiro *apud* Gardner, 1950, p.1).

Os olhos leigos de longe podem ver o Cariri na designação de Sertão. Irinel Pinheiro (1881-1954) historiador e jornalista cratense já havia dito que o Nordeste é

visto como espaço regional de seca pelo país afora, e que o Sertão reflete a imagem da seca, sendo que esta construção cultural sobre o Nordeste tergiversa outras especificidades, como o Cariri cearense por exemplo. Segundo ele:

(...) em geral, não se julgam sertanejos os caririenses. Em virtude de um certo orgulho nativista, talvez por que o termo sertão não lhes dê a idéia de zona seca e estéril, acham que sua terra, muito bonita e fértil, não deve incluir-se na sua designação. O Cariri é rico e lindo, não pode ser sertão. (PINHEIRO, 1950, p.1).

Irinel Pinheiro está destacando uma questão interessante sobre a população da região em suas origens, de não aceitação da terra Cariri como sendo parte do sertão nordestino cearense. Esta não aceitação de identidade sobre a região pela própria população é notória e até mesmo justa, uma vez que se emprega ou se tem como identidade, seja por costumes ou qualquer outra questão, o termo ‘sertão’ como área seca, de mata rasteira e de clima quente.



Região Metropolitana do Cariri cearense

Assim, o Cariri não se encaixava nestas condições por apresentar em seu território rios e cachoeiras que se mantinham perenes na maior parte do ano, além de uma paisagem que se mantinham verde, tudo isso proporcionado pela chapara do Araripe nas divisas do Ceará com os Estados do Piauí e Pernambuco. Assim, são estas as questões que fazem do Cariri uma região considerada como particular/diferente do

espaço limítrofe entre as micro regiões dentro do Estado do Ceará, e até mesmo do Nordeste.

Nas páginas seguintes procuraremos direcionar nossa atenção para os conjuntos de fatores e particularidades que fazem do Cariri um determinado espaço envolto de particularidades geográficas, históricas e culturais que preconizam o diferente entre a homogeneidade do Sertão. Assim, é de extrema importância analisar a historiografia sobre a região, de maneira a discutir e problematizar os aspectos considerados pertinentes para uma melhor compreensão do Cariri cearense na sua estrutura sócio-cultural e histórica.

2.1: COLONIZAÇÃO, ESPAÇO E PRIMEIRAS CULTURAS NO CARIRI

A Região do Cariri cearense, situada nas fronteiras dos Estados da Paraíba, Pernambuco e Piauí, em cujo território fazem parte as cidades de Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha, Caririáçu, Farias Brito, Jardim, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri, hoje apresentam o terceiro maior pólo de indústria de calçados do país, e ainda o maior centro universitário do interior do Ceará.

O nome Cariri deveu-se aos seus primeiro aborígenes, a saber, os índios Cariris, que ocupavam a maior parte da região sul do interior cearense, em contraste e disputas territoriais com seus vizinhos, os tupis. A colonização no Ceará deu-se ainda no século XVII com Pedro Coelho, e posteriormente com Martins Soares Moreno, que buscavam percorrera a mata até então virgem para os europeus, e evitar a estadia de piratas e etnias agressivas que impediam o desbravamento da região.

Todavia, a primeira penetração em terras Caririenses ocorreu também por volta do século XVII, através dos irmãos Lobato Lira, e com padres jesuítas que decidiram percorrer o interior. Para João César Abreu e Roberto Cruz (2010, p. 247) “o processo de ocupação da chamada Região do Cariri seguiu os mesmos moldes do resto do Brasil, quanto ao massacre aos povos que aqui viviam.”

Desta forma, aos poucos os índios cariris foram exterminados e expulsos de suas regiões, iniciando-se, assim, o processo de ocupação propriamente dito. No contexto de produção colonial nordestina, o Crato, a princípio, se figurava como importante produtor de açúcar, sendo que este destaque dava-se pelas formas climáticas que dispunha pela Chapada do Araripe. Aos poucos, os engenhos de açúcar iam se formando, desenhando a economia caririense que se destacava ao lado da criação de gado.

O Cariri virou protagonista nas discussões políticas que aos poucos se tornava madura. Assim, ainda se cogitou pensar o Cariri como uma região distinta do Ceará pelas suas particularidades, figurando a possibilidade de uma separação, ou seja, a criação de uma nova província, a Província do Cariri. As questões até então discutidas pelas principais autoridades políticas da região ganhou espaço nas palavras de José de Alencar, que elevou a cogitação a um patamar maior até a cúpula do poder. O jornal O Araripe, periódico cratense, ganhou existência através de um projeto idealizado por João Brígido, e teve sua primeira publicação no dia 07 de Julho de 1855, relatou em seu numero 46, do dia 31 de Maio de 1856 as manifestações políticas sobre a cogitação da criação da nova Província do Cariri:

Em nome do publico cratense protestamo-lhes o nosso reconhecimento pelo valioso serviço que presta à causa da criação da Província do Cariri, serviço tanto mais proficuo quanto esse atleta da imprensa pode levar à convicção desse corpo legislativo essa verdade que achou sua demonstração no espírito lúcido do venerando nosso caro amigo, Sr. Senador (José) Alencar(O Araripe. 31/05/1856)

O Araripe trazia uma constante em suas matérias sobre a defesa da questão separatista de uma nova Província, respaldando seu discurso através de personalidades a citadas, a saber, o próprio José de Alencar.

...não aventamos idéias, nem emittimos princípios novos. Uma autoridade valiosa comprova nossa opinião. É a do distinto Senador Alencar, homem pratico, intelligente, e profundo, que tudo calcula. Que visitou quase todos esses lugares. E que dando ouvidos a suas vivas e repetidas reclamações, apresentou no Senado o projecto de creação da Província do CARIRI, tendo por capital o Crato. (O Araripe 07/07/1855)

Os idealizadores do periódico ainda insistem na concepção de que a maioria das comarcas compactuam com o pensamento de separação da província, sendo que as casas legislativas já demonstraram suas posições favoráveis ao desmembramento, justificando outras localidades que tinham sido desmembradas em momentos anteriores, como se o próprio projeto de separação já tivesse sido executada antes, de forma a respaldá-la.

A cogitação partia do senso de que o Cariri merecia uma separação administrativa do resto do Ceará, dadas as particularidades e diferenças que ora apresentava em relação ao Estado. Contudo, os longos debates se avolumavam, e a idealização da criação provincial não passou de um sonho. Aos poucos o Cariri se desenhava nas produções de café, fumo, algodão e rapadura, principais produtos da região.

2.2: PRIMEIRAS ATIVIDADES ECONÔMICAS NO CARIRI

Como se sabe, a lógica de ocupação do território brasileiro manteve um sistema de dominação, submissão e extermínio por parte dos que aqui chegaram, sobre aqueles que aqui foram encontrados. No Ceará e em seu interior não foi diferente. Uma massa esmagadora dos silvícolas que aqui existiam foram massacrados pelas investidas das bandeiras.¹²

A pecuária foi essencial para que o trabalho nos campos se desenvolvesse de uma maneira mais acentuada, tendo em vista que no Cariri a quantidades de escravos era consideravelmente menor que nas províncias vizinhas, chegando a um total de 31.975 escravos em 1872.¹³ Assim, o Cariri era um espaço economicamente rural, nos moldes do Nordeste açucareiro, mas que apresentava na pecuária seu maior desenvolvimento econômico. Irinel Prinho (1950, p. 45) destaca ainda a

¹² Ver: REIS, Darlan de Oliveira. Natureza e Trabalho no Cariri Cearense. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH. São Paulo, Julho de 2011.

¹³ Ver: CONRAD, Robert. Os últimos anos da escravidão no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975

particularidade das terras caririenses para a agricultura e a pecuária, ao mesmo tempo em que chama a atenção para os conflitos existentes entre criadores e agricultores:

A fertilidade do solo do Cariri e suas águas perenes o fadaram a agricultura.mas foram criadores os que primeiro o colonizaram(...). veio depois a agricultura. Surgiram choques entre lavradores e agricutores, que se amiudavam à proporção que se alargava a zona cultivada dos pés de serra e brejos.

Este choque entre uns e outros foi se alargando quando a produção e a criação de animais aumentava. De um lado os criadores de gado, ovelhas, e cabritos; e de outro, os agricultores nas fazendas e plantações de subsistência. Estes embates adentrou nas questões do governo que tentou arbitrar o conflito entre uns e outros:

Apelaram para os legisladores provinciais afim de proibirem a criação de animais nas faldas araripanas. Com o decorrer dos tempos, em virtudes de constantes protestos dos prejudicados(agricultores), apoiados pela opinião publica, se foi, aos poucos, limitando a criação no campo, à solta. (PINHEIRO, 1950, p.45)

Irinel Pinheiro destaca aqui um fato que ocorreu em 1838. Neste contexto ainda não vigorava a lei de terras, que foi aprovada pelo Império em 1850. Antes desta lei, as terras não estavam sumariamente demarcadas por aqueles que ali se fiaram ficando a mercê de limites imaginários e não significativos diante da lei, o que fazia com que problemas de demarcação surgissem de formas constantes, afetando produtores e criadores.

Novamente o autor destaca as constantes tensões que existiam entre criadores e produtores ainda na primeira metade do século XIX no Cariri por conta dos problemas internos de demarcação de terras, o que, por assim dizer, afetava de certa forma até a ascensão de uma produção econômica que viesse a desenvolver-se mais significativamente. Segundo o autor:

Em certos lugares no Cariri, em outras partes do interior, há uma luta sem trégua entre o criador e o agricultor. Penetra o terrível gado caprino os roçados de cereais, de algodão, destruindo em pouco tempo o labor de muitos

meses.(...) um problema que o governo deverá resolver em favor de quem cultiva a terra e a faz produzir. (Ibidem, 1950, p. 46)

Todavia, observa-se que aos poucos o Cariri foi se desenvolvendo em sua produção mais esquematizada, trazendo a cana de açúcar como fonte de renda para a região. Ainda segundo Irinel Pinheiro, médico e pesquisador cratense, afirma que as primeiras plantações de Cana deram-se ainda em 1838, nas terras de Barbara de Alencar Araripe:

Ao que parece, os primeiros engenhos de ferro idos para o Cariri foram montados no sitio de Cabo Verde, entre Crato e Juazeiro, nos anos de 1840 ou nos anos de 50, pelo pernambucano Antonio ferreira de Melo(...). quem primeiro no Cariri fundou o primeiro engenho de água foi Vicente Amancio de Lima.(Ibidem: 55)

Aqui o autor apresenta as primeiras manifestações da produção do açúcar e da rapadura no Cariri, ainda em sua gênese primaria. Aos poucos os engenhos foram se modernizando, passando da modesta moagem através de bois de força, até a utilização da água. Neste contexto dos anos 1850, segundo o autor, existiam apenas cinco engenhos no Cariri. Todavia, aos poucos as percepções de que o Cariri se apresentava como lugar favorável a agricultura foi angariando atenção dos principais colonos da região, e esta gramínea aos poucos foi tomando espaço junto à pecuária e extração de ouro:

Dotada de muitas fontes naturais e de um solo bastante fértil, os melhores resultados vieram com o cultivo da cana-de-açúcar, pois os colonos ali estabelecidos sentiram que os resultados econômicos poderiam ali ser bem mais expressivos.(...) Processadas em rudimentares engenhos, daquele momento em diante nasceu para a região a maior de suas riquezas, em função da qual se aglomeraram muitos grupos humanos em torno de sua produção favorecendo gradativamente os principais núcleos de povoamento oriundos da pecuária e da extração aurífera.(OLIVEIRA, 2004, p. 4).

Antonio José de Oliveira reflete sobre o inicio da produção da cana de açúcar no Cariri, destacando seu desenvolvimento e as particularidades da região no que diz respeito ao espaço geográfico em si, através da possibilidade do desenvolvimento da produção por conta das terras férteis e da facilidade de escoamento da produção para os Estados vizinhos. Neste sentido, aos poucos a produção aumenta e é exportada para os

Estados da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e para a capital Fortaleza, sendo que a própria rapadura e a aguardente ganham espaços junto a própria produção do açúcar.

Posteriormente o autor argumenta que o aumento da produção gerou uma demanda maior de trabalhadores nos engenhos, o que de certa forma facilitou vinda de muitas pessoas de fora, uma vez que na província do Ceará existiam poucos escravos. Neste contexto, ainda segundo o autor, as feiras de comércio se desenham na Região como a eventual consequência da produção dos derivados da cana:

A comercialização da rapadura e de outros gêneros era efetuada nas feiras das principais vilas do Cariri. As feiras eram também locais onde se encontravam diversas personagens do mundo dos engenhos e da sociedade caririense. Vaqueiros, artesãos, ferreiros, feirantes, trabalhadores livres, escravos (...). Como termômetro da economia, as principais previsões do mundo da economia eram ali discutidas. (Ibidem, p. 7)

Desta forma, as feiras locais eram pontos cruciais de movimentação da economia caririense. Ao lado da criação de animais, a cana de açúcar com seus derivados movimentaram a economia caririense de maneira espetacular.

Mantendo a mesma linha de raciocínio sobre a imigração constante e aumento populacional no Cariri a partir dos anos 1850, Jucieldo Alexandre (2010, p. 80) escreve que “as peculiaridades naturais funcionaram como atrativo migracional para a região”, tendo em vista a percepção de que novas oportunidades de vida poderiam existir.

Entretanto, explica o autor que este desenvolvimento demográfico também apresentava lados diferentes do esperado, sendo que uma boa parte da população que imigrava vivia na marginalidade, tendo em vista as limitações de postos de trabalho. Isso gerava uma massa desocupada, marginalizada dos trabalhos nos embrionários engenhos e lavouras que se instalaram na época. Estes pobres, segundo o autor, “eram preconceituosamente culpabilizados por sua pobreza, como se todos os recursos necessários para a obtenção de uma sobrevivência digna se resumissem ao caráter fértil do solo.” (Idem, p. 81)

Assim, a pobreza existente na região poderia ser *visualizada* e denunciada no Araripe, quando se divulga nas entrelinhas das palavras circulantes deste veículo de

informação a situação de uma população marginalizada pelo sistema econômico vigente. Encontramos neste Jornal um apelo de seu idealizador sobre um comerciante e produtor, onde este é convidado a vender determinadas cargas de rapadura a retalho e não por atacado, para que assim “a nossa pobreza possa se alimentar.” O apelo segue:

Rogamos porém ao Sr. Mendonça, em nome da pobreza de nossa freguesia, que não venda estas rapaduras por atacado, e sim a retalho. Os viveres em nosso mercado tem desaparecido, e a rapadura hoje entre nós é um gênero de primeira necessidade, em que nossa pobreza vai se alimentando. Já que o senhor Mendonça tem a filantrophia(...) complete a obra de bondade do seo coração, vendendo unicamente a retalho sua mercadoria, porque so dessa forma a pobreza vai se utilizar do seo beneficio. (O Araripe. 08/12/1855)

Posteriormente Jucieldo Alexandre ainda escreve que concomitantemente a produção de açúcar e seus derivados, como motor da economia caririense, aqui chegaram comerciantes oriundos de algumas cidades interioranas, principalmente de Icó, e que ocuparam a cena política na região, estimulando o comércio em todos os sentidos possíveis, patrocinando, ainda, a vinda de profissionais liberais, jornalistas, etc., que aos poucos se integraram as elites cratenses durante o século XIX. (ALEXANDRE, 2010, p. 84).



Chapada do Araripe

Foto: Wikipédia

Todavia, neste contexto de produção e aprimoramento de técnicas para plantação e cultivo da cana de açúcar e outros produtos, percebemos algumas manifestações e

reclamações na imprensa caririense, especialmente no jornal O Araripe, quando denuncia a ausência de recursos advindos da administração da província para o Cariri.

As leituras que fizemos sobre O Araripe permitem visualizar que o idealizador expõe a situação do Cariri no contexto atual de desenvolvimento, mas que necessita de uma atenção maior por parte da própria administração, sendo que esta atenção poderia acarretar a melhora do cultivo de outras culturas além do açúcar, por exemplo. Em uma referida matéria data do dia 14 de Julho de 1855, podemos ler o apelo do idealizador da matéria ao expor exemplos de culturas que poderiam ganhar destaque no comercio da Região se as necessidades básicas de implementação e aprimoramento fossem supridas por parte da administração publica:

O assucar, o algodão, o tabaco, a courama, os cereais; mais logo o chá, os óleos, o café, as madeiras de tinturaria, o ouro, o carvão de pedra fácilimo de minerar, o amianto, quasi todos os objectos do reino mineral e finalmente as drogas medicinaes, podem incostestavelmente, removidas as dificuldades de transporte, aparecer formando uma eportação, que subirá a uma cifra espantosa, e nos fará manter um proveitoso comercio, não jamais visto com o litoral, mas até com os mercados da Europa. (O Araripe. 14/07/1855)

O jornal pondera e registra as medidas de infraestrutura que deveriam ser feitas no interior do cariri, especialmente nas cidades mais populosas e fronteiriças nos Estados vizinhos para que assim se possa aprimorar o comercio. Nesta perspectiva, O Araripe conjectura ele mesmo as possibilidades fantasiosas de mudanças as serem feitas no contexto da criação da nova província. Apresenta as aspirações de modernização, e coloca em pauta o esplendor de uma terra considerada valiosa entre o sertão nordestino. Assim, a matéria do jornal prossegue com estas aspirações e desejos, planejando e sonhando com o que deveria ser feito na economia, na arquitetura e na política sobre a ‘esta estrellá’ do Nordeste:

Suponhamos uma estrada cômmoda para a carreação ate Joaseiro, creada a linha férrea, que terminara neste ponto, e em effeito a criação da Provincia do Cariri, concideremos, que o braço livre abunda, e que os terrenos produzem tudo e com pequenas dispesas; com que brilho não fulgurara mais esta estrellá entre as que ornão a coroa brasileira?(O Araripe. 14/07/1855)

A defesa de melhoras na estrutura física e na economia, e com “efeito” o sonho de separar-se da Província do Ceará e tornar-se independente; são uma constante nas

paginas do Araripe. A matéria ainda procura apontar outras saídas para o melhoramento do comercio, quando mais uma vez sugere as vias de águas do São Francisco, afirmando que “é uma fatalidade, que o Cariri esteja condenado, a ver deslizar perdida para seo commercio a grossa corrente do São Francisco”¹⁴, denunciando a paralisia da administração em relação aos investimentos para melhoramento do comércio.

Assim, o cariri cearense aos poucos se mostrava como importante núcleo comercial no interior do Ceará, que através de suas particularidades geográficas ganhou destaque nas cenas economias e políticas dentro do Estado.

2.3: OS JORNAIS CEARENSES E A SECA DE 1932

Às grandes secas que assolaram o Ceará, soma-se o ano de 1932. Mais uma vez uma crise climática se constitui, reduzindo o sertão ao caos social, político e econômico. O governo provisório do então presidente Vargas buscava preconizar a seca como uma questão Nacional, inaugurando medidas consideradas importantes para o ‘combate’ as secas, consubstanciando os órgãos existentes, e angariando status a estes, para a viabilização de obras e projetos contra as secas no Nordeste. O IOCS, criado pelo Decreto 7.619/1909 sofreu diversas mudanças em sua estrutura até se concentrar em autarquia federal com o nome de DNOCS em 1945, e mantinha em seus objetivos estudar e sistematizar as secas que assolavam o Nordeste, buscando meios que pudessem amenizar ou reduzir os efeitos destas secas para o país como um todo.¹⁵

Todavia, como observaremos nos capítulos a seguir,¹⁶ as medidas prioritárias de contenção de águas não apresentam eficácias, corroborando as teses em curso de que a seca não é, necessariamente, falta de águas ou irregularidades de chuvas. É necessário considerar as disparidades políticas e sociais, bem como os interesses comuns que regem estas mesmas sociedades.

As disparidades políticas são tão importantes para amenizar os efeitos das secas quanto a própria água que cai sobre a terra em formas de chuvas. Nas paginas seguintes veremos vários apelos ao governo federal para que este reconheça a seca e o Estado de

¹⁴ A matéria foi publicada na mesma data da citação anterior do Semanário *O Araripe*. 14/07/1855.

¹⁵ Ver: INSPETORIA DE OBRAS CONTRA AS SECAS (IFOCS). Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br>, acesso em: 10/02/2016.

¹⁶ O capítulo dois deste estudo analisa em um tópico a construção de alguns açudes criados no Ceará como políticas de contenção de águas para amenizar a seca.

emergência no Cariri cearense durante a seca de 1970. Apelos constantes que deveriam se materializar em ajudas assistencialistas, mas que resultam tão somente em discursos e mera demagogia, enquanto o pobre agricultor sofre diretamente com o flagelo. Desta forma, a tese defendida por este autor reflete compactua com as memórias orais e as fontes disponíveis, elegendo a seca como um problema igualmente social. Isso por que na verdade o que se tem é uma preocupação não homogênea sobre as pessoas em si, mas com a política e os interesses individuais acima dos coletivos.

A materialização desta teoria é corroborada quando vemos nas fontes o retardamento de medidas, que revelam tão somente o descaso para com a população. Assim, vemos que durante a seca de 1932, considerada uma das maiores que assolara o Ceará, na qual tivemos os famosos ‘campos de concentração de flagelados’, nome este constituído através de uma alusão aos campos nazistas da Segunda Guerra Mundial.¹⁷ Assim, é notório nos jornais da época as notícias, as denúncias, os apelos e a situação do Estado e do Nordeste quando a seca de 1932, e as manifestações do governo, suas medidas assistencialistas e de ajuda para a população.

Nesta linha de pensamento, notamos a princípio que as fontes disponíveis tendem a retratar as medidas tomadas pelo presidente do governo provisório Getúlio Vargas, nas quais estabelece obras pela Inspetoria Federal em todo o Nordeste, sendo que o Ceará se insere neste contexto. Assim, já em Dezembro de 1932, mas precisamente no dia 08, o presidente Vargas envia ao Ceará uma junta de técnicos para fiscalizar o estabelecimento das obras no Estado.¹⁸

O problema aqui apresentado são as medidas quando da seca. Os governantes mantêm o papel de gerenciador do Estado, que se constitui como entidade paternalista. Assim, como veremos que durante a seca de 1877 o povo necessitava do Estado para suprir suas necessidades, e quando este se mostrava ausente, apelavam para a ação autônoma organizada, invadindo e saqueando.¹⁹ Isso porque os flagelados têm na figura dos governantes seu supridor e representante maior dentro da sociedade, por que eles mesmos sabem que de certa forma a manutenção das coisas e do bem estar social

¹⁷ Ver: RIOS, Kênia Sousa. Isolamento e Poder: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

¹⁸ O Jornal. 08/12/1932.

¹⁹ Sobre esta questão ver : NEVES, Frederico de Castro. **A Multidão e a História**: saques e outras ações de massas no ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

depende deles mesmos, através das manifestações e decisões políticas. Isso por que eles mesmos conhecem a História.²⁰

Assim, a imprensa cearense parece eleger a figura do ‘pai dos pobres’ por suas medidas constantes e preocupações com o Nordeste seco, noticiando as visitas nos Estados da região, ainda no início do governo provisório.²¹

O Jornal O Debate, idealizado por J. Cordeiro de Andrade, e que tinha por secretário e redator Abdias Lima e J. Aragão e Albuquerque; e que em suas edições buscava manter a ‘imparcialidade’, e pregava sempre a ‘verdade’ em suas edições, apresentava diversas críticas ao governo provisório, bem como os elogios elencados anteriormente. Dizia-se buscar refletir as manifestações do cotidiano, denunciando o que ocorria dentro do Estado do Ceará. Editado em na cidade de Sobral há 233 Km de Fortaleza, se tornou crítico e ao mesmo tempo mantinha elogios constantes o governo provisório de Vargas, destacando as benfeitorias, e repudiando, ao mesmo tempo, aquilo que considerava “impatriotismo dos dirigentes nacionaes.”:

Continua a desolação pelas terras que Tristão Gonçalves e tantos outros vultos de nossa história regaram com seu sangue de heróis. O Ceará, mais uma vez, padece de fome e sede em um século a que se convencionou chamar de eletricidade num país que, pelos seus dirigentes, ensaia uma regeneração e uma reorganização em todos os seus aspectos, políticos ou morais.²²

A matéria deixa transparecer nas entrelinhas o desconforto dos idealizadores do jornal com os dirigentes políticos de outrora, ao mesmo tempo em que destaca o otimismo pelos atuais. Assim, se referindo ao governo Vargas destaca o período como sendo de ‘regeneração e reorganização’ da sociedade, mostrando-se compactuar com o governo provisório, enfatizando a moralidade pessoal do governante.

Contudo, é imperioso frisar que o momento da matéria se dá na gênese do governo Vargas, que até então mantinha a bandeira de mudança, e que talvez seja esta a origem da ideologia otimista da matéria, ao mesmo tempo em que denuncia a inércia do

²⁰ Basta analisar as relações elegidas pela memória dos narradores quando rememoram a seca de 1970 em comparação com o ano de 1958, quando os entrevistados deixam escamotear os efeitos naturais da seca de 1970(perda de animais, lavouras, etc.) e rememoram somente a ausência de obras de emergência, novamente em comparação com a seca de 1958.

²¹ O Debate. 26/12/1931.

²² O Debate: 02/01/1932

governo deposto em relação as secas, quando faz a comparação com o século da “eletricidade”, ou seja, o século da fome. Denuncia, ainda, a seca no Ceará, e destaca o Cariri cearense como se quisesse enfatizar a terra de Tristão de Alencar Araripe, o Oásis que antes não era tão afetado pelas secas de outrora, pelo menos não tanto como as regiões centrais do Estado e nem os Inhamuns.

O interessante é que o Jornal ainda faz críticas sociais e econômicas na mesma matéria, como se quisesse fazer uma réplica de que justificar a ausência de medidas por insuficiências econômicas não era aceitável. E que se faz necessário “evitar a morte, pela fome e pela sede, de tantos brasileiros.”²³ Posteriormente faz duras críticas as medidas em curso contra a seca que se iniciara, dizendo serem estas insuficientes:

As tais verbas, propostas pelo Sr. Ministro da Aviação, e destinadas aos serviços de emergência de obras nas zonas secas, são irrisoriamente insuficientes mormente se levando em conta que 5%(cinco por cento) das mesmas, ficam nos bolsos das mesmas, ficam nos bolsos dos técnicos dos mesmos serviços que são empregados em transporte e material.

Nesta linha de pensamento e exposição denunciativa, o jornal prossegue sua investida conclamando para o bom senso dos dirigentes do país, trazendo a indignação e outras palavras que expressam a sensibilidade do povo nordestino. Por fim, a matéria prossegue dirigindo-se ao ministro da Aviação à época, José Américo:

Que podemos esperar de um governo que se diz restauração, de moralidade, de justiça, de ordem, de regeneração, de confraternização e de patriotismo, se ele não se interessa vivamente, verdadeiramente pelos seus súditos mais afastados e os ideais morrer a falta de pão que o diabo amassou.²⁴

Neste ínterim, a seca estava a se iniciar, e o governo provisório carregava a bandeira da mudança, do progresso e do desenvolvimento. Nisso, o jornal fazia duras críticas, mas não escondia o otimismo veiculado em suas paginas. A seca de 1932 inaugurou formas plurais de se observar a seca, onde a capacidade humana foi posta em evidencia, e reduzida as mais diversas formas de se observar o mundo.

Os campos de concentração ficaram registrados nas memórias de quem os viu ou mesmo vivenciou. Tais campos de concentração foram espalhados pelo Estado do

²³ O Debate. 16/12/1932.

²⁴ Idem.

Ceará, e funcionavam como áreas separadas e cercadas por arame farpado, objetivando separar e isolar os flagelados das secas, como uma estratégia para que estes não perambulasse pelas grandes cidades. Para Thomaz Pompeu Sobrinho (1982, p. 32) os campos de concentração “trava-se de uma densa concentração humana em promiscuidade, que o governo não podia manter em boas condições de higiene e moralidade por falta de recursos financeiros e também pessoal competente.”

O Jornal O Povo apresenta uma matéria em que quantifica os acampamentos de flagelados em alguns lugares dentro do Estado do Ceará, espalhados em lugares estratégicos. Segundo o documento, tínhamos o campo de Cariús com 28.648; Buriti com 16.200; Ipu com 6.507; Fortaleza com apenas 1.800; Quixeramobim com 4.542; Senador Pompeu com 16.221.²⁵ Sabemos ainda que em Crato ainda houve um campo projetado para 4.000 flagelados, mas que comportou mais de 16.000.²⁶

A ideia dos campos de concentração pregava a assistência aos flagelados por parte do poder público, e ao mesmo tempo funcionava como uma estratégia de afastamento dos retirantes para que estes não perambulasse nas grandes cidades como em épocas anteriores. A promessa de assistência acabou atraindo muitos retirantes e fiando-os nestes lugares determinados. Todavia, as más condições de higiene e insalubridades aos poucos foram surgindo causando danos graves para com a população flagelada. Sobre esta questão escreve XXX:

Atraídos aos campos pelas promessas de trabalho, alimentação e assistência médica, os retirantes eram privados de sua liberdade, não podendo sair senão por convocação às obras de emergência do governo. O número de enfermos aumentava, a alimentação escassa, a falta de higiene e o elevado número de pessoas apenas contribuía para a disseminação da cólera.²⁷

Assim, a História desenha os campos de concentração sobre a seca de 1932 como sendo ‘campos de horrores’, reduzindo a capacidade humana à barbárie quando pensamos o cotidiano dos flagelados. Fome e doenças percorrem as memórias sobre a seca de 1932. As más condições pessoais somam-se à ausência ou ineficácia de medidas

²⁵ O Povo: 20/06/1932.

²⁶ Informação disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br>, último acesso em 20/05/2016.

²⁷ Ver: UCHOA, Cibele Alexandre. A SECA DE 1932 NO CEARÁ E OS CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO: reflexões acerca da viabilidade de proteção dos lugares de memória do município de Senador Pompeu. In: II Encontro Internacional de Direitos Culturais. Disponível em: <http://unifor.br/images/pdfs/2encontro-direitosculturais-trabalhos.pdf>, último acesso em 15/05/2016.

por parte do poder público, que atinge sem dó nem piedade os flagelados, cuja subsistência dependia única e exclusivamente das chuvas que não caíram.

Focaremos agora nossa análise sobre a seca de 1958 e 1970 na Região do Cariri cearense, almejando entender como estas secas foram evidenciadas e tratadas pelo poder públicos, e como estas manifestações naturais, sociais e econômicas são percebidos pelos sujeitos históricos e evidenciados pelos documentos históricos. Desta forma, é mister compreender os efeitos das seca no Ceará e no Nordeste em geral, para que assim possamos visualizar o fenômeno climático e social no Cariri, sempre trazendo as particularidades climáticas e exclusivas caririenses para o epicentro de nossa análise.

3 - A SECA, O HOMEM E A HISTÓRIA: ANÁLISES SOBRE AS SECAS NO CARIRI CEARENSE (1958 – 1970)

3.1: HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA: A CONSTRUÇÃO DO ‘PROBLEMA’ DA SECA NO NORDESTE – ALGUNS DIÁLOGOS

Estou no cansaço da vida. Estou no descanso da fé. Estou em guerra com a fome. na mesa filho e mulher[...]. a batalha está acabando, já vejo relampiar. Abro o curral da miséria e deixo a fome passar. O que eu sinto meu senhor, não me queixo de ninguém.²⁸

A seca tem sido uma constante no Estado do Ceará e no Nordeste como um todo. Da segunda metade do século XIX, a qual angaria uma atenção especial e diferenciada do poder público, aonde a seca de fato se é vista como um problema; aparecendo, ainda, diversas vezes no século XX, transformando demasiadamente os modos de vida das populações e os ideais até então estabelecidos, assim como também o imaginário pessoal de cada um que vivenciou o drama da seca em todos os sentidos possíveis, seja através da percepção visual/física, sofrendo com a fome, a miséria, o desamparo, enfim, com a escassez; seja na forma de história transmitida pela memória/tradição oral.

Este capítulo objetiva analisar como a seca (e o Nordeste das secas) vêm sendo abordado pela historiografia tradicional, bem como compreender como os aspectos pertinentes(Industria das Secas, Flagelo, Fome, etc.) se constituem no discurso temporal de cada abordagem, dialogando com as questões presentes e com as fontes disponíveis. Assim, como critério metodológico tornou-se imperioso selecionar alguns autores consagrados sobre o tema em questão, e que já vêm há muito debatendo sobre o assunto em outros trabalhos acadêmicos e em eventos e/ou entrevistas.

Ao analisar as bibliografias sobre as secas no Nordeste, uma conclusão entre os pesquisadores é certa: a de que a seca ‘grande seca’ de 1877 inaugura um novo paradigma de modelo de percepção, um problema que superou o campo e invadiu literalmente as grandes cidades arborizadas, trazendo as misérias e os flagelos que até

²⁸ Letra da musica *Terra, Vida Esperança*, composta por Jurandy da Feira e consagrada na voz de Luiz Gonzaga.

então eram vistos somente nas notícias dos jornais. A fome, que antes estava no limite do campo passa a adentrar no espaço público, nas praças, nas ruas. Estava ali, perto dos centros do poder.

O cenário nacional se mostrava em crise, uma vez que algumas questões pertinentes tais como a pressão internacional contra a escravidão, as ideias republicanas e os constantes atritos do poder imperial contra a igreja colocavam em cheque a legitimidade do poder central. Foi neste clima de instabilidade política que no Nordeste surgiu uma “grande seca”.

O autor Frederico de Castro Neves, ao analisar a situação do Ceará durante a seca de 1877, avalia as diversas facetas (social, econômica e política) em que esta se constitui e se desdobra em uma série de problemas que ultrapassam o centro comum de percepção para a época. Através das análises deste autor, observa-se que a questão da ausência de chuvas (e, portanto da fome em todos os aspectos para os flagelados) molda um sentimento de responsabilidade formulado no (in) consciente dos flagelados de que o Poder Público mantém a responsabilidade de contornar o problema sofrido, através do paternalismo. Para os flagelados, o governo (neste caso o Imperador que representa o poder maior) seria a fonte de socorro buscada naquele momento.

Os flagelados²⁹ percebiam na figura do Governo como sendo o salvador suas vidas e *inibidor* de suas necessidades. Em obra intitulada ***A Multidão e a História: saques e outras ações de massas no Ceará***³⁰, o autor procura entender, através de uma visão voltada para a História Social, *como e porque* a massa de flagelados se organizava para realizarem os diversos saques na capital cearense e região metropolitana. Analisa, ainda, as constantes medidas e/ou tentativas do governo em minimizar o sofrimento da população diante da miséria, a situação na qual a população que residia na cidade diante da massa de retirantes que vinham de diversas partes do interior cearense, além das constantes doenças que apareciam em meios a estes flagelados.

²⁹ O próximo capítulo traz uma reflexão sobre a seca a partir das representações nos diversos sentidos. A seca é constantemente construída pelos sujeitos históricos. O discurso oral é apresentado de forma a analisar como e de que forma ocorre o processo de constituição da seca, através da fonte oral em detrimento das demais fontes produzidas. Desta forma, é mister compreender as tensões que envolvem o processo de rememoração das secas nos momentos específicos de ocorrência das mesmas e do processo de rememoração que ora se estabelece.

³⁰ Ver: NEVES, Frederico de Castro. ***A Multidão e a História: saques e outras ações de massas no Ceará***. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

Nas palavras do autor:

Assim, a seca, agora transformada definitivamente em um fenômeno social e político muito mais do que meramente climático, passa a constituir-se em uma chave importante na compreensão da realidade histórica e social do Ceará, já que funde, no momento de sua eclosão, os vários elementos da cultura ligados à concepção sobre a vida no campo, sobre a natureza e suas relações com a vida social sobre a pobreza e sobre a possibilidade de ação autônoma e consciente por parte dos retirantes famintos que clamam por comida, trabalho, remédios e roupas (NEVES, 2000, p 99).

Neste sentido, Frederico de Castro Neves compactua com outros autores ao considerar a seca de 1877 como a primeira a ser considerada como “problema”, que extrapolou as fronteiras do meio rural atingindo as diversas camadas da sociedade como um todo. Em seus estudos, o autor analisa as diversas formas e estratégias tomadas pelo poder público para conter e afastar a massa de flagelados do centro da cidade e dos espaços arborizados que inseria Fortaleza nos padrões europeus de sofisticação e modernidade urbanos. Esta medida de afastamento foi posteriormente denominada de ‘campos de concentração’, assim batizado em uma comparação tendenciosa aos campos de concentração Nazista. Afinal, a Grande Fortaleza estava sendo invadida por um número cada vez maior, equivalente a quatro vezes a população da época, e isso gerava um sentimento de medo e insegurança. Voltaremos a discutir os sobre os campos de concentração posteriormente.

Contudo, percebe-se que a seca de 1877, em termos de ausências pluviométricas e perdas de plantações, não se diferenciou demasiadamente de outras que a precederam e até que as sucedeu. Todavia, como dito anteriormente, foi a primeira em que ultrapassou os limites do campo e chegou ao poder, transformando-se, pois, em problema dos ricos: as massas de famintos se deslocavam para os centros da cidade, muitos morriam de fome, saqueavam prédios públicos e privados, etc. No campo social e econômico deixa de ser problema unicamente dos pobres, e passa a ser também problema de ricos.

Na medida em que esta sensação de responsabilidade vai sendo absorvida pelos políticos/governantes e também pela intelectualidade da época, na qual aos poucos se pode dizer que se *forma* uma cultura política e/ou a consciência de uma classe autônoma que objetivava denunciar o “problema” da seca no Nordeste, almejando a tomada de

providencias e envio de recursos para aquela região, tida por muitos como abandonada pelo poder publico, em comparação ao Sul do país. Assim, tanto políticos como jornalistas, escritores, romancistas, músicos, etc., buscavam, através de seus possíveis, denunciar a injustiça e miséria do povo nordestino, a condição de escassez, o sofrimento, as doenças, o descaso.

Rodolfo Teófilo, escritor de estética literário-regional naturalista, que também era farmacêutico, presenciou o drama da seca no Ceará. Em sua obra *A Fome / Violação*, 1890), não mediu palavras para escrever sobre a situação miserável em que a população flagelada estava inserida. Os seus personagens faziam parte de uma família que possuía fazendas, escravos e influencias políticas; situação esta que aos poucos vai se modificando à medida em que a situação se agrava. Descreve ainda sobre a condição *irracional* do homem diante da fome/morte, rompendo com os padrões de humanidade, submetendo-se à antropofagia de carne humana, carne apodrecida, prostituição, práticas de suicídio.³¹

Rodolfo Teófilo particulariza a seca de 1877 em sua dimensão peculiar, singular, destacando os aspectos inerentes ao flagelo da seca, tais como os constantes desvios e inaplicabilidade das verbas disponíveis, exploração humana em todos os sentidos. Apesar de ser um livro de ficção, o autor usou dos horrores da seca para escrever as calamidades que outrora vivenciara, não se esquivando de registrar a barbárie em suas páginas. A obra centraliza a abordagem na Família de um homem chamado Manuel de Freitas, que se transforma em retirante e sai em busca da capital cearense objetivando melhores condições de sobrevivência. Situação que, apesar de recortar uma família em particular na obra de Teófilo, é espelho que reflete a vida de milhares de pessoas que de alguma forma enfrentaram a força do flagelo e a natureza por vezes desumana de seus semelhantes.

Em *A Invenção do Nordeste* Durval Muniz procura mapear os dispositivos imagéticos discursivos que caracterizaram e formaram o Nordeste ou a *nordestinidade*, através das muitas obras literárias, músicas, poesias, filmes, etc., como um conjunto de fenômenos que contribuiu demasiadamente para a formação/invenção histórico-cultural da região, estereotipando-a, sendo que as bases de sustentação de tal imagem, a saber, a

³¹ Ver: TÉOFILO, Rodolfo. **A Fome / Violação**. (Organização de Otacílio Colares) Vol. II Livraria José Olympio Editora. Rio de Janeiro, 1979.

permanência da cultura popular que preconiza o Nordeste como sendo um recorte espacial diferente do restante do país; permanecem nos dias atuais, funcionando, até, como uma espécie de consciência regional que persiste e impede a formação de outra configuração, pois, como considera o autor:

O Nordeste é uma produção imagético-discursiva formada a partir de uma sensibilidade cada vez mais específica, gestada historicamente, em relação a uma dada área do país. E é tal consistência desta formulação discursiva e imagética, que dificulta, até hoje, a produção de uma nova configuração de “verdades” sobre este espaço (ALBUQUERQUE, 2006, p 49).

O autor apresenta uma situação importante sobre as questões que caracterizam a região: a literatura traz uma região atrasada, seca, com pessoas em completo estado de necessidades. Os filmes mostram a clandestinidade, o banditismo, o cangaço. Apresenta o pobre rebelde, faminto, malandro. As músicas aqui utilizadas por este autor reclamam a ajuda, a falta d água, animais morrendo de fome e de sede. A perspectiva de Durval é entender, através das músicas e filmes selecionadas para sua análise, como o Nordeste estava sendo culturalmente construído. O autor elege a seca e seus desdobramentos. Busca na musica de Luiz Gonzaga, nos romances de Rachel de Queiroz, entre outros, aspectos que preconizam uma particularização espacial específica do Nordeste.

Todavia, esta perspectiva de analise busca conjecturar sobre as questões políticas e culturais históricas que caracterizavam o nordeste em detrimento a região sudeste tendo esta uma conotação maior, de desenvolvimento econômico e cultural que apresentava um forte antagonismo em relação aquela, que se mostrava como sendo atrasada, diferente do resto do país. Nordeste da seca, da fome. Nordeste rural, com políticos descompromissados. Mas também um Nordeste de pessoas humildes, que trabalham diariamente. Nordeste da fé, da crença, do cangaço. Esta era o nordeste construído por Luiz Gonzaga.

As musicas de Luiz Gonzaga retratavam o nordeste que ele mesmo conhecia. Os sertões e as secas, as migrações em massa para o sul em busca de melhores condições de vida. A *realidade* era ali apreendida de diversas formas. Segundo Manuela Ramos (2012, p. 52):

Diante da vitória do Nordeste - sertão nas disputas internas do Nordeste, Luiz Gonzaga, um filho do sertão, tornou-se o símbolo máximo de representação da cultura nordestina. Para além dessas disputas, compreendemos que o sucesso de Gonzaga deveu-se também ao respaldo histórico que as suas

canções tinham. As migrações ocorridas desde a década de 1930 e acentuadas entre 1940 e 1960 foram o grande mote da obra de Gonzaga.

A autora mapeia certa particularidade da música de Luiz Gonzaga e sua dimensão histórica e social no Nordeste que ele representava. Era o retrato fiel e observado do espaço em que ele vivera, respaldadas pelas experiências particulares que se configuravam na época. Basta analisar a poesia de Patativa do Assaré cantada por Luiz Gonzaga - A Triste Partida – para encontrar conotação com o drama do povo retirante, que sai de sua terra em busca de vida. Estava ali, segundo a autora, “um pouquinho do nordeste em forma de musica” (Idem, p. 52), que confortava os corações mediante a saudade da terra. A música era, portanto, a saudade, a lembrança.

Entretanto, na medida em que alguns buscavam retratar o nordeste da seca e da fome, outros buscavam uma posição musical diferente. Jakson do Padeiro, também considerado um importante ícone da musica popular nordestina, que através de suas letras também influenciou grandes personalidades, cantava um outro Nordeste. Nascido na Paraíba em 1919, na cidade de Alagoa Grande, Jakson se sobressai em suas musicas com um tom bastante diferente da regra da época. Novamente Manuela Ramos apresenta uma particularidade de Jakson do Pandeiro sobre Luiz Gonzaga

A formação musical de Jakson foi diversificada (...). Jakson ficou conhecido por ser justamente o rei do ritmo. Ele demonstrou suas diferentes referências musicais através de sua versatilidade rítmica ao menos no que se refere ao período estudado. Esta diferença é perceptível não só por causa desta versatilidade, como também pelo modo como se utilizou desta sua capacidade rítmica. Desta maneira, esta artista não somente gravou vários sambas, como também conseguiu uma hibridação rítmica entre o samba e seus derivados. (Ibidem, p. 57).

Neste sentido aqui exposto, percebemos as diferentes visões nordestinas de construção cultural através da música. Entretanto, como ainda escreve a autora, apesar da música rítmica de Jakson do Pandeiro ter despontado como referência, foi o baião de Gonzaga quem despontou como símbolo musical, mas não exclusivamente. Assim, poderia ter sido esta a perspectiva pensada por Durval para sua análise.

3.2: DISCUSSÕES SOBRE O “PROBLEMA”: AS “REAIS” CAUSAS PARA OCORRÊNCIA DA SECA NO NORDESTE.

Como ‘problema’ climático as intempéries da seca devastavam plantações animais morriam, pessoas, por vezes, morriam também. Posteriormente, quando de fato o problema da seca modificou os paradigmas até então estabelecidos, novas estratégias e novas abordagens para encarar a situação foram colocadas em prática. Surgiram teorizações e conjecturas sobre o problema desde estudos focados nas *causas* para seca a medidas de contenção do flagelo, através de programas assistencialistas.

Assim, as *causas* para o surgimento do flagelo das secas eram discutidos entre as entidades governamentais, através de seus técnicos e cientistas; até membros das mais diversas religiões entre si, buscando uma *causa* espiritual, um ‘castigo de Deus’ para seu povo pecador. Almejando perscrutar as diversas manifestações sobre as secas em questão, neste tópico buscaremos discutir e analisar tais manifestações na historiografia tradicional sobre o tema.

Sabe-se que por séculos a Igreja Católica manteve (e ainda mantém) um *poder* considerável sobre a população, através do controle ideológico-social, mantendo um discurso por vezes voltado para os próprios interesses e de seus correligionários. A História mostra o envolvimento da Igreja em diversos movimentos sociais, políticos e econômicos, reforçando e justificando desde o sistema escravista ao monopólio da salvação, sendo este de forma espiritual.

Em outra reflexão³² procurou-se analisar, através da memória oral, como os dispositivos mnemônicos mantinham significados religiosos ou sobrenaturais que pudessem reverberar ou explicar as “causas” da seca na Região, buscando, pois, não se ater, necessariamente, aos significados presentes no discurso dos sujeitos que presenciaram as secas, mas entender como as memórias eram constituídas e difundidas por estes sujeitos ao longo dos tempos. Neste sentido, a pesquisa de campo foi

³² Ver: SOUSA, B. H. SEM CHUVA, SEM GOVERNO E SEM COMIDA: memórias sobre a seca de 1970 em Farias Brito – CE. In: I **Seminário Nacional de História e Contemporaneidades**. Anais eletrônicos: <http://historiaecontemporaneidades.files.wordpress.com/2013/04/caderno-de-resumos-i-snhc.pdf>, acesso em 10/09/2014.

indispensável, e através da metodologia da história oral conseguimos perceber a difusão sistemática de um imaginário religioso bastante complexo que identificava as “causas” para as grandes secas como sendo um “castigo divino”, enviado por Deus para “corrigir” seus filhos.³³

No próximo capítulo veremos que as narrativas engendram representações sobre os “possíveis motivos” para a ocorrência de crises climáticas. As memórias foram, segundo se observa, uma espécie de herança, perpassada de pai para filho, através da tradição oral. Reflete, ainda, o quão forte é a predominância do religioso, da figura paternalista de um Deus que busca “corrigir seus filhos terrenos.” O discurso religioso perpassa a historiografia sobre as secas. Em outra reflexão, Durval Muniz analisa o comportamento da Igreja nos períodos de seca, notadamente em 1877:

A igreja, no entanto, acreditava que sua atuação nestes momentos não deveria se restringir ao campo da ajuda material, mas principalmente da “assistência espiritual” evitando que o desespero nascido da “perda de confiança em Deus” fossem responsáveis pela prática de atos que ferissem a moralidade. As práticas e os discursos da Igreja tentam infundir a “confiança em Deus” e ao mesmo tempo justificar o porquê de tanto sofrimento, para que as pessoas pudessem se resignar (ALBUQUERQUE, 1988, p 161).

Como vimos, o discurso da igreja aparece como uma justificativa ou punição para os pecados humanos. Apresenta uma situação de conforto, de esperança, um flagelo pregado como sendo por vezes necessário, em cuja instância final visava imprimir o sentimento de resignação nas consciências espirituais. No estudo em questão o autor busca analisar como a Igreja *adentrava* no mundo do poder imaginário constituído. Neste sentido, a religião era vista como amenizadora de sofrimentos, pelo menos espirituais, aonde a população buscava apoio e conforto para as suas “almas”. Os padres, segundo o autor, visitavam diversos acampamentos, ajudavam no cuidado de distribuição de alimentos e no tratamento de doenças para com o flagelado. Condenavam, ainda, os preceitos imorais de uma população que se reduzia à barbárie, pois, durante a seca de 1877, muitos foram os casos de prostituição, antropofagia, banditismo, etc.

³³ No próximo capítulo voltaremos a esta questão quando a memória procura estabelecer paralelos representativos para possíveis explicações de ocorrência do fenômeno da seca, desde as estruturas fundamentais para o funcionamento político-social, às representações que se baseiam em questões religiosas de explicação.

De certa forma compreendemos que a igreja *se posicionava* a favor do Estado, no que diz respeito a manutenção da ordem pública. Funcionava (e ainda funciona) como *amenizadora* dos sofrimentos psicológicos dos fiéis que estavam no epicentro do flagelo, constituindo-se, pois, como expressão paternalista-espiritual, situação esta que aos poucos escapava do Estado. Esta situação de paternalismo espiritual e representação dos padres e bispos persistiram (em tempos de secas) ao longo dos anos, em todo o século XX aos dias atuais. Basta analisar as folhas de jornais, as constantes cartas de bispos e padres das regiões do interior para perceber o qual denso são as questões que envolvem o imaginário religioso sobre as secas, desde a apelações à oração e arrependimento dos pecados, à constantes pedidos de ajuda dirigidos aos governantes.³⁴

Durval Muniz argumenta que o discurso da Igreja também era usado para de certa forma, combater o discurso técnico das causas da estiagem. Tal discurso, como sabemos, buscava *explicar* à seca como uma *causa natural*, um fenômeno *meramente* climático, e não sobrenatural. Assim, ainda que a Igreja se posicionasse a favor do Estado como mantenedora da ordem pública, objetivando contornar ou simplesmente amenizar o desespero da população diante do flagelo da seca, através do monopólio espiritual, não se pode negar que havia certos embates e disputas por ideológicas sobre a explicação para as estiagens. Novamente, segundo o autor:

Diante do avanço do discurso científico que punham em xeque muitas das “verdades eternas” da Igreja, esta reage as vezes entrando em confronto direto com o discurso científico, reafirmando suas “verdades” ou procurando mostrar que a ciência está descobrindo apenas aquilo que já tinha dito a igreja, só que com outras palavras (ALBUQUERQUE, 1988, p. 171).

Desta forma, o que se observava era uma tentativa de monopolização das explicações, uma vez que a igreja não somente procurava fazer suas próprias considerações sobre o fenômeno da seca, mas combater os discursos que fossem contrários ou tergiversados às suas pretensões. Assim, a igreja procurava associar todo e qualquer comportamento humano como sendo a explicação para um fenômeno tanto de bonança quanto de miséria.

³⁴ Na região do Cariri cearense, por exemplo, existe o Jornal A Ação, órgão da Diocese de Crato, que veiculou o Cariri entre a década de 30 e 80 do século passado. Neste jornal podemos perceber as constantes providências e solicitações de padres e bispos da região, algumas cartas enviadas e publicadas, entre outros documentos, que tinha por finalidade não somente acalmar a população e trazer uma possível explicação para o fenômeno, mas também chamar a atenção do poder público.

3.3: A “EXPLICAÇÃO” DA SECA PELO VIÉS TECNICISTA

Convencionou-se entender que o problema da seca era, *a priori*, falta de água. E este pensamento alijava as questões religiosas sobre o fenômeno de maneira a explicar suas *causas* através de questões estritamente técnicas, fatores ambientais por assim dizer. Este sistema de ideias permeou as políticas públicas imediatas pós-seca de 1877-79, pela qual empreendeu uma série de investimentos para contenção de água através da construção de açudes e barragens em diversas localidades do Ceará e do Nordeste.

Este forte investimento do governo gerou um outro problema que pejorativamente foi batizado de *Indústria das Secas*, aonde os governantes se utilizavam da máquina pública para fins diversificados, desde os constantes desvios de dinheiro para benefício próprio, ate construção de obras públicas em áreas privadas, beneficiando, por assim dizer, a terceiros em um esquema de corrupção. Uma estratégia entendida aqui como contraditória ou até mesmo ineficiente, sendo que não se pensava em um plano de uso e nem de que forma a água acumulada seria utilizada. Sobre a utilização de políticas públicas para a contenção de água e construção de açudes, Assunção e Livingstone (1993, p. 426) escrevem:

A política de construção de açudes têm-se baseado no conceito de que desde que a seca é um conceito de falta de água a situação deve ser resolvida com a acumulação de água em grandes quantidades o que tem sido chamado de “solução hidráulica”. É de chamar a atenção o fato de que até bem pouco tempo a grande maioria dos açudes tem sido escassamente usadas por que nunca se pensou seriamente de que maneira esta água chegaria aos usuários.

Esta reflexão de certa forma insere um aspecto pertinente que se desdobra nos debates públicos sobre o combate a seca ao longo da história. A construção de barragens e açudes pelo DNOCS e depois SUDENE como órgão que representavam o poder público se mostram ineficazes, uma vez que a ausência de planejamento para o uso adequado da água armazenada é trazido para o debate. Desta forma de nada adiantava

conter grandes quantidades de água, uma vez que as políticas de uso se mostravam deficientes.

No Ceará a construção de açudes começou logo depois da seca de 1877. Temos a importante obra do açude de Cedro, em Quixadá, ordenado pelo Imperador D. Pedro II, mas que foi iniciado nos governos republicanos entre 1890 e 1906, e tem a capacidade superior à 126 milhões de metros cúbicos. O açude Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, também conhecido como Açude de Orós, também se mostra de grande importância para a região. Com suas obras construídas em 1961 tem capacidade superior a 2 milhões de metros cúbicos de água, ganhando a posição de segundo maior reservatório de água do Estado do Ceará. Outros açudes de menores portes também foram construídos no Ceará e ainda acumulam grandes quantidades de água. Abaixo transcrevemos uma tabela de gastos do DNOCS entre os anos de 1909 a 1959, em milhares de dólares.

Tabela I

Gastos do DNOCS em milhares de dólares durante as secas³⁵

1909	0.416	1926	1.423	1943	10.308
1910	1.025	1927	1.927	1944	8.320
1911	2.189	1928	2.771	1945	8.281
1912	5.938	1929	3.807	1946	6.886
1913	6.160	1930	3.490	1947	7.978
1914	1.784	1931	4.340	1948	10.664
1915	7.401	1932	62.786	1949	11.772
1916	2.241	1933	52.339	1950	13.683
1917	3.021	1934	16.626	1951	29.210
1918	1.399	1935	13.363	1952	27.252
1919	3.576	1936	12.096	1953	22.026
1920	14.069	1937	17.167	1954	24.857
1921	69.196	1938	12.348	1955	27.093

³⁵ Fontes: DNOCS, 1983, p. 85-87; relatórios anuais do DNOCS. Boletim mensal. Banco Central do Brasil.

1922	68.052	1939	11.554	1956	34.693
1923	29.153	1940	11.123	1957	47.518
1924	4.265	1941	10.407	1958	114.528
1925	1.298	1942	17.553	1959	86.203

Analisando o quadro acima percebemos uma variação no que diz respeito ao direcionamento de recursos quando da ocorrência das secas. Percebemos um aumento expressivo de recursos, por exemplo, quando comparamos o ano de 1931 com 1932, na ocasião de mais uma seca atingindo a região. Assim, mais uma vez indagamos se de fato estes investimentos se mostram eficientes no combate a seca.

A construção de açudes e barragens são uma constante expressiva no século 20. Justamente por que a falta de água se apresentava como o problema maior, e para que isso fosse resolvido, o armazenamento se fazia necessário. Enquanto, por um lado a igreja defendia suas posições religiosas sobre o fenômeno da seca, o governo e os técnicos discutiam possíveis soluções e estudos para contrapor-se cientificamente, estudando possíveis causas e medidas a serem tomadas. Assim as muitas comissões científicas enviadas a região Nordeste entenderam que o problema da seca era tão somente a falta de água relegando para segundo plano as questões sociais que permeavam a sociedade naquele momento.

Os problemas sociais, econômicos e políticos verificados durante a seca de 1877 não eram, portanto, *visíveis* naquele momento. Foi somente no início do século XX, com a criação na Inspetoria de Obras Contra as Secas, que uma equipe de técnicos ingleses e americanos veio analisar os solos da região e estudar as possíveis *causas*:

A seca torna-se um empecilho ao progresso, ao desenvolvimento da região do país como um todo e por isso passa a ser um problema não somente de caráter regional, mas nacional, para o qual exigem-se medidas não apenas assistencialistas por ocasião das estiagens, mas uma política planejada a longo prazo, que permitisse um combate permanente ao flagelo (ALBUQUERQUE, 1988, p.185-186).

A segunda metade do século 19 marca o início, o aprimoramento e a difusão dos ideários positivistas no país, a qual trazia a idéia de progresso de desenvolvimento do

Estado brasileiro. Desta forma, a seca funcionava como uma barreira que impedia o desenvolvimento, e seu ‘combate’ fazia-se necessário. Neste sentido como trouxemos anteriormente, os estudos apontados pelos pesquisadores caminhava para a conclusão de que a ausência de água era o problema maior naquele momento pensamento este que organizou diversas operações e criações de órgãos governamentais para a construção de diversas obras e planejamentos, como mostrado antes.

Por muitos anos o problema da seca se limitava a falta de água, necessariamente. Claro que a obviedade desta argumentação perpetuou por anos, e por isso as medidas de contenções de água se mostraram, a principio, necessárias. Obras gigantescas construídas com dinheiro público em propriedades privadas não resolviam o problema como se pensava. Assim, observamos que os maiores beneficiados não eram, por assim dizer, aqueles que praticavam a agricultura de subsistência. Estes se beneficiavam temporariamente com os trabalhos nos programas emergenciais para construção de obras publicas, sendo que posteriormente a situação se repetia a cada seca.

Governantes se aproveitavam da seca como justificativa de atração de capital, e em um sistema de trocas e favores eram beneficiados através dos constantes desvios, já que as medidas de fiscalização eram insuficientes naquele momento.

Passaremos agora a analisar as secas na região do Cariri cearense, especialmente as secas de 1958 e 1970. Nossa escolha deveu-se ao fato da região se apresentar como sendo uma particularidade climática no Ceará ou até mesmo no Nordeste, através do clima ameno e verde, resultado da localização geográfica beneficiada pela chapada do Araripe. A análise das secas aqui apresentadas se mostraram constantes nos documentos encontrados e nas narrativas orais até aqui encontrados, às vezes pelas muitas notícias e obras de investimentos na região pelos governantes da época; enquanto a outra seca, por assim dizer, registrou forte insatisfação pela população em geral e várias críticas nos veículos de comunicação. Desta forma, passaremos a analisar cada uma delas separadamente, almejando encontrar e discutir cada aspecto particular que as preconizam.

3.4: ANÁLISE SOBRE A SECA DE 1958 NO CARIRI CEARENSE

Existe uma complexidade e particularidade quando se pretende desenvolver um estudo sobre o Ceará, especialmente quando se trata da Seca. Isso porque como qualquer Estado dentro da federação, a heterogeneidade se mostra presente nos campos religioso, social e climático. E tal complexidade ganha intensidade quando tais questões se mostram interligadas umas às outras. No interior do Estado, na parte sul tem-se o Cariri, uma microrregião bastante diversificada de povos. Diferente do Cariri paraibano (como dissemos no primeiro capítulo deste estudo), esta região no Ceará compõe um clima ameno, verde, propício à agricultura e agropecuária. Foi uma importante área produtora de açúcar e tabaco, assim como também mandioca, milho, arroz, etc.

Pelo fato de estar localizado nas dependências da Chapada do Araripe, nas divisas dos Estados de Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte, o Cariri mantém uma posição estratégica também para o comércio, através de suas feiras nas cidades de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha.

Esta singularidade sobre a região angariou historicamente uma posição de destaque no Ceará, através da memória oral, sendo que aquele espaço se tornava um lugar favorável ao retirante do mais estreito interior sul em tempos de seca, quando a alternativa de ir à capital se mostrava impossível. Assim, em tempos de seca o Cariri formava, ao lado da capital cearense, uma quantidade expressiva de retirantes que fugiam da seca e buscavam auxílios do poder público. Desta forma, a particularidade regional e climática do Cariri, com solos férteis e clima favorável à agricultura, se transformavam em atrativos fundamentais para aqueles que procuravam resistir à seca. Sobre o Cariri cearense, Darlan Reis Jr., comenta que “ a região não é toda banhada pelas águas, nem tem todos os solos férteis. A área com esta configuração é a chapada do Araripe(...). Esta chapada “proporcionava solos férteis e uma manancial de águas que se não ficavam totalmente imunes ao problema da seca, constituíam-se em reservas importantes para o *continuun agrário*.”(REIS, 2011, p.2).

Foi durante o ano de 1958 que a situação do Cariri mudou consideravelmente. Mais uma seca assolava a Região, e o ‘drama’ da população novamente se repetia. As fontes disponíveis para esta pesquisa revelam dados significativos no que diz respeito a esta seca, que por sua vez *construíram* imagens apologéticas sobre a mesma seca de maneira particular. Quando se viaja pelo Cariri, basta observar os muitos açudes e

barragens iniciados neste período, constituindo-se em provas significantes de um forte investimento do governo em obras emergenciais.

Logo no início de 1958 observamos diversas matérias jornalísticas de movimentações políticas tratando das secas. O jornal *Diário de Pernambuco*, em matéria do dia 19 de março de 1958, traz notícias sobre cogitações de uma possível seca que estava prestes a ser sentida no Nordeste. A notícia relata uma movimentação considerável de recursos prometidos pelo presidente Juscelino Kubistchek em um valor superior à 100 milhões de cruzeiros. Esta matéria apresenta um detalhe importante, pois mostra ainda a dimensão do problema logo no início do ano, e como possivelmente a seca seria combatida pelo governo.

Naquele contexto o país estava passando por uma situação complexa. O presidente assumiu a bandeira do desenvolvimentismo acelerado, da entrada de capital estrangeiros e empréstimos a bancos no exterior. A política de investimentos se comprometia desenvolver o país através da instalação de indústrias nas regiões sul e sudeste do país almejando um crescimento considerável nestes setores. Para Argemiro Brum:

Já no final da década de 1950 tornaram-se insistentes as manifestações de descontentamento das regiões que se sentiam mais prejudicadas. Passou-se, então, a buscar mecanismos para corrigir esta tendência concentradora histórica, agravada nos anos 50. Com este objetivo foram criados organismos regionais. Primeiro a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), criada em 1959, e, mais tarde, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), a Superintendência do Desenvolvimento do Extremo Sul (Sudesul), e a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco). (Brum, 2013, p.222).

A criação desses órgãos governamentais, e especialmente a SUDENE, que no contexto deveria proporcionar continuidade ao DNOCS, foi importante para o Nordeste, uma vez que houve um maior planejamento estratégico no que diz respeito as providencias e gerenciamentos de recursos para o combate as secas. O que percebemos, entretanto, nas páginas dos jornais aqui analisados, é uma preocupação razoável no que diz respeito a uma possível seca que estava prestes a se instalar.

Contudo, como se parecia esperar naquele momento a seca de 1958 chegava e trazia um flagelo assustador: perda de plantações, animais, fome, etc. Com o objetivo de analisar os efeitos da seca de 1958 em alguns Estados do Nordeste, recorreremos as

pesquisas feitas pelo Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE), que direcionavam seus estudos para os Estados do Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, almejando entender e propor alterações nos planos de governos para o combate as secas.

Uma das preocupações do ETENE foi quantificar os efeitos das secas para a economia regional, mapeando os prejuízos somados nos Estados selecionados para a pesquisa. Segundo os dados, tivemos uma perda de aproximadamente 10 bilhões de cruzeiros no ano de 1958, sendo que destes 8 bilhões foram quantificados sobre as lavouras, e ainda 2 bilhões da agropecuária.³⁶ Estes dados são extremamente importantes, e refletem um momento de perdas significativas sobre a Região Nordeste. Procuramos nos relatórios dados sobre as transferências governamentais para cada Estado e os cálculos que se referiam a um montante de recursos por pessoas alistadas nos programas assistencialistas, mas não foram encontrados.

Entretanto, tivemos acesso a quantidade demográfica no nordeste em 1958, residente no Polígono das secas. Segundo os relatórios,

O Polígono das secas, com aproximadamente 78% da área do Nordeste concentra cerca de 65% da população. Estima-se a população do Polígono em pouco mais de 10,5 milhões de habitantes, de um total de 16,4 milhões para todo o Nordeste (...). Excetuando algumas cidades do litoral o maior centro populacional do interior do polígono das secas é Campina Grande(PB), com cerca de 100 mil habitantes, em meados da década de 1950.³⁷

Através destes dados podemos compreender que a maior parte do Polígono das secas foi afetada pela estiagem, e ainda que nestes espaços uma quantidade extremamente grande também foi atingida pelos reveses da seca. Para a época, a quantidade demográfica era considerada volumosa, dadas as peculiaridades do Nordeste, principalmente o interior dos Estados que ainda mantinham uma economia vulnerável, baseada quase que exclusivamente na agricultura, como se percebe nos dados abaixo:

O principal produto agrícola na área seca é o algodão, que gerava uma renda de cerca de Cr\$ 3,7 bilhões (US\$ 40,1 milhões) num total de Cr\$ 3,9 bilhões (US\$ 40,2 milhões) para toda a região em 1955. Outros produtos de grandes importância são: cera de carnaúba, mamona, feijão, milho, agave, café,

³⁶ A seca de 1958: uma avaliação pelo ETENE/Renato Santos Duarte (organizador). Fortaleza: Banco do Nordeste; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2002. Ver dados na página 18.

³⁷ Idem, p. 31.

mandioca e banana, com mais de Cr\$ 6,1 bilhões de um total de Cr\$ 8,2 bilhões para o Nordeste.³⁸

Estes dados são cruciais para compreender como a situação se configurava em tempos de seca, uma vez que a economia dos Estados que se baseavam quase que unicamente na agricultura se desestabilizava, trazendo, por assim dizer, um problema relevante que é o desemprego no campo. A mão de obra cessava quando não mais existiam lavouras a serem trabalhadas. Com isso seguindo a linha da economia de mercado, o comércio paralisava, sem o consumo necessário ao funcionamento.

Todavia, logo que a seca foi oficialmente reconhecida, o governo tratou de tomar as providências cabíveis naquele momento, a fim de minimizar os efeitos trazidos pela seca. Nas cidades dos Estados onde os prejuízos foram notáveis começaram-se investimentos em infra-estrutura, através da construção de estradas, açudes e barragens. Segundo o ETENE, cerca de 5 bilhões de Cruzeiros foram destinados logo no início da seca, destacando, segundo o mesmo órgão, “recursos extraordinários para a época.”³⁹ Assim, os dados conferem que esta injeção de recursos federais nas obras de emergência reduziu os efeitos da seca em até 50% dos prejuízos na agropecuária, novamente segundo o ETENE.

Ainda que esta “enxurrada” de recursos públicos de refira ao Nordeste como um todo, no Cariri cearense é possível verificar nos dias de hoje o resultado concreto das obras emergenciais, a saber, as muitas estradas pavimentadas iniciadas em 1958, várias barragens e açudes, tanto nas cidades mais populosas como Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Nova Olinda entre outras, como em cidades pequenas através da fabricação de tijolos para a construção de capela, igrejas e até mesmo escolas.

Estes dados significam concretamente uma certa preocupação do governo no que diz respeito ao socorro para com os flagelados da seca. O atual cenário nacional que preconizava o desenvolvimentismo acelerado trazia as condições necessárias para que houvesse os investimentos ora apresentados. Afinal, seria uma contradição alçar a bandeira do progresso e observar o flagelo dizimando a população por causa da seca.

As informações coletadas nos mostram que a seca de 1958, no Cariri, estava se desenvolvendo de uma maneira particular, uma vez que a quantidade de investimentos

³⁸ Ibidem, p. 32.

³⁹ A seca de 1958: uma avaliação pelo ETENE/Renato Santos Duarte (organizador). Fortaleza: Banco do Nordeste; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2002. Ver dados na página 43.

provindas do governo foi, por assim dizer, de certa forma suficiente para suprir as necessidades primárias de uma população que vivia quase exclusivamente da agricultura não necessitando, em última instância, se organizarem em grupos para saquear as feiras, pressionar o poder público e migrar para outras regiões do país.

Almejando encontrar algumas fontes históricas que pudessem refletir as flutuações econômicas, bem como as entradas e saídas de dinheiro nas cidades atingidas pela seca, tivemos acesso a alguns documentos da prefeitura municipal de Farias Brito, que fica à 44 Km de Crato, e 488 Km de Fortaleza. Neste documento, podemos verificar informações importantes para nosso estudo. Ocorre que ao analisar a quantidade de recibos pagos pela prefeitura, observamos um padrão comum destes para os anos de 1952, 1953, 1954, 1955, 1956 e 1957. Os prefeitos que estavam a frente destas prefeituras faziam viagens regulares mensais, e as despesas eram praticamente as mesmas, sem alterações significativas. Despesas como viagens à capital e hotéis eram regulares e pareciam seguir datas comuns, mais ou menos a cada dois meses, sendo umas cinco ou seis vezes no ano.

No que diz respeito a 1958 e 1959, entretanto, percebemos alterações na quantidade de viagens, despesas em hotéis, etc., o que sugere uma certa preocupação ou intervenção do executivo junto aos superiores em decorrência da seca, uma vez que nestes recibos temos a justificativa de participação de reuniões na capital. Os recibos encontrados sugerem um aumento de quase 35% nas viagens, tendo como base 1956 e 1957 em comparação com 1958 e 1959.

Em meio aos recibos encontrados nesta cidade, uma situação chamou a atenção: um recibo datado do dia 31 de Julho de 1958 foi repassado da administração da cidade para um homem que residia no Sítio Nova Betânia, na zona rural do município. O recibo registra:

Recebi do senhor prefeito Municipal a importância de 900 cruzeiros relativos aos seus vencimentos durante os meses de Janeiro a Junho do corrente exercício como varredor de ruas de Nova Betânia.⁴⁰

Este documento, por mais normal que possa parecer, mostra-se interessante quando não verificamos este tipo de serviço nos anos ou meses anteriores à 1958. Com

⁴⁰ Pasta administrativa do ano de 1958. Recibo de pagamento de subsídios extraordinários. 31 de Julho de 1958.

isso não estamos afirmando que os serviços dentro das cidades fossem paralizados em decorrência da seca, mas que este em particular, foi verificado quando da ocorrência de uma seca de grandes proporções como esta que está sendo analisada. Tentamos buscar outras fontes em outras cidades que pudessem ajudar a entender os manejos econômicos durante a seca, mas não tivemos êxito.

Assim, entendemos que a seca de 1958 teve uma preocupação diferenciada no que diz respeito à quantidade de investimentos em obras emergenciais na Região do Cariri cearense. As fontes (escritas e orais) refletem, a nosso ver, esta diferenciação, este momento singular que, apesar dos constantes desvios e maus planejamentos nas obras conseguiu suprir as necessidades prioritárias de muitos flagelados à época. Na memória oral, os órgãos públicos ficaram registrados com tons apologéticos e os governantes adotados como pais que socorreram seus filhos durante a seca.

Mas a memória é seletiva por natureza, e registra aspectos considerados importantes, negligenciando outros aspectos que ela mesma julga indigna de representação ou registro.

Passaremos a analisar a seca de 1970 no Cariri cearense.

3.5: REFLEXÕES SOBRE A SECA DE 1970 NO CARIRI CEARENSE

As fontes consultadas até o presente momento singulariza a seca de 1958 como tendo destaque maior no que diz respeito a atenção voltada a atender as questões prioritárias e emergenciais em tempos de seca, através de obras públicas e destinação de capital que objetivava amenizar o flagelo da seca. Se compararmos com outros momentos, por exemplo, podemos analisar a destinação de recursos para construções urbanas e rurais em diversos outros locais do Ceará e no Cariri, e uma cobertura pragmática da imprensa, através de jornais, cartas, telegramas, etc., o que faz com que esta seca seja sentida de maneira diferenciada e amenizada. Todavia, é importante pensar sobre esta questão, uma vez que o contexto da época também era singular, e se apresentada com a bandeira do desenvolvimentismo acelerado hasteada como principal meta do governo.

Outrossim, a seca de 1970 se apresentou em nossas pesquisas de maneira diferenciada. A princípio procuramos coletar entrevistas de história oral a fim de entender o cotidiano das secas de 1942 e 1958 no Cariri, almejando perscrutar como aqueles sentimentos/emoções dos flagelados que viveram direto ou indiretamente as secas funcionava no presente vivenciado. Desta forma, poderíamos perscrutar como as lembranças eram construídas e apreendidas por estes no momento em que se recordava.

Entretanto, as memórias revelaram aspectos pertinentes e interessantes. A seca de 1970 era construída mnemonicamente como oposição representativa em relação à seca de 1958, sendo a ajuda governamental ausente e o sofrimento decorrente deste durante a seca de 1970 quem funcionou como indícios de representatividade que registra tal oposição ou descontentamento. Assim, foi esta questão primordial quem fez-nos analisar, nos documentos e nas próprias entrevistas, quais os efeitos da seca de 1970 na região do Cariri cearense, e como estes efeitos se apresentam nas fontes disponíveis.

Todavia, é de extrema importância compreender os anos 1970 em sua particularidade política durante o regime militar, com políticas sociais e econômicas próprias da época analisada. Estávamos voltados para o crescimento acelerado que buscava inserir o país em um novo patamar de crescimento econômico junto as economias emergentes através dos avanços em tecnologia e no desenvolvimento dos padrões de vida da população. Esta era, por assim dizer, a lógica dos governos militares.

Verificava-se uma maior centralização do poder do Estado na economia objetivando alargar as bases para o crescimento que preconizava o desenvolvimento sob as vias de ajuda externa, através da atração de capital e empresas. Para Argemiro Brum:

Durante os governos militares acentuou-se a intervenção do Estado na economia – controle salarial, controle dos preços, indexação, estatização. Criaram-se mais empresas estatais do que qualquer outro período da história do país. Mesmo assim as classes econômicas, que tem um discurso contrário a intervenção do Estado na economia, apoiaram o regime. Quando favorece o capital, a intervenção do Estado é bem-aceita pela burguesia. (Brum, 2013, p. 265)

Esta política intervencionista do Estado atendia a interesses próprios e particulares, sendo que, ainda segundo o autor, a criação destas empresas estatais “abria um amplo campo de atuação para um expressivo numero de militares” (Idem, 2013, p. 265), que assumiriam postos de comando nestas, aparelhando mais ainda o sistema de

governo, aumentando o controle por parte dos militares nas varas políticas e econômicas.

Estas questões e medidas adotadas pelos governos militares visavam a concentração econômica e política na figura do executivo federal em detrimento dos Estados e Municípios, o que poderia dificultar a implementação de alterações nas medidas socioeconômicas. Todavia, a bandeira levantada pelos militares pregava a expansão da economia:

Assim que a economia brasileira começou a apresentar altas taxas de crescimento em anos sucessivos, o governo militar (Médici), aproveitando a onda dos “milagres”, procurou confundir a imagem de que a década de 1970 seria assinalada pelo milagre brasileiro. (Brum, 2013, p. 281)

Contudo, percebe-se que as medidas adotadas alcançaram um patamar razoável de crescimento do PIB em 1970, chegando a 10,4%. Todavia, tal crescimento teve um custo maior, sob a égide do endividamento externo e do arrocho salarial, bem como da crescente inflação. Podemos pensar que estes problemas posteriores dificultaram a distribuição de recursos e investimentos em algumas partes do país, e temos o Nordeste como centro de nossa atenção, a partir da década de 1970, onde uma grande seca atingia a região.

Abaixo temos uma tabela⁴¹ acerca da quantidade registrada de trabalhadores em todos os Estados do Nordeste. Nesta podemos perceber a quantidade de trabalhadores que participaram das obras emergenciais em 1970 em cada Estado e na área do Polígono das Secas. Na tabela podemos perceber uma maior concentração de trabalhadores no Estado do Ceará, o que pode indicar efeitos consideravelmente maiores na economia do Estado.

TABELA 2

RELAÇÃO DE INVESTIMENTOS DA SUDENE EM CADA ESTADO DO NORDESTE

⁴¹ Fontes de dados básicos: SUDENE, Relato da atuação no combate aos efeitos da estiagem no Nordeste, Recife, 1971. ETENE.

UNIDADE FEDERAÇÃO	DA	TRABALHADORES-MÊS (1000)	TRABALHADORES- MÊS/POPULAÇÃO RESPECTIVA DO POLIGONO
------------------------------	-----------	-------------------------------------	--

PIAUI	307,8	0,19
CEARÁ	1.415,1	0,34
RIO GRANDE DO NORTE	802,6	0,53
PARAÍBA	758,7	0,34
PERNAMBUCO	603,0	0,22
ALAGOAS	104,2	0,18
SERGIPE	43,6	0,12
BAHIA	15,0	0,04

TOTAL	4.050,0	0,23
--------------	---------	------

Outros dados revelam uma quantidade mais exata acerca da situação cearense em pleno mês de outubro de 1970, onde se verifica um total de 28 782 trabalhadores nas frentes de trabalho, sendo que no Nordeste temos um total de 394.597 trabalhadores nos programas emergenciais. Entretanto, os dados revelam, ainda que 74% da área cearense foram atingida pela seca, formando um total 90 dos 184 municípios cearense que sofreram com a estiagem.⁴²

A princípio podemos considerar uma quantia expressiva de recursos destinados ao Nordeste, por exemplo, mas quando observamos que as despesas do governo chegou a 332.290,00 cruzeiros, sendo que os cálculos mensais por trabalhador atingem somente 82,0 cruzeiros para cada flagelado, entendemos que foi relativamente baixo,⁴³ considerando uma desvalorização cada vez maior do cruzeiro em 22 de Dezembro de

⁴² Dados obtidos no documento *Caráter e Efeitos da Seca Nordestina de 1970*. Dirceu Murilo Pessoa, Clóvis de Vasconcelos Cavalcanti. Fortaleza: Banco do Nordeste; Recife: Fundação Joaquim Nabuco – 2002.

⁴³ SUDENE, Relatório final da seca de 1970, Recife, Junho/1971.

1970(1,86%) em relação ao dólar norte-americano que chegava a 4,96 cruzeiros na mesma data.⁴⁴

A seca de 1970 chegara ao Nordeste, e os recursos se apresentavam como insuficientes. Esta insuficiência de recursos pode ser representada nas páginas do Jornal A Ação, órgão da Diocese de Crato, que veiculou no Cariri entre os anos 1930 a 1980.

Estas questões podem significar a instabilidade da Região diante da calamidade publica que se alastrava cada vez mais em decorrência da seca. A situação se agravava cada vez mais à medida que o tempo passava, uma vez que verificamos constantes denúncias sobre o descaso não somente por parte do poder público local, mas também das camadas sociais em geral, a saber, os comerciantes, padres, membros de sindicatos, etc. Podemos, assim, constatar tal descaso justamente pela grande quantidade de matérias editadas por este jornal, desde apelos dos grandes comerciantes através da *Associação Comercial* que era porta-voz da classe, até mesmo da ala religiosa ligada à igreja da Sé em Crato.

Segundo Dennis de Oliveira dos Santos,

Os governantes locais, em específico os prefeitos do interior dos Estados, tentaram enfrentar o problema limitando-se as suas velhas possibilidades. Em Limoeiro do Norte, por exemplo, o governo local tentou remediar a situação, abrindo pequenas frentes de serviço que trouxessem auxílio as pessoas.⁴⁵

Dennis de Oliveira dos Santos nos trás uma realidade bastante comum: as prefeituras, como sendo as primeiras opções de contato dos flagelados com o poder publico, são as primeiras a serem procuradas nos casos de emergência. Ali está o poder, ainda que seja limitado, mas representa o poder. Assim, neste caso, temos uma representação particular do paternalismo que se configura e se materializa na mente dos flagelados como sendo seu *ajudador*. Entretanto, sabemos que o poder político é dividido em várias facetas e ramos, e que uma simples prefeitura mostra-se subalterna e, portanto incapaz de conter um problema de grande proporção como uma seca, por exemplo. Em limoeiro do Norte, que fica à 353 Km de Crato e apenas 203 de Fortaleza,

⁴⁴ Correio da Manhã, 22/12/1970.

⁴⁵Ver: SANTOS, Dennis. ESTADO DE EMERGÊNCIA, MISÉRIA E SECA NO CEARÁ (1970 – 1987). Disponível em: < <http://sinnedos-sociologia.blogspot.com.br>>, acesso em: 03/08/2015.

a seca consome as plantações e alvoroça a cidade, sendo que em Crato e nas cidades vizinhas a situação também se materializava.

As manifestações da Associação Comercial do Crato são uma constante no que diz respeito à tomada de providências por parte dos órgãos públicos. Tendo em vista a situação se agravando aos poucos, e também a grande quantidade de massa de flagelados da região chegando a Crato e Juazeiro do Norte podendo ameaçar a instabilidade local, a Associação chega a propor diretamente a direção do Banco do Brasil que fizesse empréstimos de emergência a fim de evitar males maiores e contornar a situação da seca na Região. O jornal A Ação retrata a matéria no dia 06 de Junho de 1970:

A Associação Comercial do Crato, em Ofício enviado a direção geral do Banco do Brasil, sugere a liberação de empréstimos de emergência em favor dos agricultores, em face de crítica situação causada pela seca.

No referido Ofício, enviado no dia 25 de Maio de 1970, podemos analisar uma descrição dos fatos e das circunstâncias que ocorriam no Cariri naquele contexto. Um misto de preocupação com o presente e com o futuro. No documento poderemos perceber tamanha preocupação com a instabilidade política, econômica e social do Cariri:

A manifestação do inverno que tivemos este ano foi tardia e falha. Chuvas esparsas que em nada adiantaram. Campos tostados, lavouras perdidas, pecuária desvalorizada, êxodo rural com favelamento das cidades, dificuldades no comércio e na indústria, apreensões de toda a ordem, incerteza do dia de amanhã, e a fome rondando nos lares. Uma situação desesperadora e intranquila, cuja realidade não exageramos.

Esta descrição não é “exagerada”, como diz no ofício. A cada dia que se passava aumentava-se a massa de retirantes em Crato. Dezoito dias depois de enviado este ofício as autoridades, mais especificamente em 13 de Junho de 1970, temos outra matéria do mesmo Jornal registrando o cotidiano e as consequências da seca e, também, da ineficácia do poder público em amenizar o problema. Desta vez o jornal vem denunciar o problema social acarretado pela seca, quando menciona a chegada de “centenas de flagelados” na Região. Cita ainda a instabilidade social causada pela seca quando tais flagelados ameaçam invadir as feiras locais almejando buscar ajuda junto ao governo,

sendo que tais tentativas são frustradas, cessando os alistamentos. Na referida matéria, podemos observar:

A cada dia que passa, agrava-se a situação em nossa região. Segunda-feira houve ameaça de invasão da feira local em Crato quando centenas de flagelados se concentraram na <feira do feijão>, em busca de *alimentos para saciar a fome* [...] enquanto isso, os ficheiros da SUDENE *suspenderam o alistamento dos flagelados*, agravando-se mais ainda a crise, visto que as prefeituras não têm condições de manter frentes de serviço. (grifos do autor)⁴⁶

Este clima de abandono é, por assim dizer, assustador. O desespero rende a condição humana e subtrai os padrões de civilidade. Estamos falando da fome, que, do ponto de vista de quem a sofre, deve ser suprida a qualquer custo⁴⁷.

As pessoas perderam praticamente tudo na seca de 1970. A única forma de “salvar suas vidas” era contar com a ajuda do governo paternalista que os “ajudou em 58.” Mas esta ajuda observada outrora não foi executada quando da seca em questão, segundo nossas fontes. No próprio documento analisado em questão, a Associação Comercial cratense se refere que mais de 70% de todos os produtos na região foram consumidos pela seca. Assim, tendo em vista este particular, só teríamos alimentos na Região se fossem trazidos de fora do Estado.

Sem lavouras, sem comércios, sem meios próprios de sobrevivência, os agricultores se limitavam ao governo. Este, por sua vez, se mostrava estático, e inerte à situação evidenciada. Na citação anterior da fonte pesquisada vemos que “enquanto os flagelados ameaçavam invadir as feiras de alimentos no Crato, os ficheiros da SUDENE suspenderam o alistamento.”

Uma situação bastante complexa para um governo que à época se pretendia elevar o Brasil no patamar junto às potências econômicas. Assim, levando em consideração este estado de coisas, e tendo em vista a gravidade da situação e a preocupação demasiada com “a movimentação do Comércio na Região”, a Associação Comercial solicita que o próprio banco conceda empréstimos de emergência e a

⁴⁶ A Ação. 13/06/1970.

⁴⁷ Na pesquisa de Frederico de Castro Neves é referenciada neste trabalho, podemos perceber, a partir da análise do Jornal O Povo, diversas citações de casos de antropofagia, onde flagelados famintos sucumbem ao canibalismo, revertendo as condições humanas existentes. Novamente, ver: NEVES, Frederico de Castro. **A Multidão e a História: saques e outras ações de massas no ceará**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

dilatação daqueles já feitos no passado, para que os agricultores consigam efetivar obras emergências.⁴⁸

Contudo, o referido ofício sugere solicitar empréstimos de emergência para os próprios agricultores, mas não identifica se tais recursos venham direto para estes, e eles mesmos os pudessem gerenciar sem um projeto específico feito pelo próprio banco, mas apenas uma sugestão de onde seriam aplicados tais recursos. Resta conjecturar se estes empréstimos eram uma estratégia que se buscava substituir as obras de emergência que estavam paradas por conta da ineficácia do Governo. O fato é que segundo o documento os recursos, se disponibilizados, deveriam ir diretamente para os proprietários, e estes, na utilização dos fins justificados, proporcionariam empregos e, portanto a movimentação da economia, conforme vemos abaixo:

“(…) e que alem da dilatação dos prazos dos pagamentos dos empréstimos agrícolas, de melhoramento e de entressafras, nesta difícil fase em que todos atravessamos, e, além do mais institua uma modalidade de empréstimos de emergência, para aplicação, pelos mesmos agricultores e proprietários rurais, em obras de infraestrutura, açudes, estradas, cercados, ensilagem, moto bomba, irrigação, avicultura e outras modalidades capazes de reter os homens no campo na gleba onde eles situam.⁴⁹

Nas linhas seguintes o ofício trás uma justificativa interessante, afirmando que se tais recursos fossem disponibilizados, evitariam “o êxodo rural de tão funestas conseqüências.” O clima de instabilidade política, social e econômica estava presente no Cariri cearense. É nesta preocupação demasiada e situacional que o presidente da Associação Comercial, Thomaz Osterne de Alencar, expõe suas questões na carta, dizendo que em face da ocorrido, somente estas medidas poderiam providenciar melhoras para o Cariri:

Em face do exposto, aviltramos o atendimentos das medidas que acima foram enfocadas, na certeza de que elas, somente elas, serão os mais poderosos elementos para devolver a tranqüilidade (...). E desanuvar os negros horizontes que ora pairam sobre o Nordeste e o Cariri em particular, e ensejar ao trabalhador rural melhores dias, com possibilidades e condições de, em tempo oportuno, saldar seus compromissos e voltar a movimentar o comercio nas cidades.⁵⁰

⁴⁸ Ofício enviado pela Associação do Crato ao Banco do Brasil. 25/05/ 1970.

⁴⁹ Ofício enviado pela Associação do Crato ao Banco do Brasil. 25/05/ 1970.

⁵⁰ Idem.

Podemos dizer que a situação no Cariri mostrava-se assustadora, e que a seca de 1970 não era apenas uma “pequena estiagem passageira.” Era um fato concreto, mas que parecia ser tergiversado pelas autoridades, já que medidas efetivas eram negligenciadas e deixadas de lado. Todas as entidades representativas do Cariri se manifestavam contra a seca, mas, pela quantidade de matérias denunciativas, os resultados não se configuravam como o esperado.

Em 1970, Humberto Macário de Brito, prefeito Municipal da cidade do Crato, providenciou um “completo relatório sobre a seca no Crato e Região”, e entregou pessoalmente ao Comandante da décima região militar em Fortaleza para que medidas urgentes fossem tomadas, sendo que “solicitam providencias em favor dos flagelados, que esperam ser atendidos.”⁵¹ Poderemos constatar uma série de manifestações e apelos das mais variadas entidades e lideranças políticas e administrativas do Cariri em favor dos flagelados, não medindo vozes e sem conservar esforço para que se buscassem alternativas contra a seca no Ceará. “As autoridades e entidades de classes continuam *apelando* para os órgãos competentes, solicitando providencias para o angustiante problema.”⁵²

Não se mostra injusto conjecturar quais seriam as razões para estaticidade das autoridades em “amenizar o angustiante problema da seca”, através dos constantes programas emergenciais ou outros meios possíveis e eficazes, feitos outrora, quando de outras secas passadas. Ora, em 1958 houve uma “enxurrada de recursos” para as mais variadas obras. A seca, ou melhor, os efeitos trazidos por esta, por assim dizer, foram *amenizados*. E, nas mentes políticas de autoridades e representantes, e com efeito nas cabeças e corpos físicos do pequeno produtor e agricultor rural, em cujo sustento se derivava da própria natureza, tudo aquilo *andava* a passos largos de serem explicados.

Quais as razões para o não reconhecimento oficial da seca no Ceará e ates mesmo no Nordeste? Se o Brasil estava passando por um momento de grandes transformações na conjuntura política e econômica, pelo “milagre” do capital, por que a seca ainda era uma realidade? Tais perguntas não podem ser respondidas, o que confere e molda os discursos atuais de que a seca não foi e não é, necessariamente, um mero fator climático de irregularidade ou ausência de chuvas. A seca também é, consideradas

⁵¹ A Ação. 06/06/1970

⁵² A Ação. 13/06/1970 (grifos nossos)

todas as hipóteses até então estabelecidas nós, um problema social, econômico e principalmente político:

Quarta-feira passada, o deputado Ossian de Alencar Araripe, nosso representante na Câmara Federal, atendendo um convite da Câmara Municipal, fez importante pronunciamento sobre a real situação da grave crise agrícola que se abate sobre o Cariri. Informou, inicialmente, que as mais contraditórias notícias sobre a situação chegaram a Brasília. Alguns afirmavam que a estiagem não era tão grave, enquanto outros contrariavam informando que o Estado do Ceará sofria graves conseqüências de uma seca. Em face das informações apenas alguns municípios foram enquadrados na faixa de emergência e em estado de calamidade publica, com frentes de trabalho dos órgãos do governo.⁵³

Temos que considerar que política é um negócio, uma trama, jogo de forças e interesses comuns e diversificados. A arte do discurso, da oratória, da demagogia. A matéria traz uma questão interessante. O que importa não é a seca. Nem tampouco o que se está acontecendo em determinado lugar. Muitas pessoas não *vêem*, não *sentem* os seus efeitos catastróficos. Famílias passando necessidades, animais morrendo de fome e de sede, plantações perdidas. Tudo isso é política. “Contraditórias notícias” eram verificadas em todos os sentidos, e talvez fosse isso um, e apenas um, dos motivos para que o Cariri não fosse enquadrado na categoria de emergência por causa da seca, e assim recebesse verbas governamentais. Poderemos estar correndo o risco de ir além do senso comum em ponderar desta forma, mas a realidade mostra-se pertinente. Escrevemos isso por que em vez de “notícias contraditórias”, por que as autoridades responsáveis não se disponibilizaram a ver pessoalmente o drama da seca no Nordeste, e observar com os próprios olhos famílias carentes passando necessidades e sucumbindo as intempéries da Natureza e do próprio homem?

Foi neste clima de necessidade, de imperiosa e necessária sensibilização, de constatar a realidade, que o Presidente General Garrastazu Médici se dispôs a vir o Nordeste, e ver o clima da seca, sob os agradecimentos a Deus, e sobre a impactante e angustiante viagem, se sensibilizar com a seca. Assim, compartilhou sua visão no dia 06 de Junho de 1970 através de um discurso histórico e com um tom emocionante:

Aqui vim pra ver, com os olhos de minha sensibilidade, a seca deste ano, e vi todo o drama do Nordeste. vim ver a seca de 1970 e vi o sofrimento e a miséria de sempre(...). Vim ver e vi. Vi o Nordeste de dentro, de Crateús e dos Currais Novos. Vi a paisagem árida, as plantações perdidas, os lugarejos

⁵³ A Ação 15/05/1970.

mortos.(...) Vi os postos de alistamentos destas mesmas frentes, com multidões famintas, angustiadas, esperando sua vez. Vi o sofrimento de homens moços, de mais de dez filhos(...). Vi a esperança, apesar de tudo, e a fortaleza moral daquela gente sofrida que a mim falou a verdade. Vi tudo isso com meus próprios olhos e conclui o que não cheguei a ver. Nada, em toda a minha vida, me chocou assim, e tanto me fez emocionar e desafiar minha vontade.

Ainda neste discurso o presidente relata as causas da seca, e não as submetem apenas as questões climáticas, mas a inconstâncias das autoridades que em seus discursos políticos e estéreis buscavam apenas satisfazer os padrões pessoais e nada se preocupavam com a alteridade. Denuncia os meios ilícitos de muitos políticos que usaram a questão da seca para se auto-beneficiar, e deixar de lado as iniciativas primárias do flagelo. O discurso do Presidente foi feito no dia 06 de junho daquele ano, e a visita do deputado federal Ossian Araripe foi dia 13 de Maio, sendo que a matéria foi publicada no Jornal A Ação três dias depois. Ou seja, a seca ainda não era um “problema” para os políticos de Brasília.

O governador do Ceará, em visita ao Cariri, constata a seca na região, e visita as poucas frentes de trabalho mantidas pelo governo, percebendo a necessidade de novas frentes, e informando que “foi suspenso, mais uma vez, o alistamento de flagelados, e o DAER não recebeu autorização para abrir novas frentes, o que é lamentável.”⁵⁴

Nesta situação, poderíamos pensar o que estas questões fazem do “emocionante” discurso do presidente Médici? Simples demagogia, como ele mesmo disse? Na mesma data da publicação das palavras do Governador Cearense Plácido Castelo no Jornal A Ação, temos, também, uma matéria que se refere a uma petição publica nas folhas dois, cinco e sete, estampadas em letras garrafais, o título “PREFEITOS DO CARIRI FIZERAM APELO AO PRESIDENTE MÉDICI” para que se “sensibilizasse”, mais uma vez, com o drama da seca.

A seca era um mal que assolava o Cariri, e as providências mostravam-se insuficientes. Existia uma realidade, por assim dizer, concreta. O poder público local e regional estava decidido a intervir, mas os recursos provenientes da esfera federal eram escassos. Muitas eram as solicitações, os pedidos de socorros, cartas das associações, de parlamentares, de membros das igrejas, etc., e poucas eram as respostas. Enquanto isso,

⁵⁴ A Ação 20/06/1970.

os menos favorecidos, as classes flageladas que sofriam diretamente o drama da seca, sucumbia-se, juntamente com a esperança.

Uma mostra real de que a seca também é um problema social. Divergências de interpretação? Tergiversou-se as palavras “emocionantes” do Presidente Médici quando visitou o sertão nordestino e “reconheceu” a seca. Demagogia, persuasão? Eis as palavras de ordem. Enquanto se discutem o que significa a palavra ‘seca’, pessoas vivem seus pesadelos, observando a inércia de seus governantes. Clamores e dores se “observam” nas memórias daqueles que sobreviveram uma seca de grandes proporções, enquanto na outra parte, a saber, na região *Sul* do país, a preocupação estava voltada para o desenvolvimento, para a Copa do Mundo.

Redemoinho de dores, como muito bem descreveu Dennis de Oliveira dos Santos, permeavam os sentimentos angustiantes do povo do Nordeste em tempos de seca. Mostra-se triste a subjetiva situação do pobre agricultor flagelado, que nada mais tem além de sua fé ou força de trabalho, diante de uma situação desesperadora. Lemos e projetamos uma imagem angustiante de pais de família, homens e mulheres, diante daquilo que jurava serem seus supridores, seus superiores e governadores, seus ajudadores, moldados na figura do paternalismo. A antiga “*mãe-SUDENE*” ou “*pai-Governo*”⁵⁵, que antes ajudou em 1958, hoje os abandona. Em suas cabeças, eis pais e mães rejeitando seus filhos nos mais duros momentos. Conjecturamos esta imagem através de uma carta enviada pelos vereadores de Crato para aos Deputados Federais Cearenses, mostrando o drama do Cariri e a situação presente. Na carta, datada do dia 09 de Junho de 1970, projeta-se os rostos famintos e as expressões de abandono conjecturadas acima:

Com o presente, viemos a presença de vossa excelência, para dar-lhe conhecimento da gravidade da situação nas ultimas horas, em nossa cidade. Cerca de 500 homens, famintos, desolados, mas pacatos e serenos, postam-se diante dos órgãos públicos municipais, desde as primeiras horas de ontem, solicitando trabalho e alimento. *Já se comunicou ao Governo do Estado, Chefe de Policia, Décima Região Militar, SUDENE, e nem uma palavra de conforto recebemos dessas autoridades em favor dos nossos irmãos flagelados.*⁵⁶

⁵⁵ No capítulo três deste trabalho teremos as construções narrativas sobre as secas. Em algumas das representações mnemônicas os narradores tecem memórias apologéticas que equiparam a SUDENE a uma ‘mãe’ quando rememoram sobre a seca de 1958, sendo que a própria SUDENE foi criada um ano depois, a saber, em 1959.

⁵⁶ Carta enviada Pela Câmara de Vereadores do Crato e assinada pelo presidente da casa, o senhor José Valdivino de Brito. 09/061970

As palavras ecoam o desespero, a inércia, a ausência de preocupação com a alteridade. Refletem, ainda, a não sensibilização. Todavia, relata a esperança, mesmo que esta seja pequena aos olhos daqueles que se julgam governantes. Os representantes políticos reiteram que buscaram todas as formas de ajuda aos conterrâneos caririenses, e os órgãos representativos lhes viraram as costas. “Nenhuma palavra de conforto”, ou seja, nem uma vã resposta de segurança, ainda que seja de forma ilusória, foi dada. E a carta continua com tom de esperança:

Diante desta situação vexatória, vendo um manto de tristeza e de dor que se abate sobre aquelas criaturas, a Câmara Municipal do Crato recorre aos poderes Federais, através dos seus legítimos representantes no Congresso, para que num esforço conjunto consigam recursos urgentíssimos em favor daqueles cuja subsistência passa a depender dos homens públicos de bom coração.⁵⁷

Esta carta se apresenta de forma significativa em uma parte final, onde conseguimos visualizar nas entrelinhas os jogos políticos e as formas de percepção das circunstâncias. Afirmamos isso por que quando se esta prestes a se encerrar os pedidos de ajuda na Câmara Federal, os vereadores chamam a atenção, mais uma vez, para a situação do Cariri, e enfatizam que aquilo descrito é a realidade, e não um exagero. Talvez para sensibilizar e demonstrar que neste caso a seca não estava sendo utilizada como uma mera justificativa comum observada no passado para somente angariar recursos para a região. Talvez para reiterar que aquilo não constitui uma estratégia para o envio de recursos públicos.

Seria justo pensar que do outro lado este pensamento existisse, afinal, foi o próprio presidente Médici quem disse em seu discurso que muitos políticos utilizavam da miséria dos outros para benefícios próprios, e que a seca em si, ou melhor, o sofrimento do povo nordestino, se constituía em ultima preocupação. O fato é que pessoas sucumbiam, e as fontes disponíveis até aqui corroboram nossa tese de que a ausência de medidas públicas, moldadas pela insensibilização, fez do Cariri cearense um inferno em plena terra. O poder local buscava de todas as formas auxiliar seus patriotas, mas infelizmente não existem indícios de que esta ajuda ulterior fosse correspondida. Encerramos nossas análises da seca de 1970 no Cariri com parte da

⁵⁷ Idem.

referida Carta mostrando as emoções, os desejos, à esperança e o desespero dos políticos cratenses diante de uma grande seca e, ainda, da ausência de preocupação e sensibilização do outro diante do flagelo:

Que não se leve em brincadeira a situação, que não se pense que estamos exagerando. Não! O problema é serio, sentimo-lo na própria carne, pois estamos assistindo o homem trabalhador sucumbindo de fome, o homem que sempre amou esta idolatrada pátria e respeitou seus governos, o homem que sempre soube ser brasileiro. Não, este homem não deve morrer assim em tão revoltante abandono, e a vossa excelência cabe também uma parcela de responsabilidade.⁵⁸

⁵⁸ Carta enviada Pela Câmara de Vereadores do Crato e assinada pelo presidente da casa, o senhor José Valdivino de Brito. 09/061970.

4 - ENTRE A MEMÓRIA E A HISTÓRIA: A CONSTRUÇÃO DOS DISCURSOS DA SECA NA REGIÃO DO CARIRI CEARENSE (1958 – 1970)

4:1. A SECA COMO UM FENÔMENO CULTURAL, POLÍTICO E SOCIAL

Estudar o fenômeno das secas nas diversificadas dimensões sociais e políticas, através das reações de poder que imperam na organização da sociedade e no processo de construção dos jogos políticos, tem sido uma constante entre os historiadores contemporâneos. Todavia, esta discussão mantém uma fundamental importância para compreender como tais relações são processadas e apreendidas em determinadas épocas e nos momentos atuais, fazendo com que esta discussão se constitua sempre como atemporal. Assim, a seca em seu sentido natural, ou seja, a ausência de águas (chuvas) e sua possível contenção (açudes, barragens, cisternas, etc.) para *amenizar o problema* têm sido debatidas há anos por pesquisadores e cientistas, e este ‘problema’ sempre se apresenta de uma maneira complexa.

Neste sentido, temos interessantes conjecturas e investigações de extrema importância que se dedicaram a analisar as constantes secas que assolaram o Nordeste, através de seu impacto social e político, e da formação de multidões de flagelados famintos que se transformam, pelas circunstâncias, em retirantes, e se organizam de forma *autônoma* diante da situação de miséria e fome, posicionando-se contra a ordem estabelecida.

Nesta discussão, expomos mais uma vez as análises de Frederico de Castro Neves (2000), que procurou avaliar o processo de formação autônoma da massa de flagelados que chegaram à capital cearense, rejeitando as prerrogativas que delimitavam uma ação autônoma espasmódica e não pensada por parte dos retirantes, sendo que tais interpretações constituídas como irracionais foram verificadas em Thompson.

Novamente estamos citando a obra deste autor pelo fato de a mesma ilustrar questões presentes nas narrativas históricas utilizadas aqui como fontes para a pesquisa. Assim como Frederico de Castro Neves procurou analisar as movimentações e saques em feiras e comércios na Capital cearense, a partir de uma metodologia própria, procuraremos, também, tentar entender como estas memórias de saques e tentativas de saques se *processaram* através das fontes documentais da época, e suas tensões quando da construção do discurso a partir da história oral, aqui entendida como metodologia de pesquisa.⁵⁹

De forma semelhante, mas com uma análise voltada para a questão cultural, o fenômeno da seca é estudado por Durval Muniz Jr., tendo como foco principal reflexões voltadas para a constituição comum e não necessariamente especializada do *fenômeno*, e se desdobra entre as mais variadas classes sociais, os leigos, políticos, religiosos, etc., pelos discursos presentes em sessões públicas das Assembléias Estaduais e Federais e também de órgãos do governo, nas letras de músicas, nos cordéis.⁶⁰

Assim, observa-se que a seca está sendo estudada e pormenorizada, ainda, através de vários *ângulos* distintos, em contextos diferentes, em momentos e espaços diferentes. Não é, pois, uma visão estática, mas plural e constantemente em transformação. É exatamente nestes espaços e contextos em que a particularidade de cada época mostra-se pertinente, dadas as questões levantadas pelo historiador que se propõe investigar os descaminhos de seu objeto de pesquisa. Neste sentido, é importante frisar que cada fonte histórica se apresenta de uma maneira diferente para cada historiador que a pretende investigar. Da mesma forma que um corpo *fala* com o perito criminal, a fonte histórica *dialoga* com o historiador.

De maneira pragmática será a questão levantada pelo profissional de História quando este têm o passado como ponto de partida para entender as relações que se desdobram no presente. É com esta linha de pensamento que refletimos o Cariri cearense em sua particularidade diante das constantes secas que ali ocorreram, procurando não nos determos na questão da seca restrita aos impactos sociais e

⁵⁹ Ver: NEVES, Frederico de Castro. **A Multidão e a História: saques e outras ações de massas no ceará**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

⁶⁰ A título de exemplo temos duas importantes obras de Durval Muniz Jr., a saber: ALBUQUERQUE JR., Durval M. **Falas de Astúcia e de Angústia: a seca no imaginário nordestino – de problema à solução**. Dissertação de Mestrado em História apresentada à UNICAMP. Campinas: 1988; e também: ALBUQUERQUE JR., Durval M. **A INVENÇÃO DO NORDESTE E OUTRAS ARTES**. São Paulo: Cortez, 199.

econômicos (procuramos analisar estes casos no capítulo anterior), mas contextualizar as constantes subjetividades ali *construídas* pelas fontes disponíveis sobre as secas nos diversos sentidos possíveis. Logo, as fontes disponíveis são diversificadas, desde a análise de jornais da época às narrativas de história oral, nas quais foram gravadas por diversas pessoas das mais variadas camadas sociais em algumas cidades pré-selecionadas entre a região caririense.

Logo, é de fundamental importância situarmo-nos no tempo e no espaço para compreender o processo de formação da análise destes discursos. Como sabemos, o Cariri mantém uma particularidade em relação às demais regiões do Ceará e mesmo do Nordeste.⁶¹ É através da chapada do Araripe que o clima úmido e frio se mostra propício para a agricultura e criação de animais, e estas questões fazem da região um importante centro comercial, através das muitas feiras nos mercados públicos.⁶²

Entretanto, observaremos que as fontes nos mostram que, para os flagelados retirantes do interior do Estado do Ceará, em tempos de secas, duas opções de “socorro” se apresentavam: ou migrar para a capital (Fortaleza) ou para a Região do Cariri, mais especificamente a cidade de Crato e Juazeiro do Norte, que representavam os centros econômicos e políticos da Região.

É observado de maneira expressiva e constante nos relatos dos jornais e nas memórias orais informações acerca de invasões e saques nas feiras locais bem como notícias e manifestações das associações comerciais que buscavam pressionar o poder público em busca de “soluções” para o “problema da seca.”

Percebemos, através das fontes disponíveis, que os saques e assaltos sobre armazéns comerciais e as próprias secas eram uma constante, principalmente durante a seca de 1970, tanto no interior do Ceará, como em Fortaleza e Região metropolitana. No que diz respeito à capital do Estado, temos uma importante análise de Frederico de Castro Neves sobre a multidão faminta organizada que reclamavam o paternalismo

⁶¹ O capítulo um analisa de forma pormenorizada o Cariri cearense em sua particularidade.

⁶² A cidade de Crato mantém ainda hoje importantes feiras comerciais que atraem pessoas das mais diversas cidades do Cariri. Tais feiras recebem os produtos para comercialização das cidades vizinhas, sendo que a movimentação ocorre, ainda hoje, quase todos os dias da semana, especialmente nas segundas e domingos.

político, engendrados sobre a figura dos governantes. O autor, que analisou as mais variadas crises climáticas e seus efeitos sociais, econômicos e políticos, bem como as diversas manifestações e saques na capital cearense e regiões circunvizinhas, escreveu que “sem auxílio os pobres pedem esmola, perambulam pelas ruas sem ocupação, utilizam as áreas públicas da cidade, como praças e ruas, e trapaceiam para obter maiores ganhos da caridade” (NEVES, 2000: 27).

É nesta linha de pensamento que algumas questões mostram-se pertinentes, e por vezes reverbera em nossas fontes: a seca, como um fenômeno climático, social, político e cultural, que por um lado se *desdobra* em miséria e fome; e de outro, um sentimento de *desprezo*, a quebra e/ou a estruturação de paradigmas religiosos (crenças no sobrenatural), pode ser *apreendida* e *construída* de maneira singular pelos sujeitos históricos que as vivenciaram em diferentes contextos e espaços? Em outras palavras, quais as *condições de elaboração* dos mais variados discursos sobre as secas em determinados recortes temporais, levando em consideração as particularidades já mencionadas sobre a Região do Cariri cearense? Como a seca é *representada* em sua *essência*? Quais as *tensões* que envolvem as narrativas orais e os registros escritos sobre as secas no Cariri?

É importante ressaltar que não se pretende investigar as secas que ocorreram no Cariri cearense necessariamente do ponto de vista climático, enfatizando as condições sociais e políticas, e suas conseqüências (novamente sociais e políticas) que se desenvolveram. Mas entender como tais questões são *constantemente elaboradas* e *construídas* no presente vivenciado, através da memória, sendo que a História oral, aqui entendida como metodologia de pesquisa, será de fundamental importância para analisar as subjetividades presentes nos discursos e narrativas que serão analisados, pois, como aponta Fentress e Wickham:

A subjetividade essencial da memória é a questão chave por onde começar. Claro que as recordações do passado também pode mudar com o tempo, mas, mesmo quando não mudam, certamente serão seleccionadas[sic] a partir de um conjunto potencialmente infinito de memórias possíveis, pela sua relevância para os indivíduos que recordam, pelo seu contributo para a construção da identidade e das relações pessoais (FENTRESS & WICKHAM, 1992: 112) (Grifos dos autores).

A partir das fontes disponíveis para a pesquisa (narrativas orais, jornais, documentos de obras publicas de algumas prefeituras no recorte estudado, etc.) pareceu-

nos pertinente procurar estabelecer e mapear os dispositivos mnemônicos que perpassam as memórias, de maneira a analisar as constantes subjetividades e relações de poder que perpassam neste discurso, aonde a problemática maior se insere no *como* o discurso da seca é hoje representado, em suas diversas facetas, pelos sujeitos que as vivenciaram direto ou indiretamente, *na* região do Cariri. Assim, a seca em si não é o fator primordial para a investigação histórica *a priori*, mas as representações sobre as secas no determinado espaço físico, marcado por uma espécie de diferenciação ideológico/cultural específica que marca o Cariri em sua identidade particular.

4.2: ENTRE A MEMÓRIA E A HISTÓRIA: LIMITES E POSSIBILIDADES DE UMA PESQUISA

Quando iniciamos os trabalhos de campo, gravando e transcrevendo entrevistas de história oral com alguns moradores da pequena cidade de Farias Brito em uma análise anterior, não imaginávamos que esta pesquisa tomaria os rumos aqui estabelecidos. Os discursos analisados eram mais específicos às condições socioculturais dos trabalhadores das obras de emergência, especialmente durante a seca de 1958. A pesquisa se inseria, portanto, nas histórias de vida destes trabalhadores.⁶³

Primeiro, pareceu-nos interessante entender as questões voltadas para a tradição oral e as lembranças das secas que eram transmitidas através de gerações, como a de 1877 ou 1932, por exemplo. Todavia, notamos que os rumos foram totalmente contrários aos almejos até então estabelecidos. No início das entrevistas as perguntas *giravam* em torno dos “medos e temores”, de maneira a entendermos como se configurava o processo de subjetividades presentes nas sensibilidades⁶⁴ mnemônicas, e assim compreendermos como os narradores *construíam* suas representações a preconizar a seca como um dos maiores *receios* já sentidos por estes. Isso porque a seca era percebida como uma “doença”, um mau causador de “miséria e fome”, como bem narrou o senhor Pedro Tenório, agricultor aposentado de 81 anos, residente na cidade de Farias Brito.

⁶³ Em um primeiro momento nosso objeto de pesquisa era a coleta de dados, a partir das histórias de vida dos flagelados que participaram dos programas emergenciais dos governos: federal e estadual, a fim de entendermos como a memória *articulava* os campos de trabalhos emergenciais em tempos de seca.

⁶⁴ Para uma melhor compreensão do conceito de *Sensibilidades e Representações*, ver: PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Editora autêntica, 2004.

Contudo, posteriormente fomos percebendo que as questões que chamavam a atenção dos próprios narradores se resumiam aos fatos/histórias lembrados quando da seca de 1958. Certamente, é fato que o senhor Pedro Tenório não vivenciou o drama da seca de 1877. Entretanto, em sua memória constam imagens *imprimidas* pela tradição oral, transmitidas através de gerações anteriores. Contudo, por forças das circunstâncias e particularidades vivenciadas, como dissemos, a seca de 1958 constituía memórias privilegiadas para o próprio **entrevistado**.

Assim, um fato curioso apresentava-se através de uma narrativa em particular: a seca de 1958 estava sendo representada não através dos aspectos “naturais” de uma seca, mas preconizando uma *imagem* curiosa de *satisfação* e *agradecimento*, primeiramente à religião, e depois ao paternalismo governamental. Este *fio* condutor de representações foi aos poucos ganhando espaço nas investigações orais por nós empreendidas, pelas quais se almejava procurar estabelecer uma conexão com as demais fontes disponíveis. Este é um aspecto interessante quando se propõe realizar uma pesquisa tendo como ponto de partida a história oral temática, pois a memória, por ser social, é sempre vivenciada e compartilhada⁶⁵, sendo que aquele que (re) lembra *aquilo* que viveu, sempre está *ligado* a um sistema de coletividade, onde as lembranças de uns sempre podem se revelar ou até mesmo encontrar concordâncias e/ou consonâncias com outros, em uma espécie de dependência e/ou complementaridade.

Foi exatamente isto que aconteceu com as pessoas que nos concederam entrevistas de história oral. No entanto, como ocorre com a maioria dos historiadores que trabalham com a metodologia da História Oral, existem algumas barreiras durante, antes e depois do processo de entrevista, que funcionam como um desafio para o pesquisador. As pessoas não se sentem à vontade para conversar sobre suas memórias, sobretudo se são lembranças consideradas “dolorosas.” Existe certo receio ou incômodo diante de certas lembranças do passado. Alessandro Portelli escreve sobre esta situação quando comenta sobre estes obstáculos:

(...) em vez de uma “roda” de ouvintes, a situação de entrevista institui uma bipolaridade dialógica, dois sujeitos face a face, mediado pelo emprego estratégico de um microfone. Em torno deste objeto os dois se olham. A idéia de que existe um “observado” e um “observador” é uma ilusão positivista: durante todo o tempo, enquanto o pesquisador olha para o narrador, o narrador olha para ele, afim de entender quem é e o que quer, e de modelar

⁶⁵ Ver: NAZARENO, Gisafran. **A ORALIDADE DOS VELHOS NA POLIFONIA URBANA**. Fortaleza: Premius: Editora, 2011.

seu próprio discurso a partir destas percepções. A “entre/vista” é uma troca de olhares. (PORTELLI, 2010:20)

Por outro lado, tentar compreender a História através da memória oral como fonte primária é bastante interessante e complexo ao mesmo tempo. Interessante porque se está tentando adentrar no universo subjetivo de uma pessoa que *selecionou* de maneira (in) voluntária as questões julgadas mais importantes pelo (in) consciente. Levando em consideração que a memória é seletiva, ao narrador cabe *tecer* as aspirações suscitadas pelo interlocutor, e este último tem o dever de apresentar e até mesmo de indagar sobre os aspectos também julgados importantes para a pesquisa.

Desta forma, a memória, como fonte histórica para se estudar o passado, apresenta-se como campo fecundo e imprescindível, uma vez que esta pode trazer aspectos singulares por vezes não presentes nas fontes tradicionais (jornais, atas, etc.). Constantemente relegada pelos historiadores tradicionalistas, na década de 1980 a história oral ganha terreno na hierarquia das fontes históricas, afirmando seu *locus* privilegiado nas pesquisas acadêmicas, *rompendo* com as visões tradicionalistas e ortodoxas que conjecturava sobre esta como sendo uma forma de análise que poderia ‘desfigurar’ e ‘prejudicar’ a *realidade* histórica, através do esquecimento, da hibridização mnemônica, da fusão de memórias, e que, portanto, não se constituía como fonte *confiável* para a análise do passado.

Contudo, como ponderado anteriormente, as constantes mudanças ocorridas na década de 1980 possibilitou aos pesquisadores *enxergar* o passado não a partir de “novas” fontes de pesquisa, mas através de novas perspectivas metodológicas para entender a própria fonte histórica, através de “novas” perguntas, novos problemas. E é nesta crise paradigmática de explicação que a história oral, entendida aqui como metodologia de pesquisa, entra em cena.

Portanto, tendo como metodologia de pesquisa a História Oral e a análise das demais fontes escritas disponíveis para esta pesquisa, procuraremos analisar as mais variadas construções mnemônicas sobre as secas que ocorreram no Cariri, dialogando com os conceitos *memória e representação*⁶⁶, problematizando as memórias das secas

⁶⁶ Roger Chartier argumenta que o principal objetivo da História Cultural é “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler.” Com isso, Burke chama a atenção para o conceito de “construção” ou produção da realidade, por meio das representações desta, ou seja, por meio dos vestígios, dos restos, das fontes. Assim, segundo Burke, a realidade histórica é construída, inventada a partir das representações. (BURKE, 2005, p.99). Sendo categoria central para a Nova História Cultural, as representações transformam a realidade pelas

como um processo cultural formado a partir da narrativa de diferentes pessoas que vivenciaram as secas nos diversos sentidos, medidas pelas artes de rememorar o passado. Logo, almejamos compreender como ocorre o processo de disputas pelas memórias sobre as secas e as tensões que envolvem as narrativas orais e os registros escritos, tentando entender como se constitui o lugar do Estado e dos próprios agricultores nas narrativas, investigando, ainda, que passado vem à tona a partir de tais memórias.

Como dito anteriormente, trabalhar com a história oral significa lidar com o imprevisível, pois a pesquisa de campo pode revelar informações e aspectos pertinentes de indagações por vezes não pensadas por parte do pesquisador, mas que por sua vez podem se mostrar importantes para o entendimento histórico. Mais ainda, como toda e qualquer fonte histórica, a fonte oral possibilita o contato direto com a subjetividade *observada no* entrevistado. Rememorar o passado é tarefa complicada, sobretudo se este passado comportar momentos de infelicidade, como é o caso das secas e seus flagelos. Assim, foi por demais interessante selecionar algumas pessoas para esta pesquisa em diferentes posições sociais, desde a agricultores pobres a membros de sindicato, comerciantes, pessoas ligadas a igreja, entre outras.

Ocorre que as memórias sobre a seca de 1958 não foram suscitadas, necessariamente, por este pesquisador. A princípio, a idéia central era pensar nas memórias sobre os trabalhos no campo, nos programas de emergência do governo. Todavia, aos poucos um roteiro diferente foi se desdobrando na medida em que as pesquisas avançavam, e uma particularidade interessante foi se *desenhando* entre as narrativas. A seca de 1958 estava sendo constantemente apresentada nas narrativas, mas não em sua essência flagelada de miséria e fome. Muito pelo contrário, esta seca aparecia nas memórias como sendo um momento *carregado* de “boas” lembranças, de uma “fartura”, de “abundancia” de alimentos.

Esta representação também é refletida quando a memória trata-se da seca de 1970, mas como uma oposição a seca de 1958. Por ora, tentaremos nos deter a esta seca como ponto de partida para a nossa análise.

Tentar entender os discursos significa, obrigatoriamente, mapear representações e *situá-las* em um momento, em um espaço, em uma época, sem jamais esquecer que

percepções, os sentimentos, no que tange aquilo que Sandra Pesavento argumenta portar o simbólico, ou seja, “dizem mais daquilo que mostram ou enunciam, carregam sentidos ocultos, que, construídos social e historicamente, se internalizam no inconsciente coletivo.” (PESAVENTO, 2004, p.41).

tais memórias são frutos do presente vivenciado. Assim, é muito importante para o historiador estabelecer e identificar esta linha tênue entre o pesquisador, o narrador e a memória. Todavia, ao pesquisador de história oral é muito importante não se deter necessariamente aos discursos em si, como ideias e palavras vazias, prontas e acabadas. É necessário avançar além do que foi dito, buscando adentrar as entrelinhas do discurso e identificar como ocorre o processo de rememoração em seus diferentes contextos e sua relação com o momento da pesquisa. As palavras não são engendradas sem *âncoras*, do nada, e é claro que o próprio pesquisador deve estar juntamente com o entrevistado na *construção* da memória, como se fosse uma espécie de coautor.

Sandra Pesavento considera uma situação bastante importante no trato com as fontes, sendo que estas não devem ser entendidas e limitadas a significados dados em sua forma literal, estática. Chama a atenção para as metáforas em que o pesquisador pode se deparar. Desta forma, segundo a autora:

Pensar além da literalidade do que é dito leva o historiador a encarar a metáfora. Suas fontes são portadoras de metáforas, que se referem a significados de um outro tempo, e é na busca de decifração desses códigos que o historiador se empenha(PESAVENTO, 2004:11).

Estes “códigos” presentes nas fontes são importantes para o entendimento do passado, e às vezes tais códigos não se apresentam de maneira explícita nas fontes de pesquisa, ou podem se mostrar de determinadas formas específicas. Contudo, cabe somente ao pesquisador encontrar meios próprios que possibilitem extrair o máximo de informações sobre esta ou aquela fonte. Um jornal, por exemplo, pode comportar significados diversos, desde a composição de uma matéria qualquer, a filiação ideológica deste mesmo jornal, seja na maneira de formação da opinião pública, seja na mera exposição dos fatos sem nenhum compromisso com ideologia, enfim, uma miríade de posições estabelecidas por interesses comuns.

As posições eventuais que estão por trás das fontes orais e escritas são diversas, e é desta forma, na maneira de verificação transcendental da fonte histórica, que se proporciona uma posição muito mais importante do que os meios em que a fonte foi produzida: a astúcia, o olhar detetivesco, a curiosidade e a formação do pesquisador, mostram-se imprescindíveis.

Depois de todas estas questões aqui expostas, não seria injusto conjecturar os porquês de a seca de 1958 se apresentar de forma particular, quando consideramos sua

anterior (1942) e sua posterior (1970), uma vez que a maioria dos entrevistados foram contemporâneos das três estiagens citadas, sendo que para esta pesquisa tivemos em torno de 13 pessoas entrevistadas. Quais as circunstâncias na produção do discurso, e qual era o momento da ocorrência da seca? Primeiro, é importante destacar que antes de 1958 ocorreu a seca de 1942, 32, 14. Secas que assolaram o Nordeste com a miséria e a fome. Basta analisar os livros de óbitos da cidade de Farias Brito, a 44 km de Crato, para encontrar informações como estas, que são diversas e recorrentes:

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro de mil novecentos e quatorze nesta vila de Quixará, em meu cartório compareceram os informantes Cesário José Baptista e Marcos de Maria Basal, declaram que hontem(sic) as três horas da tarde no dito cana brava faleceu de *espasmo* o menor Manuel, filho legítimo de Joaquim Gomes Beserra.⁶⁷

Não temos documentos disponíveis que nos possibilite fazer uma relação das mortes por espasmos como sendo consequência das secas. Entretanto, fizemos uma tabela quantitativa das causas de mortes mencionadas nos livros de óbitos, como uma possível amostra dos principais casos que aconteciam na comarca. Assim, segue a tabela:

TABELA III
ÓBITOS / FAIXA ETÁRIA / DOENÇAS

CAUSAS DE MORTE	% DOS CASOS	FAIXA ETÁRIA
ESPASMOS	30,5 %	De um dia a três anos
INFLAMAÇÃO	24,5%	De um a noventa anos
DENTIÇÃO	7,6%	De oito meses a quatro anos
DESINTERIA	4,2%	De sete a cinco anos
PARTO	6,7%	De dezessete a quarenta anos
CORAÇÃO	5,9%	A partir de vinte e sete anos

⁶⁷ Livro nº C-2. Registros de óbitos Comarca de Farias Brito/CE.

OUTROS ⁶⁸	20,3%	A partir de um ano
----------------------	-------	--------------------

Os dados foram obtidos do livro de óbitos Nº 6-L (fevereiro de 1939 a agosto de 1942)

A tabela descreve uma média de óbitos por ano, sendo que as alterações são de um ou dois pontos percentuais, tendo uma diferença mais significativa quando estacionamos na seca de 1942. Por exemplo: se em 1940 tivemos uma taxa de 29,5% dos registros de óbitos por espasmos e 22% das citações por inflamação; e ainda que em 1942 a quantidade percentual das citações por espasmos sobem para 34%, e também a de inflamação tem um leve aumento para 23% das citações, não seria ousadia de nossa parte pensar que os casos de espasmos estão direto ou indiretamente relacionados com a seca que ocorria naquele ano.

Em 1957, por exemplo, os casos de óbitos que se incluem na categoria desconhecida chega a compatibilizar 41% de todos os registros encontrados no ano. Uma análise mais aprofundada da própria fonte histórica e de entrevistas feitas com os proprietários dos cartórios onde se encontram as fontes, conferem ser esta causa uma diversidade de circunstâncias, a saber, febre, dores no peito, de cabeça, desmaios, enfim, uma série de causas não necessariamente identificadas em sua totalidade, e que não poderia ser concluída justamente pela ausência de um apoio técnico médico-hospitalar que pudesse trazer uma causa certa para as mortes. O mesmo ocorre com a categoria inflamação, que registra apenas 4% dos casos, seguidos por meningite (12%), coração (5%), vermelhidão (7%) e causas naturais (11%).

Todavia, ocorre uma situação interessante quando analisamos o ano de 1958, onde de fato houve uma seca considerável. Nos registros de óbito datados de 1958, todas as causas são delimitadas e diagnosticadas em seus registros. O proprietário do cartório, apesar de ter justificado a ausência concreta de uma forma eficaz de identificar as causas dos óbitos no ano anterior, não apresenta argumentos convincentes para afirmar o porquê desta mudança, uma vez que os casos de mortes desconhecidas caem bruscamente para apenas 2% dos casos. Assim, seguem os dados que registram 46,6% dos casos para uma doença chamada de Enterite⁶⁹; 13,6% para meningite; 7,2% para

⁶⁸ O item se refere a casos que não foram possíveis identificar. E também se refere a casos como afogamentos, assassinatos, febres, etc.

⁶⁹ Segundo o Wikipédia, Enterite é um termo abrangente para a inflamação na mucosa do intestino delgado. Geralmente é causado por infecção alimentar, ou seja, consumo de bactérias, toxinas ou vírus patógenos em alimentos ou água. Disponível em < <https://pt.wikipedia.org/wiki/Enterite>>, acesso em: 13/11/2016.

sarampo; 8% para infecção pulmonar; causas naturais, doenças comuns e acidentes somam menos de 5%. Estes dados foram registrados em plena seca de 1958, na cidade de Farias Brito, 44 km de Crato.

Quando “viajamos” nas memórias anteriores ao ano de 1958, encontramos um *cenário* de fome delimitado, preconizando a seca de 1942, em suas revelias e cenas catastróficas de horror tecidas pela memória oral. Alguns deles relatam os casos de “espasmos” como sendo um resultado da própria fome em seu reflexo final e agonizante. A fome como um “ser vivo”, uma “pessoa” que de vez em quando se materializava muitas vezes nos paradigmas religiosos justificados pela “ausência” de Deus nos corações humanos, sendo, portanto, uma “causa natural” aceitável por aqueles que se dizem religiosos, que se resignam através de sua fé.

A fé permeia e transcende as narrativas orais sobre as secas, nas diversas formas possíveis, materializadas nas memórias e ainda em escritos, poesias, cordéis, etc., transmitindo em formas diversificadas. Tais fontes refletem o pensamento de uma época, seu contexto e as circunstâncias de sua produção. Como escreveu Durval Muniz (1988, p. 91), o cordel, por exemplo, “produzia uma ‘verdade’ acerca do fenômeno das secas,” e esta verdade era inerente e internalizada nas memórias coletivas de uma população. Todavia, como expõe o autor, o que nos interessa é esta ‘verdade’ criada pelo sentimento tradicional-popular engendrado sob a perspectiva dos autores que, através de suas memórias e próprias convicções, escrevem para um determinado tipo de público, e isso é consideravelmente importante para o estudo histórico:

É bíblico o segredo / que o bom Deus profetizou
No livro Apocalipse / fato se concretizou
Em terra sem humidade / o mundo se tornou.⁷⁰

Humildade é uma palavra muitas vezes trazida à tona pelas memórias orais, maquiadas em sinônimos de “ignorância, desprezo, falta de Deus.” Falta de Deus para o povo que O “esquece”, e também sobre os governantes que também não O “temem.” São conjecturas interessantes sobre o imaginário religioso que associa a seca à ausência de Deus em todos os sentidos:

⁷⁰ BARROS, Leandro Gomes de. **As Vítimas da Crise**. Pags, 1 e 2.

A gente só se lembra de Deus quando ta apanhando, com sofrimento. Aí faz que nem São Pedro. Por que quando são Pedro veio aqui foi o Senhor quem mandou ele vim ver se o povo tava falando em Deus no mundo. Aí quando Pedro veio, *ele passou uns 300 dias na folia no mundo também*. Aí quando ele voltou o Senhor falou: ‘Pedro, tu demorou muito, como é que tava lá?’ aí são Pedro disse: ‘ai Senhor, num queira saber! Que coisa boa tava lá. O povo tudo alegre, tudo pulando, tudo dançando (...)’ E Deus disse: ‘e ninguém num falou *neu*?’ E São Pedro disse: ‘não Senhor, num vi falar no seu nome de jeito nenhum! E Deus disse: aí Pedro, foi por isso que tu passou desse tanto de dia sem vim!’ Aí passou uns dias e Deus mandou Pedro voltar de novo na terra: ‘vai espiar como é que ta lá o povo na terra. Aí Pedro chegou e viu o povo tudo dizendo: ‘ai meu Deus, valei meu Pai eterno’. Era aquela piedade toda. Num tinha mais forró, num tinha mais nada. Aí são Pedro voltou bem ligeirinho. Aí quando chegou no Céu nosso Senhor disse: ‘pedro, tavam falando em Meu Nome? E Pedro disse: ‘ Senhor, só vi sofrimento do povo, só falavam no Senhor! E Deus disse: ‘ por isso que você voltou ligeiro! Quando tão no aperreio é que lembram de Deus.’⁷¹

Aperreio é a ideia de sofrimento trazida ao mundo de alguma forma particular e necessária para lembrar as “origens” do povo diante da visão religiosa do fato. Na narrativa temos uma singela construção mnemônica da seca através de questões religiosas. Nesta referencia, a senhora Lourdes está construindo uma narrativa sobre o ano de 1970, na qual uma seca grassava a região e os auxílios públicos, como vimos no capítulo anterior, estavam se mostrando insuficientes para contornar a situação de miséria e caos provocados pela seca. Voltaremos a estas questões nas próximas oportunidades. Passaremos agora a analisar especificamente as memórias orais sobre a seca de 1958 no Cariri cearense.

4.3: A CONSTRUÇÃO DA SECA DE 1958: O MELHOR INVERNO DE MINHA VIDA

O senhor João Ferreira de Sousa, agricultor, quando em suas memórias sobre as secas, declara que “a seca de 58 foi a melhor da minha vida.” A princípio, esta

⁷¹ Entrevista gravada com Maria de Lourdes. Residente na cidade de Crato. 26/02/2012.

representação parece paradoxal, mas revela aspectos da memória que funciona como catalisadora de significados através de imagens selecionadas pela própria experiência de vida dos entrevistados. Uma das questões importantes a ser verificada é a própria condição de vida do narrador. Retroceder as condições pessoais no momento da pesquisa, investigar a vida de quem rememora, seus costumes, origens, etc., são imprescindíveis para uma melhor compreensão dos sujeitos históricos.

Desta forma, tem-se que o narrador é proveniente de uma família pobre do interior do Ceará. Órfão de pai aos oito anos de idade, sendo o primeiro de mais quatro irmãos, o senhor João teve que iniciar os trabalhos na agricultura de forma prematura. Com uma infância interrompida pela responsabilidade de ‘homem da casa’, sua história de vida é emocionante. É nestas condições que João se apresenta como “um vencedor” em uma constante luta contra a própria sobrevivência.

Desta forma, foi a partir da declaração expressa pelo entrevistado que nós decidimos procurar a entender através da memória social e coletiva dos entrevistados, bem como também por meio das fontes escritas (jornais, documentos da prefeitura municipal, igrejas, cartórios e outras.) que poderíamos compreender como as secas estavam sendo culturalmente engendradas e modificadas através dos tempos.

A partir da rememoração de João Ferreira e da *ressignificação* da *construção* mnemônica que operam como representação de possíveis benevolências da seca de 1958, passamos investigar como e quais são os *vácuos* e/ou os *silêncios* que estão por trás de meras palavras, nas entrelinhas do discurso, e que podem ser pensadas pelo historiador, debruçando-se nestas, sendo que muitas vezes tais significados *ocultos* não se apresentam com facilidade nas demais fontes; e é exatamente aí que o olhar detetivesco do pesquisador deve entrar em cena, para tentar desvendar os *mistérios* que transcendem seus documentos.

Neste sentido, a seca de 1958 estava sendo lembrada de forma bastante particular, como que sendo hibridizada por diversos discursos, ocasionando em diversas outras tensões de representatividade das próprias memórias. As disputas se apresentavam entre os momentos “bons” e os momentos “ruins”, sendo que aquele era “justificado” pelos constantes trabalhos nos programas de emergência que possibilitava adquirir uma alimentação variada em tempos de seca; e este é rememorado levando as condições naturais em tempos de crise climática, ou seja, pelos flagelos. Ora, uma seca de grandes proporções tende a causar, naturalmente, perda de plantações, morte de animais, etc.

No que diz respeito a seca em questão, percebemos seus impactos nos jornais e em órgãos do governo. Segundo dados apresentados nas páginas anteriores, segundo o ETENE⁷² a área atingida pela seca de 1958 foi de 650.000 Km quadrados, atingindo cerca de sete milhões de pessoas. Ainda segundo as mesmas informações do órgão, os prejuízos com a seca foram expressivos.⁷³ Por outro lado, as fontes disponíveis revelam um forte investimento do governo em obras publicas, tais como barragens, calçamentos, praças, etc.⁷⁴

Com isso, esta seca se apresentava de maneira particular e única para o Cariri, uma vez que não encontramos registros de uma participação mais efetiva do Governo em outras secas que ocorreram antes de 1958, que, portanto, tenha proporcionado obras publicas ou mesmo a distribuição de alimentos para os flagelados. Os investimentos financeiros foram expressivos e, pelo que se observam, efetivos.

Assim, tal investimento do governo diante da catástrofe climática, através dos programas sociais e obras públicas, que por sua vez supria as necessidades fisiológicas dos próprios trabalhadores, fez com que a memória *cristalizasse* um sentimento de pertencimento e até mesmo de gratidão, colocando as expectativas em um primeiro plano, e portando moldando uma imagem de apologia ao próprio governo federal e a SUDENE, ainda que naquele momento esta não existisse, mas a apologia mnemônica representativa hibridizou e fundiu as memórias, elegendo a SUDENE como órgão presente.⁷⁵

Ainda nas palavras de João Ferreira de Sousa, Agricultor aposentado de 71 anos, “o governo e a SUDENE *deram* comida ao povo.”. Lembrando deste fato com alegria e

⁷² ETENE: Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste. Sendo órgão vinculado ao Banco do Nordeste, o ETENE é responsável pela difusão de estudos, pesquisas, inovações tecnológicas e avaliação de programas produzidos pelo BNB.

⁷³ Segundo relatório do ETENE, os cálculos aproximados chegaram a uma perda total de Cr\$ 10 bilhões, dos quais Cr\$ 8 bilhões decorreram dos prejuízos nas lavouras e Cr\$ 2 bilhões, das perdas na pecuária. Livro de relatório sobre a seca de 1958. Periódicos do ETENE.

⁷⁴ Na cidade de Farias Brito, que fica a 44 km de Crato, verificamos, através de seus arquivos, variadas obras de emergência iniciadas em fevereiro de 1958: construção de calçamentos, praças, barragens, açudes, etc. Estas fontes conferem que os trabalhos foram iniciados logo no início do ano, em fevereiro.

⁷⁵ A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, criada pela Lei 3.692, de 15 de Dezembro de 1959, foi uma forma de intervenção do Estado no Nordeste, com o objetivo de promover e coordenar o desenvolvimento da região. Todavia, é importante frisar que as narrativas preconizam a SUDENE como sendo o órgão responsável pela criação de postos de trabalhos nas obras emergenciais, sendo que este órgão foi criado um ano depois da seca em questão. Talvez a hibridização da memória ou as relações de poder que operam no ato de lembrar, que subtrai lembranças e incorporam outras ao discurso, tenha angariado significados para o discurso da seca tendo a SUDENE como mantenedora. Seja como for, o fato é que a SUDENE se transformou em símbolo significativo nas narrativas, chegando a conquistar uma certa apologia diante das representações, funcionando muitas vezes, como disse um dos entrevistados, como uma “mãe” que “deu trabalho aos filhos.” Repetidas vezes a SUDENE aparece neste sentido aqui apresentado.

juntamente com sentimento de “júbilo, felicidade e saudade”, perpassa toda a narrativa do narrador, quando ele rememora a seca de 1958. Tais sentimentos são ancorados pelo momento em sua particularidade. Paradoxalmente, foi em uma seca de grandes proporções materiais em que João conseguiu “comer da melhor comida que tinha.” A seca, em todos os meios de devastações possíveis, possibilitou a João “comer comida de rico.”

Como argumentado anteriormente, em um primeiro momento o fato interessante é que os trabalhadores dos programas de emergência não recordam os momentos considerados comuns em tempos de seca: a falta de água, a perda de plantação, de animais, etc., sendo que os mesmos trazem apenas memórias da “fartura” de alimentos para este momento. a realidade de João era típica de um pequeno agricultor do interior cearense que trabalhava em sua pequena propriedade, e criava alguns poucos animais, como gado, cabritos, porcos e algumas galinhas. Trabalhava em sua pequena faixa de terra, e vez ou outra, segundo ele, em serviços diários para particulares.

As proposições trazidas pela memória refletem aquilo que denominamos *assalto mnemônico*, quando a representação e/ou a sensibilidade de uma memória predomina sobre a outra, em um grau de dependência, de poder, em detrimento de outras memórias. Neste caso o que ocorre é uma *negação* da seca a partir das estruturas mentais dos indivíduos, que expressavam graus de *felicidade*, *alegria*, *emoção* e até mesmo de *saudade*, quando os mesmos refletiam sobre “o tempo da seca de 1958”.

No caso de João a reflexão maior é a da alimentação. O mesmo discorre de maneira ininterrupta sobre a alimentação que tinha antes, durante e depois da seca. E estes pensamentos recordativos transcendem suas próprias vivências e refletem nas lembranças, diferenciando-as. De início relata as dificuldades de uma família sem recursos que vivia do trabalho na agricultura para o próprio sustento, como dissemos; sendo que a alimentação era a “farinha” e uma espécie de “feijão preto, duro que nem pedra” como uma “alimentação” quase que exclusiva.

Durante a seca duas postulações se sobressaem: um feijão branco e a costela de vaca. A subjetividade inerente à própria rememoração mostra-se presente na narrativa novamente através da *saudade*. Mas uma saudade compartimentada nas *idas e vindas*, nos *silêncios*, nas lágrimas e nos suspiros do locutor. Neste ponto de subjetividade individual, Maria Izaura Pereira chama a atenção para a individualidade presente nas

percepções subjetivas, aonde estas se transformam em processos particulares e pessoais.

Segundo a autora:

Nesta maneira de se compreender o subjetivismo, permanece ele como puramente individual, e mesmo como essencialmente individual, enquanto não é apanhado nas malhas da percepção. Sua base seriam as funções vegetativas que dariam lugar a sensações vagas e difusas do bem-estar ou de mal-estar, cuja influencia se faria sentir fora dos órgãos dos sentidos, porém que constituiriam uma das causas físicas importantes dos sonhos (...), que se liga estreitamente ao contexto sócio-cultural do indivíduo.⁷⁶

A alimentação é, na fala do senhor João, questão chave para entender como a memória sobre a seca se constitui e se *constrói* através dos sentimentos. Ora, ao que parece, a vida deste narrador era, em suas próprias palavras, “dura”, “ruim” e portanto “de sofrimento”. Uma vida moldada pelo costume tradicional das famílias pobres da zona rural, sem acesso a escola.

O fato de ser o primogênito e órfão de pai, a responsabilidade de chefe de família estava em suas mãos. A “costela de vaca” e o “feijão branco” representavam a *ruptura* de paradigmas tradicionais engendrados outrora, de uma vida “complicada” e “sofrida”, que simulava o passado sofredor, aniquilador, que destruía plantações e animais.

O “feijão branco e a costela de vaca” ultrapassavam as *fronteiras* de um simples alimento. Funcionava muito mais como a quebra de um modelo de vida, de um comportamento e de uma história constantemente vivenciada por sua família em tempos passados. Era um novo tempo, uma novidade que se processava naquele instante. Pelo que se observa, degustar a tão sonhada carne de vaca junto com o feijão branco de que tanto falava, parece estar na “caixinha de sonhos” de nosso narrador. Ele expressa estas questões de maneira tão espontânea que parecia uma trama ensaiada, e a narrativa era construída de forma ininterrupta, quase sem interferências.

A memória social, construída no presente em relação ao passado, inicia o processo de representação deste passado, como dissemos anteriormente, de maneira seletiva, aonde as principais informações, assim julgadas pelo (in) consciente, se *cristalizam* na teia do discurso e materializa-se na narrativa. Esta reflexão é importante para o pesquisador que se coloca no discurso da representação como um *co-autor* na própria elaboração, e ali fica a marca de inteligibilidade, de confiança, testada na vida quotidiana (FENTRESS & WICKHAM, 1992, p. 39).

⁷⁶ Ver: QUIROZ, Maria Isaura Pereira de. RELATOS ORAIS: DO “INDIZÍVEL” AO “DIZÍVEL” In: VON SIMSON, Olga de Moraes (Org.). **EXPERIMENTOS COM HISTÓRIAS DE VIDA: ITÁLIA - BRASIL**. São Paulo: Vértice, 1998, p.14 – 43. p.38.

Assim, a memória individual se agrega a uma memória coletiva, sempre social, que agrega valores e significados diversos e presentes em muitas narrativas. O entrevistado mantém suas memórias *já* construídas, mesmo antes de passar pelo processo da rememoração. O que impera, neste sentido, é o *poder* da evocação, o uso das palavras, as aspirações do presente, a confiança mútua, o domínio de ouvir e de narrar, e assim, mais uma vez, a figura do interlocutor impera como primordial e sagrada. Mais uma vez, Fentress e Wickham escrevem sobre o poder de narrar:

O formalismo da estrutura auditiva ajuda o poeta oral a recordar e a compor permitindo-lhe “sentir” a forma da cadência a que há-de obedecer mesmo antes de escolher a palavras. Um poeta oral sabe, portanto qual a forma do seu poema antes de começar a recitá-lo, o que, por sua vez, influencia a escolha das próprias palavras (FENTRESS & WICKHAM, 1992, p. 61).

É neste sentido que as representações descritas pelos autores se apresentam no discurso. Quando um narrador se propõe a falar sobre o passado, percebemos, pois, que aquela memória não está dada e formada internamente de maneira estática, mas *construída* a partir de questões exteriores ao indivíduo, juntamente com aspirações individuais deste que operam no presente vivenciado de uma maneira extremamente complexa.

Isso porque a memória, embora dada internamente, necessita de uma base fundamental para ser exteriorizada, e esta base é, portanto, a evocação momentânea de um interlocutor que se propõe a compactuar com o processo de rememoração. Desta forma, o narrador escolhe as palavras e as dão sentindo, procurando situá-las em um contexto específico, e é justamente neste contexto que as subjetividades essenciais e inerentes ao processo de representação se mostram pertinentes. O narrador busca, portanto, representar as lembranças em palavras que laboram como se fossem a materialização do tempo passado. São as escolhas das palavras que irão dar sentido e “credibilidade” àquele passado.

No caso de João percebemos o “feijão branco” fazendo oposição ao “feijão preto”, assim como também a farinha com o arroz; a carne de um roedor conhecido popularmente como ‘preá’, em comparação à “costela de vaca”. São meios *encontrados* pela memória para expressar os sentimentos, desejos, aspirações, o sofrimento, a alegria, a tristeza, através de palavras e gestos. Assim, as sensibilidades se transformam/representam em/*nas* palavras suscitadas pelo narrador.

O que se lê nas narrativas são, por assim dizer, lamentações sobre as perdas das plantações e dos animais, mas também expressivamente e repetidas vezes o outro “lado da moeda”, ou seja, a “coisa boa da seca”, a saber, o *arroz que vinha pilado*⁷⁷, que, segundo o depoimento do senhor João, transmite um pouco a dimensão situacional dos municípios na época.

A narrativa de João encontra consonância nas palavras de Pedro Tenório. Ele se debruça sobre os “bons momentos de 58”, descrevendo a fartura dos fornecimentos⁷⁸ nos programas de emergência do Governo neste ano. A sua esposa, Dona Dudu, chamada por ele de mulher “fumadeira” foi sua principal companheira nos campos de trabalho. Ela é uma das personagens de sua memória e inicia o processo apologético sobre as “bonanças” daquela seca, quando o mesmo começa a falar sobre a *fartura* pela qual passou, pelos costumes e condições na quais a família estava inserida, e que só era viável fumar o popular cigarro de palha, “feito com o fumo brabo”, cultivado nas “barreiras” dos rios.

Contudo, com uma afirmação consideravelmente importante, as palavras de Pedro encontram consonâncias nas memórias de João Ferreira, constituindo-se como também paradoxais para os momentos vivenciados, narrando o fato de que “a seca foi tão boa que Dudu fumou cigarro manso.” Ao contrário do cigarro ‘brabo’, o cigarro ‘manso’ era consumido, segundo ele, “por gente rica”, sendo que somente as pessoas “de posses” desfrutavam deste “luxo.” Talvez o cigarro manso fosse o sonho de consumo de sua esposa, mas as dificuldades da época impediam sua concretização.

O quadro evidenciado desta situação ilustra o *cenário* da época justificado por este fato quando pensamos em analisar o significado que este tipo de cigarro pode comportar. Em uma seca com determinadas proporções a questão da fome era primordial e prioridade para todos. Ora, no início de todas as entrevistas sempre costumávamos perguntar sobre os maiores medos dos narradores e costumeiramente nos respondiam que a prioridade era “encher a barriga”, ou seja, os alimentos. O medo, por assim dizer, era tão somente o de não existir alimentação para as famílias. Estamos falando do micro, do núcleo familiar, ilhado sobre o poder, e castigado pela natureza,

⁷⁷ O termo pilado se referia ao arroz “sem casca”, tendo em vista naquele período o arroz não fazer parte do cardápio diário das mesas da maioria dos nordestinos, que geralmente só comiam arroz em eventos festivos, principalmente nos dias de casamento e quando o faziam tinha que descascá-lo para tal. Assim, arroz sem casca era visto como uma comida de rico.

⁷⁸ Nas próprias palavras do narrador os fornecimentos aparecem como casas de vendas onde é feito o pagamento dos trabalhos nos campos de obras em espécie (farinha, carne arroz, rapadura, etc.) quando dos programas de emergência.

que afeta os únicos meios de sobrevivência disponível, a saber, a agricultura. Assim, a seca atinge o patrimônio exclusivo de fonte de renda.

A oralidade mostra-nos aspectos não *observados* pelas demais fontes históricas. A subjetividade é literalmente observada e sentida no momento das entrevistas. O ato de fumar um determinado cigarro revela consonâncias de um passado outrora vivido, e que é rememorado na singularidade do tempo em relação às categorias elucidativas do presente. Assim, conforme Célia Toledo,

A fonte oral permite articular o passado no presente, faz com que o entrevistado volte a sua origem e busque os princípios de identidade e, também, com seu caráter dialógico possibilita uma conversa infundável entre entrevistador e entrevistado, desenvolvendo no entrevistador a arte de ouvir (TOLEDO, 1999:24)

Deste modo, foi-nos imperioso avançar nas perguntas neste sentido, almejando explorar fatos que vão de encontro com estas representações sobre as secas, de maneira a *adentrar* neste *mundo* de “felicidade” diante da catástrofe social e política.

Vale ressaltar que durante a narrativa o senhor Pedro *anda* livremente em suas lembranças sobre a Seca de 1958, relatando e explicando a situação de antes e depois da crise climática e social, como fez João Ferreira, esquecendo-se do passado de seus pais momentaneamente, quando estes sofreram os reveses de outras crises climáticas no passado. Pedro narra livremente sobre o momento da chegada a sua casa com as mercadorias do fornecimento de alimentos, e só começa a discorrer o passado de seus pais quando indagado.

A arte de ouvir e de investigar as memórias orais mostra-se fundamental ao historiador, sendo que este mantém o compromisso de analisar minuciosamente cada *detalhe*, desprezando uma certa hierarquia no que diz respeito às demais fontes selecionadas para a pesquisa em si, preservando o compromisso de *construir* uma “verdade” dentro dos limites da própria História. Por outro lado, é na possibilidade de mergulhar em um universo de representações possíveis, sendo que este universo é por certo exclusivo à memória, que o historiador se depara com a plasticidade dos discursos, uma vez que estes são construídos *sistematicamente* e a todo o momento. Entretanto, conforme mais uma vez escreve Célia Toledo, as fontes orais:

Permitem incorporar não apenas personalidades individuais às reflexões do historiador, mas possibilitam também a compreensão de situações pouco estudadas no discurso histórico. As entrevistas sempre revelam aspectos desconhecidos, por isso são dotadas de muito significado (Idem, P. 27)

Percebemos, então, que cada discurso é *construído* levando em consideração as particularidades contextuais do momento. Esta ação em questão é pertinente para a composição da memória.⁷⁹ Assim, quando a memória sobre a seca de 1958 é representada de forma apologética, aonde os efeitos cruciais da uma seca são escamoteados momentaneamente, devemos considerar, pois, quais são os dispositivos que proporcionam esta tergiversação mnemônica. É imperioso *mapear* as circunstâncias, as causas, e buscar a entender o processo específico de rememoração. Com isso, quando, por exemplo, João Ferreira narra sobre a seca de 1958, desviando a atenção para as “coisas boas” da seca, ponderando que a seca “foi boa”, de maneira a fazer uma comparação por deveras explícita de várias experiências vividas, temos que considerar os catalisadores mnemônicos de representatividade.

A memória, assim como toda e qualquer fonte, é uma *peça* de representação do passado. E neste caso, as lembranças de João se sobressaem de maneira separatista, *oscilando* sempre em estado de comparação, evidenciando os pontos considerados *positivos* e *negativos* da seca, sempre na predominância considerável destes primeiros aspectos, refletindo, ainda, sobre a *bondade* do governo, que por sinal os *deu trabalho*; e as conseqüências da seca, que consumiu suas plantações e animais. E que posteriormente ele chama a atenção para a metodologia empregada nos programas de emergência, destacando, repetidas vezes, a distribuição *farta* dos fornecimentos, comparando com anos anteriores e assim fala, também, sobre os tipos de comida que teve conhecimento e que consumiu somente com esta seca. Sua *felicidade* era (acreditamos pelas expressões faciais e pelas maneiras em que permite a *fluição* das palavras), incondicional, quando não mede versos para tentar ponderar, novamente, em expressar o porquê de insistir o que fez desta seca se apresentar na memória como diferente das que a precederam:

⁷⁹ Não se pode confundir memória social ou coletiva com memória histórica. Esta última faz parte de uma construção imóvel, cristalizada, por um grupo estabelecido que as mantém para construir uma identidade sobre um determinado passado. A memória, por assim dizer, é o lugar estabelecido aonde se pode compreender o passado em seus diversos sentidos, funcionando, portanto, como fonte histórica para a construção da História. Portanto, a História se apropria da memória para construir uma versão sobre o passado.

Olha, eu nunca tinha visto um *feijão de arrancá branco* e vi em 58.[...], eu comia um feijão véio preto e duro. *Na seca eu comia era o feijão melhor que tinha, a farinha melhor que tinha. Comi da carne melhor que tinha.* Hoje carne é bom com arroz, né? Mas num tinha arroz não. Só era pão de manhã, farinha de tarde, mungunzá de tarde. *Arroz era luxo, era coisa de rico.*⁸⁰

Portanto, o cigarro de Dudu, esposa de Pedro Tenório, se *converte* nas questões da dificuldade de comer o tão sonhado feijão branco materializado na memória de Joao representando a fartura durante a seca. O ‘arroz que só o rico comia’ agora visto na mesa dos pobres flagelados, simbolizava uma conquista de grandes extensões quando se lembram de suas próprias condições socioeconômicas.

As memórias, construídas no âmago das experiências vividas, elegem uma seca, em substituição de bons invernos, dados os contextos vivenciados no passado. Era muito comum, nas falas dos narradores, dá nomes a sujeitos que “desejavam uma seca” como a de 1958, pois, afinal, “o arroz já vinha pilado”, e a carne e a farinha “eram quase de graça”. Esta é uma questão demasiado complexa e necessita de um estudo específico sobre a situação em tela.

Narrar sobre a seca é muito mais do que um simples *contar* histórias. É, no limite, *tecer* sobre a vida, *voltar* ao passado. É sentir, novamente, as dores e alegrias, *observar* de devastação e destruição de lavouras e perdas de animais. É conjecturar juntamente com os entrevistados sobre as memórias outrora vividas, compartilhadas e hibridizadas com outras histórias do passado. Para alguns, sem dúvida, é voltar a sentir o drama de um passado não muito distante.

O ato de narrar é crucial para quem o faz. É doloroso para quem o *constrói*, e instigante para quem o quer descobrir e analisar. Principalmente quando se trata de momentos *inesquecíveis*, sob a égide seletiva da memória individual em relação à coletividade, nas marcas das *dores* e *alegrias* de outrora. O passado se apresenta como um *fantasma*, quando as memórias são dolorosas.

De outra forma, este mesmo passado pode se apresentar como *redenção*, como momentos *afáveis*. As sensibilidades do presente mudam conforme o *resgate* deste passado. A bipolaridade *tristeza-alegria* muda conforme as aspirações do presente. Do passado restam às lembranças, os resquícios. Destes resquícios sobressaem as emoções nas mais variadas facetas da definição.

⁸⁰ Entrevista concedida por João Ferreira de Sousa. Gravado em Farias Brito, em 26/12/2011.

Não se pode *mudar* este passado, mas mudam-se os *significados* para com este passado. E neste sentido, a memória tem o *poder* de transformação. Ela é o deus, *mnemósine* do tempo presente. Ela é moldada, compartimentada, e dotada de um significado peculiar. Várias pessoas podem *compor* uma mesma *musica* sobre um passado particular-coletivo, mas a marca da individualidade é percebida através da diferenciação na melodia. Este processo de transformação e comutação da memória pode ser estudado:

Quando se está em posição de seguir o desenvolvimento da memória à medida que ela se preserva, transformando-se ao deslocar-se de um gênero para outro, têm-se oportunidade de estudar este processo de transformação social na experiência contemporânea. É este um dos sentidos em que a memória social é verdadeiramente testemunha do passado e fonte histórica. (FENTRESS & WICKHAM, 1992, p. 107).

Cada *desvio*, *vai-e-vem* da memória, em sua construção, é categórico. Uma questão pode se apresentar de diferentes formas, dado o contexto da representação e o tipo de memória que se pretende analisar. Assim, é nesta linha de raciocínio que as memórias sobre as secas se inserem, e é nesta questão que trataremos agora, tentando entender como ocorre a transformação representativa de momentos contextuais quando da rememoração da seca de 1970 na Região do Cariri cearense.

4.4: “QUANDO O PAI-GOVERNO E A MÃE-SUDENE NOS ABANDONAM”: A CONSTRUÇÃO DA SECA DE 1970 NA REGIÃO DO CARIRI CEARENSE

Novamente citamos *A Multidão e a História* (2000), que nos apresenta uma reflexão bastante elucidativa as idéias de Frederico de Castro Neves, que busca mapear as constantes movimentações de retirantes na Capital cearense, de maneira a entender como ocorre o processo de formação de uma multidão faminta e *consciente* do poder de mobilização, barganha e organização, e que, por isso, promovem constantes saques nos armazéns e comércios, públicos e privados, aonde se encontram gêneros alimentícios.

A multidão entende que o poder público pode ‘saciar’ a fome enfrentada naquele contexto. Por outro lado, é nesta ausência de paternalismo e negação de ações governamentais, bem como a percepção de constantes desvios públicos, que a mesma

multidão percebe o poder de ação autônoma diante da ineficiência governamental.⁸¹ Foi assim na seca de 1877, e é assim que se verifica nos dias atuais. Estes *sentimentos e sensibilidades* são representados nos versos das músicas, nos cordéis, nas poesias, e ainda compartimentadas e moldadas conforme as circunstâncias históricas, pela memória oral.

A multidão que, segundo a análise do autor, se opõe a chamada visão espasmódica apresentada por Thompson, forma-se, como dissemos, através de uma ação autônoma organizada, tanto intelectual como fisicamente, planejando e agindo por vontade própria. (NEVES, 2000, p. 15) É a sensação de abandono que opera a ação independente e irracional sobre a situação provocada pela seca e, em maior escala, pela ausência de políticas públicas eficazes.

Ocorre que a memória se alterna e se *configura* de acordo com as relações de poder externas e internas que operam sobre o indivíduo que recorda. Desta forma, podemos conjecturar que uma seca pode ser representada de diferentes formas, de acordo com a posição social do indivíduo e as relações sociais nas quais está inserido. Assim, é sabido que adequação econômica na qual os indivíduos estão inseridos determina a sua própria visão de mundo para si e para outro que mantém o papel de interlocutor e autor no processo de rememoração, mantendo um compromisso intrínseco do cultural, político, econômico, social e ideológico. A representação mnemônica é, portanto, particular e individual, ainda que pertença a um todo maior na coletividade.

É essencialmente esta questão intrínseca da memória quem constitui uma revelação limitada da representação que foge aos documentos históricos. A seca é vista como um “bem maior” quando traz uma *novidade benéfica* para aqueles que viviam ‘calejados’ de sofrimento. Contudo, funciona como uma espécie de *assalto mnemônico*, quando as relações de poder internalizadas *constroem* representações apologéticas do fenômeno climático e social. É a alternância dos *dispositivos* mnemônicos que marcam a *construção* de um flagelo não pelas perdas de plantações e animais (imagens estas trazidas pela memória somente quando alavancadas pelo entrevistador, na qual foi tergiversada pela própria memória que selecionou ‘imagens positivas’ da seca de 1958), mas que tergiversa este “cenário” para dá lugar a outro considerado “melhor” e mais digno de registro nas memórias.

⁸¹ Ver: NEVES, Frederico de Castro. **A Multidão e a História:** saques e outras ações de massas no ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

Nesta feita, o que incide nas memórias de 1958 é exemplo desta situação. Por outro lado, e de forma semelhante na conjugação das representações (embora de maneira oposta), temos a seca de 1970 como um subproduto da memória social, sendo que estas memórias se *revezam* em suas construções, de modo a *tecer* imagens discursivas que operam sobre os dois lados “ruins” de uma seca considerada pelo senso comum: o flagelo causado em tempos de seca e o descontentamento da população diante da ausência do poder público.

Estas questões foi-nos apresentada de maneira espontânea e atrelada ao discurso da seca como sendo uma espécie de “descontentamento geral” que colocava em pauta situações específicas do momento da ocorrência da crise. De um lado tínhamos a circunstâncias da seca quando em 1958, que, apesar de causar uma grande perda material para os agricultores entrevistados (não por terem perdido muitas coisas, mas tudo o que aparentemente possuíam, segundo eles mesmos), percebemos, pela *construção* representativa da memória, que tal flagelo foi então “amenizado” ou escamoteado pela ação do governo através das obras de emergência.

Entretanto, quando da ocorrência da crise de 1970 estávamos diante de uma situação complexa, pois, o que se expressava a princípio não eram necessariamente as questões voltadas para a seca de fato, através do flagelo que trazia, mas sobre questões inerentes ao paternalismo “do mesmo jeito de 58.”⁸²

Deste modo, nós voltamos a enfatizar uma questão bastante complexa nas narrativas que merecem ser pormenorizadas para o melhor entendimento das *representações* mnemônicas. Em princípio não podemos entendê-las como situações e/ou sensações de *raiva*, *desespero* e *desconfiança*, porque elas se processavam repetidas vezes nas narrativas. Por isso, foi necessário adentrar nas entrelinhas das mesmas para se compreender melhor as relações de representatividade e as relativas questões imbricadas em cada discurso, levando em consideração os *atores* sociais que ali estavam envolvidos, indagando sobre as questões ideológicas que estes representavam no momento, pois:

Pensar além da literalidade do que é dito leva o historiador a encarar a metáfora. Suas fontes são portadoras de metáforas, que se referem a

⁸² Os trabalhos de emergência operaram na construção de muitas barragens, açudes, fabricação de tijolos, calçamentos, entre outros. Os arquivos da prefeitura de Farias Brito mostram-nos várias pequenas obras com turmas de até 25 pessoas. Tais fontes podem nos dar uma base de variedade de trabalhos propostos pelo governo no ano de 1958.

significados de um outro tempo, e é na busca de decifração desses códigos que o historiador se empenha(PESAVENTO, 2004:11).

Desta vista, ao analisar as questões apresentadas pelos narradores sobre a seca de 1970, podemos entender quais eram os significados que permeavam as narrativas, pelas quais seguiam expressando os sentimentos e *sensibilidades* de *revolta*, outrora apresentados. Neste sentido, é fortuito conjecturar que a seca de 1958, ocorrida 12 anos antes, estava funcionando como *ponto de partida*, um *oxalá* de justificativas para as “badernas e o desespero”, sendo a força motriz que desencadeava ou deflagrava a *ira* dos agricultores, preparando-os para os saques e motins.

Saques e motins eram uma constante no Cariri de 1970. Os agricultores internalizaram um sentimento político de reivindicação de tomadas de posições do poder público em relação à seca, e tomaram consciência de uma força coletiva que fugia e rompia as fronteiras do bom senso em direção à “única” maneira de ter voz diante dos poderosos: os saques. Os motins e saques são uma prática antiga em tempos de seca, já percebidos em 1877 como sendo uma forma “eficaz” de chamar a atenção do poder.

É neste sentimento de revolta que uma população flagelada toma consciência de si própria com autonomia e direitos de exigir, se propõe a modificar os parâmetros de vivências comuns estabelecidos e se organizam para mover ações próprias, e partem para a ação coletiva. Assim, como escreve Frederico de Castro Neves:

As estruturas de sentimentos aqui delineadas, portanto, conformam o ambiente social e político onde se instituirão as relações entre os retirantes e o universo da vida urbana. A permanência de elementos característicos do modelo paternalista se combina e se funde com novas noções e outros conceitos sobre a vida social e comunitária e, especialmente, sobre a divisão da riqueza social em momentos de escassez (NEVES, 2000, p.98).

Afinal, uma pergunta predominava e forma indireta nas memórias orais dos narradores: por que o governo, materializado na figura de prefeitos, governadores e presidentes, e ainda identificado seletivamente pelas representações mnemônicas apologéticas na figura da SUDENE, que, ainda que tenha sido criada em 1959, foi considerada a “mãe” durante a seca de 1958, mas que de certa forma “abandonava” os filhos à própria sorte em 1970. O que faltava para que a seca de 1970 fosse enxergada

pelos órgãos competentes como o fez 12 anos antes? Estas perguntas são constantes nas memórias.

Foram na cidade do Crato que as aglomerações se constituíram primeiramente, segundo as narrativas e algumas matérias de jornais. Neste sentido, as memórias representavam um jargão como sendo um “tudo ou nada”, ou seja, era atacar e se mobilizar para poder ganhar. Os saques e motins eram realizados como sendo “um direito do povo”. O que se buscava atingir era, portanto, o governo. Era este quem devia se sentir *prejudicado*.

O jornal Ação, órgão da Diocese de Crato, que veiculou o Cariri a partir da década de 1930, apresenta diversas matérias relacionadas com o **problema social** da seca, denunciando não somente os prejuízos provocados pela crise, como a morte de animais, perda de plantações, etc.; mas também as *medidas* que estavam sendo tomadas naquele momento, os resultados e as finalidades das constantes reuniões de prefeitos e deputados em Fortaleza na busca de “soluções.”

A partir desta fonte, pode-se ter uma noção de quão grave era a situação da região naquele momento. Alguns dos entrevistados narram que a seca de 1970 “trouxe uma surpresa”. Acontece que “quando começou o ano foi bom. ‘Choveu um pouquinho.’ Mas quando o milho estava assim (mais ou menos meio metro) parou a chuva e o milho e o arroz morreu seco.”⁸³

Esta situação (da perda da plantação) é evidenciada em quase todas as narrativas. Os agricultores reclamam que tudo andava na “normalidade”, mas a chuva cessou quando os alimentos mais precisavam.

Percebemos, ainda, que a matéria publicada no jornal da igreja encontra consonância nas memórias orais. Na matéria, o periódico registra que à medida que o tempo passava a seca ia se agravando, e os funcionários da SUDENE praticava ações contrárias ao senso comum, ou seja, em vez de aumentar os postos de trabalho, as cortavam. As razões econômicas, consubstanciadas no viés econômico corroboram o apego representativo e seletivo da memória em comparação com as questões trazidas em 1958.

⁸³ Entrevista feita com João Ferreira de Sousa. Agricultor aposentado residente no sítio São João. Gravado em 26/12/2012.

A questão é, de fato, entendida de forma *consciente* por parte da população flagelada. Ora, se dantes estavam trabalhando, recebendo os gêneros do fornecimento, e de repente os trabalhos e alistamentos cessam, o que dizer para uma população faminta, sem nenhum tipo de ajuda, pessoas que perderam praticamente tudo? O senhor Antonio Delfino, que foi feitor de uma turma durante a seca de 1958, morador do sítio Carnaúbas, de 74 anos, lembra da situação na cidade em 1970. Segundo ele, “num houve saqueamento não! O povo *se combinava para saquear*, mas quando chegava lá na cidade o prefeito chegava e dava a cada um dois litros de farinha, pão, e aí acalmava o povo.” Ainda afirma que quando declarado oficialmente ‘seca e estado de emergência’ o prefeito da cidade chegou a convocar a população para possíveis alistamentos.

Mas o que se percebe é que na fala do senhor Delfino as referências são sobre os meses iniciais do flagelo quando do ano de 1970. A população ainda se mostrava, segundo o narrador, ansiosa para possíveis alistamentos. Tanto isso é apresentado como verdade que o narrador diz que “uns dois litros de farinha e pão” era suficiente para acalmar os ânimos da situação.

Entretanto, percebemos que a seca de 1970 quebrou os paradigmas paternalistas engendrados doze anos antes, em 1958, quando estes, SUDENE e Governo, constantemente lembrados pela população como “mãe” e “pai”, respectivamente, *acolheram* os agricultores, proporcionando-lhes aquilo que mais necessitavam naquele momento: alimentos para saciar a fome.

Mas desta vez (em 1970) o povo ficou *entregue* a própria sorte, buscando meios próprios para conseguir *ludibriar* a fome. Existia uma ilusão caso não chovesse, pois “o arroz poderia vir pilado”, sendo que o Governo ou a “mãe SUDENE”⁸⁴ poderia *acalantar* seus filhos, proporcionando trabalho e comida. Muita gente, de fato, desejava que houvesse uma seca como a de 1958. Esta é uma contradição dentro dos dispositivos que engendram uma memória paradoxal e estratégica.⁸⁵ O Senhor José de Lora⁸⁶, um

⁸⁴ Durante as entrevistas mantinha quase sempre a mesma pergunta para os narradores: o que o(a) senhor(a) lembra que foi importante para a ajuda do povo durante a seca de 1958? A resposta era quase sempre a mesma: rememoravam personificando estes dois órgãos (SUDENE e Governo), atribuindo-lhes valores equivalentes a “pai” e “mãe.”

⁸⁵ Ver: CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. Volume 1: Artes de Fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. 18ª edição

⁸⁶ Conhecido popularmente por este nome, José Bezerra do Amarante trabalhava como comerciante na cidade. Gravado em 20/12/2012.

ex-comerciante da época, de 84 anos, narra sobre o estado de “bondade” e “acomodação” na qual se encontravam os trabalhadores das obras de emergência durante a seca de 1958: “Eles viviam debaixo das moitas. O povo num trabalhava não. (...) eles dividiam as turmas, umas pessoas, um fiscal, um feitor. Aí ficavam tudo parado. Quando escutavam um carro corriam tudo pro serviço. Passaram a seca aqui nesse riacho sem fazer nada.”

Aqui temos as considerações engendradas por um homem de classe média, que vivia das prerrogativas de sua posição social, e negociava junto ao governo com a venda de gêneros alimentícios. Proprietário de terras, José de Lora provavelmente *desconhece* uma seca como os demais entrevistados. Conhecer aqui não é, pois, “observar” o *cenário* da seca, mas *sentir* e *protagonizar*, atuar como *coadjuvante* de um processo que se inicia com a ausência de água para a plantação, e se desenvolve com a falta de políticas públicas necessárias e efetivas para conter o flagelo da fome. É exatamente neste sentido que percebemos o quanto a memória é engendrada a partir de uma ideologia representativa e pessoal, através do viés individual. O indivíduo, por assim dizer, recorda sobre suas questões pessoais, sendo que tais questões refletem seus interesses.

A posição dentro do “cenário” é quem constrói o “roteiro” da personagem. São as dores, os sentimentos, as angustias quem propõe uma construção significativa dentro da própria memória. Assim, percebemos na fala do senhor João Ferreira uma inversão mnemônica comparativa, quando o mesmo fala sobre as duas secas: “nesse ano de 70 o governo num ajudou nada não. Num teve a SUDENE não. Antes de 70 teve a ‘nejença’, mas em 70 foi sofrimento. Eu num trabalhei na ‘nejença’, num teve ‘nejença’.

As fontes até então utilizadas refletem o grau de instabilidade política da região no ano de 1970, quando a seca se *agravava* rapidamente. Neste ínterim, talvez, a fala do senhor Delfino não encontra consonância, pois a seca estava se alastrando por todo o Estado do Ceará, e portanto “alguns litros de farinha e uns poucos pães” não fariam mais sentido e tampouco eram suficientes para se conter o sentimento de abandono governamental.

As publicações do Jornal *A Ação* eram constantes, criticando as ações e “promessas vãs” concebidas pelos governantes. Na folha de nº 4, datada do dia 20 de

julho de 1970, encontramos uma reprodução de um telegrama enviado da *Associação Comercial do Crato*, destinada ao governador César Calls. Em nota, divulga o jornal:

LEVAMOS CONHECIMENTO VOSSÊNCIA FLAGELO SÊCA (...),
ATINGINDO PROPORÇÕES IMPREVISÍVEIS (...), ENCARECEMOS
SUA INTERFERÊNCIA DEMAIS ORGÃOS GOVERNO FEDERAL
ATENDAM NOSSA SOLICITAÇÃO QUANTO SOFRIMENTO POVO
NÃO TEM CONDIÇÕES ESPERAR. NÃO EVITAREMOS VIOLENCIA
OU BADERNA NEM ASSEGURAREMOS ORDEM PÚBLICA COM
PROMESSAS VÂS OU MEDIDAS RETARDADAS. AÇÃO E
PROVIDÊNCIAS SÉRIAS SE COMPOEM (grifos do autor)

A questão aqui são as “promessas vãs” e as “medidas retardadas.” Será que a seca é, necessariamente, um fenômeno climático de ausência ou irregularidade de chuvas? A construção de açudes, barragens, etc., com a finalidade de armazenamento de água são as *saídas certas e eficazes* para o problema da seca? Se o governo Federal ou Estadual “ajudou o povo” em 1958, por que não o fez da mesma forma doze anos depois? Estas perguntas foram constantemente suscitadas pelas memórias orais e materializadas no inconformismo, na tristeza, nas expressões de abandono.

Quando fizemos estas e outras perguntas às pessoas que nos concederam as entrevistas, percebemos que existia uma certa *ingenuidade* (talvez esta não seja a palavra mais adequada), ou até mesmo ignorância em relação a estes fatos. Muitos acreditam que o problema é a falta de dinheiro; outros, que são “todos ladrões.” Todavia, um dos entrevistados que trabalhou no *Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Farias Brito*, o senhor Alcide Mandu de Oliveira, de 85 anos, traz à luz de sua memória uma explicação *razoável*:

Os problemas do governo eu acho que é de acordo com os recursos que ele tem também pra botar. Vamos supor: hoje eu tô num grupo de idosos que a verba vem pra 250 pessoas. E quantos idosos e mais idosos tem que quer entrar no grupo, e num tem condição de entrar por que o recurso num vem? Eu acho que era isso, *tirando a politicagem do meio*. Depende muito da pessoa que tá na direção. (grifo meu)⁸⁷

A questão aqui é, de fato, um problema *social*. Conforme estudo feito em 2006 pelo Instituto de Estudos e Pesquisas Sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará-

⁸⁷ Entrevista gravada em 10/02/2012

INESP, juntamente com a Assembléia Legislativa do Ceará, concluíram que as ações tomadas pelo presidente Médici durante a seca de 1970 não foram suficientes, causando muita insatisfação por parte da população sertaneja.⁸⁸ Segundo dados emitidos pela Própria SUDENE: *a seca de 1970 atingiu uma população ativa de 500 mil pessoas, alcançando outros dois milhões de indivíduos. O fenômeno climático afetou oito estados, correspondendo a um total de 605 municípios, o que equivale a 62% da área do Polígono das Secas.*⁸⁹

4.5: HISTORICIZANDO A FOME: MEMÓRIAS DE SOBREVIVÊNCIA

Os entrevistados escolhidos como personagens históricos portadores de memórias engendradas pelos relatos orais, funcionando aqui como fontes históricas para esta pesquisa, dispõem de perfis diversificados. Entre estes, temos agricultores que praticam plantações única e exclusivamente para subsistência, tendo o plantio como principal meio de supressão das necessidades básicas. A produção de excedentes, vez ou outra, segundo eles próprios, possibilitam a compra de outros produtos além daqueles provenientes de plantações. Desta forma, para estes, as variações pluviométricas foram, e ainda o são, responsáveis pela ‘qualidade’ de vida de suas famílias.

Abrimos um parêntese para registrar a participação do Senhor José de Loura, que quando da seca de 1958 e 1970 era um comerciante. Este, por sua vez, diz ter “sofrido pouco com a seca”, já que sempre foi comerciante, uma prática herdada de seu pai. Somo sempre, na história temos o lugar de fala adaptado as circunstâncias do emissor, seja através de uma opinião implícita nos jornais ou outros veículos disponíveis, seja através da própria memória.

A seletividade da memória impera sobre sua construção. É o poder da construção mnemônica que se transforma na representatividade circunstancial e temporal. Subjetividades literalmente observadas, como pontua Alessandro Portelli.⁹⁰ É observar a tristeza no semblante do Senhor João Ferreira ao lembrar de sua plantação perdida em 1958 e 1970; mas também visualizar conforto e parcialidade nas palavras de José de Loura. Assim, José de Loura diz:

⁸⁸ SUDENE, 1979, p.44. In: **SECA, FORNALHA E ESTADO DE EMERGENCIA**. Instituto de Estudos e Pesquisas Sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará - INESP. P 65.

⁸⁹ SUDENE, 1979, p.44. In: **SECA, FORNALHA E ESTADO DE EMERGENCIA**. Instituto de Estudos e Pesquisas Sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará - INESP.

⁹⁰ Ver: PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de História Oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010 & PORTELLI, Alessandro. O que Faz a História Oral Diferente. **Projeto História**, v.1, nº 14, p.25-39. São Paulo, 1997.

Num era pra ter esse negócio de nejença não. Os cabra nem trabalhava. Viraram tudo preguiçoso. Certo que a gente vendia as coisas a eles, mas eles nem trabalhava pra ganhar aquilo. Ficavam tudo nas sombras sentado, e quando o cabra dizia ‘lá vem o feitor’ eles ia tudo começar a trabalhar. Aí ninguém achava um pra trabalhar alugado, pra pagar os dias de serviço por que eles tavam tudo preguiçoso por causa do governo que deixou tudo preguiçoso quando construiu aquela passagem molhada ali.⁹¹

O senhor José de Loura está se referindo a seca de 1958. Na casa dele, naquelas proximidades da zona rural do município de Farias Brito, que faz limite com a cidade do Crato, uma pequena ponte foi construída. Ele mesmo, em sua entrevista, disse que não trabalhou na agricultura, e que sempre viveu sob a proteção do pai, que também era comerciante.

Claramente aqui podemos distinguir um *lugar* de fala sobre a seca. José de Loura foi afetado indiretamente. Sua fala não está localizada e nem direcionada sobre o sofrimento. Tampouco mostra se preocupar com aqueles que perderam tudo, que passaram necessidades. Muito pelo contrario, as criticas eram contundentes, sobre aqueles que afirmam serem ‘preguiçosos’, que vivem “as custas do governo.”

Reclama das políticas publicas que “deixou os cabras preguiçosos.” Todavia, nas entrelinhas da memória podemos adentrar, através de nossa interpretação própria sobre a fonte, que o senhor Jose desponha de uma ponderação mesclada de egoísmo, de interesses individuais acima dos coletivos, salvaguardados pela memória que ele mesmo constrói. Acreditamos que ele considera a dependência dos agregados e pobres da localidade como fator importante para satisfazer suas aspirações econômicas e até mesmo aquele ego individual de mantenedor das necessidades básicas daqueles que dependiam dele próprio. Isso por que através de sua narrativa percebemos que ele costumava contratar as diárias dos agricultores para trabalharem em sua propriedade.

Esta constatação foi fortuita para compreender a origem imagética discursiva da narrativa de José de Loura. Ele afirmou que nunca trabalhou na agricultura, mas como seu pai era comerciante, e através das rendas provenientes do comercio, ele conseguiu adquirir imensas propriedades, nas quais plantava uma variedade de grãos e o famoso algodão, além de fabricar a cal. Assim, ele necessitava de mão de obra para trabalhar em

⁹¹ Entrevista gravada 10/01/2012.

sua propriedade, e a seca de 1958, teve um impacto de certa forma negativo, uma vez que ocupou seus “trabalhadores.”

São constantes as questões trazidas por José de Loura. Enquanto este se mostrava indignado por causa dos programas emergenciais, outros, como João Ferreira, estavam alegres e satisfeitos com “carne bovina, cigarro manso e arroz branco da melhor qualidade.” É a posição social imperando sobre o discurso histórico.

Em pelo menos 10 dos 13 entrevistados encontramos uma situação comum. Ocorre que as entrevistas, às vezes, se completavam e/ou se complementavam, sendo que uma encontrava sentido e significância para com as outras, como se os mesmos narradores tivessem compartilhado aquelas necessidades juntos, simultaneamente, rememorando cada momento. Em uma pergunta simples foi possível descobrir uma história que eles “ouviam dizer.” Indagamos se os seus pais ou avós contavam algumas histórias das secas do passado. As respostas eram longas, construídas e emitidas com um grau de verossimilhança que ecoava de dentro dos entrevistados, como se quisessem buscar uma inteligibilidade diante do pesquisador, mas relatavam uma coisa que causava reflexão e perplexidade.

Tal fato se refere a uma situação de antropofagia que os seus pais sabiam e lhes transmitiam, como uma espécie de *tradição oral compartilhada*⁹². Todavia, nenhum consegue situar o espaço e o tempo do ocorrido. Somente o senhor Pedro Tenório pôde lembrar um pouco da história que o seu avô lhe contou. O rumo de tal história leva a crer que tal representação se constituía sobre a grande seca 1877-79. Compartilhemos:

Dizia meu pai, que o avô dele dizia (...), que ia um cidadão a cavalo numa burra, aí chegou numa casa e já tava uma moça pegada (amarrada), e as outras esmorecidas, que já num levantava mais, e num tinha outro **refrigério. Já tavam preparando pra matar a moça**. Aí a moça tava chorando. Aí lá vinha um cabra com uma burrona. Aí quando chegou tava a moça chorando e gente desmaiando pra todo lado. Aí o homem disse: ‘ave Maria seu menino, isso é gente morto?’ E o pai da menina disse: ‘tá morrendo mais é de fome!’ Aí o viajante disse: ‘e por que é que essa moça ta chorando? É com pena do pessoal que está esmorecendo?’ Aí o pai da menina disse: ‘ela ta chorando é com medo de morrer, que é obrigado nós matar ela pra fazer dicumê, pra dá a eles que estão esmorecendo, pra ver se nós pode tocar três ou dois dias pra frente.’”

⁹² Entendo por *Tradição oral* o hábito ou costume de contar histórias, métodos estes que perpassam gerações e são preservados ao longo da história, transformando-se em memória e, portanto, em fonte histórica para pesquisa.

Esta história narrada pelos entrevistados (e de maneira mais explícita por Pedro) nos leva a compartilhar um pouco da subjetividade presente nos depoimentos. Neste caso (provavelmente na grande seca de 1877), a situação histórica pode encontrar veracidade (embora esta não seja a nossa principal preocupação), visto que os casos de denúncias de antropofagia são constantes na Capital cearense e regiões limítrofes.⁹³ Mas neste caso a situação toma contornos diferentes, pois o mesmo viajante anônimo que chega a casa do determinado pai de família e vê aquele ato bárbaro, justificado apenas pelo pai de família (e pela situação), oferece sua “burrona” como alternativa para alimentação.

A questão que também causa reflexão é a *justificativa* do pai de família. Segundo a fala de Pedro, ele (o pai de família) justifica enfaticamente que “iria matar a filha pra ver se ganha três ou dois dias pra frente.” Esta *estratégia* de sobrevivência a todo custo era, pois, a *lei* que imperava nestas circunstâncias. Ao que parece ele queria ganhar tempo, na esperança de chegar a um lugar um pouco favorável, ou a espera de chuva?! Os estudos até então feitos sobre esta crise climática, considerada como precursora de um “problema” a nível nacional, revelam dados exorbitantes sobre a quantidade de retirantes que chegaram à capital cearense em busca de socorro e caridade pública.

Já Antonio Delfino, de 72 anos de idade, que foi feitor em 1958, destaca a seca de 1970 como *nunca já existido na história de sua vida*. Argumenta os acontecimentos da época, a situação do povo e o abandono do governo. Mas o que chama a atenção na memória de Delfino é a questão da propriedade privada. Na época, “quem possuía terra nos tabuleiros e bachios era rico.” Possuir terra era (e é) sinal de riqueza e prosperidade. Ao que parece, a família de Delfino não era uma das mais pobres da região, sendo que ele não relata fatos próprios de maneiras de sobrevivência usados durante a seca. No entanto, narra acontecimentos *observados* de longe por ele e sua família, não sentidos diretamente, como Lourdes ou os demais entrevistados, por exemplo. A questão seletiva e originária do lugar de fala determina a contextualização da memória, como dito anteriormente.

⁹³ Em se tratando dos casos de antropofagia em tempos de seca, novamente indicamos a importante obra de NEVES, Frederico de Castro. **A Multidão e a História: saques e outras ações de massas no ceará**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

Depois de perguntar sobre *o sofrimento do povo*, e o que muita gente tinha feito para não morrer de fome, ele relatou a existência de um homem “bem de vida” conhecido como *Velho Possino*, que *explorava* a população flagelada, *usurpando* suas propriedades através da coerção circunstancial. Segundo Delfino, este homem possuía muitas terras, motores a diesel e muitos animais de carga, pelas quais acumulava alimentos como farinha, milho e arroz. Delfino comenta o caso: *O povo corria pro véi possino e vendia uma capoeira de terra por farinha, que o véi tinha muita farinha. Por que é que o véi tinha muita terra na quebrada? Ele trocava por farinha. A terra do véi foi tudo trocada por farinha.*

Não se sabe a quantidade de terras pertencentes aos familiares deste homem que trocava as terras por farinha, nem quais as condições de troca, mas o que *contam* é que ele foi um dos homens mais ricos da região. No entanto, a situação que se pode observar é a da *necessidade*. As pessoas “se viam obrigadas” a cederem seus espaços em troca de certa quantidade de farinha, milho, etc. Ora, pelo que se sabe não havia trabalhos de emergência, nem pessoas capazes de pagar diárias para trabalhadores rurais. O sistema atual, capitalista, que perpetua a propriedade privada, onde existe a divisão crucial em classes sociais, opera a miséria, de um lado; e a riqueza, de outro. Certamente os preços dos produtos variavam conforme a demanda. Mas uma esperança surgiu como luz no fim do túnel (pelo menos para algumas pessoas).

A senhora Maria Emilia estava inserida na mesma situação de Delfino, pois não sofreu diretamente os efeitos da *seca social*, sendo que, segundo ela, “seu pai era cuidado”, trazendo uma ponderação reversa de que os outros, aqueles que sofreram com a seca, seriam descuidados. Na verdade, a memória de Emilia escamoteia a principal questão evidenciada em sua família, que era tão somente a posição social. Ela diz que seu pai guardava e acumulava alimentos de um ano para outro, mas esquece, acreditamos que inconscientemente, a posição de seu pai, que era comerciante a proprietário de terras, que costumava comprar e vender alimentos para ganhar dinheiro com as variações de preços.⁹⁴

Ela narra que algumas pessoas encontraram no algodão branco a *salvação de suas vidas*. Segundo ela, este tipo de algodão não era vendido a “um preço bom” como o algodão preto. Todavia, este algodão era “mais resistente que o algodão preto”,

⁹⁴ Entrevista gravada com Maria Emília Silva. 20/11/2011.

bastando apenas algumas chuvas para ele “safrejar.” Esta ocasião levou algumas pessoas a “passarem a seca apanhando algodão nos pés de serras”, com a finalidade de levar para cidades como Várzea alegre ou Crato, na esperança de *trocar por farinha*. Sobre o algodão, rememora:

O algodão é ainda melhor sem chuva do que com chuva. O algodão não carece de muita chuva. Se chover no tempo do carregio ele cai todinho. O algodão que meu pai tirava ele vendia ali no Cariutaba. Subia com os burros secos e descia com os burros carregados de algodão ensacado. Só quem tinha burro eram aquelas pessoas mais ou menos.

A situação de quem possuía animais de carga eram, nas palavras de Emilia, pessoas “mais ou menos.”. Na época possuir um animal destes era, no dito popular, “ser bem de vida.” Sendo uma das poucas pessoas que possuíam tais animais, o pai de Emilia ganhava bastante dinheiro com o transporte de mercadorias e venda das mesmas. Tal fato ficou evidenciado de maneira explícita em sua narrativa, uma vez que pondera a ocorrência de muita gente solicitar os serviços de seu pai para “carregar” alguns sacos de algodão e da Cal, o que também foi uma fonte de renda que possibilitou meios de sobrevivência em tempos de seca.

Assim, é a memória uma teia de representações que operam sobre os significados de um passado e seu funcionamento no presente vivenciado, trazendo aspectos considerados significativos para o indivíduo, e digno de serem construídos pela memória, através da seletividade inerente ao processo da própria constituição da mesma. É a memória um campo fecundo e importante para o conhecimento de momentos íntimos, individuais ou coletivos, que devem ser historicizados em sua profunda importância para as gerações futuras, pois, diferentemente das fontes tradicionais, a memória é *construída* em sua essência atemporal enquanto o indivíduo possuir o poder de rememorar, e este conhecimento demasiado complexo pode ser perdido com os indivíduos que mantêm o poder de recordar sobre o passado.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os anos 1980 trouxeram inovações teórico-metodológicas para o ofício do historiador, ampliando as noções de fontes existentes para interpretar o passado. Tudo aquilo que resistiu as intempéries do próprio tempo se constitui em fonte histórica. Com isso, a fonte angariou uma atenção peculiar, sofrendo alterações em suas próprias manifestações no tempo, quebrando as hierarquias antes produzidas, e se elegendo a um patamar maior de aceitação.

O historiador estava em um mundo dos possíveis, sendo que tudo se tornou passível de historização, de interpretação. Tudo passou a ser objeto de análise. A própria memória, dantes relegada pelos historiadores tradicionais, conquistou seu lugar de aceitação.

Nesta dissertação procurei interagir com a historiografia tradicional e seguir as contribuições trazidas pela Nova História Cultural no trato com as fontes históricas juntamente com a História Oral Temática, para compreender as peculiaridades existentes em uma Região considerada ímpar, tanto do ponto de vista geográfico quanto cultural. Neste sentido, situar a região no tempo, no espaço e na própria História é de fundamental importância para conjecturar sobre sua própria formação, levando em conta as disparidades históricas que a manteve neste grau de elevação singular no Ceará e no Nordeste.

Em um espaço geográfico típico do sertão, o Cariri foi por vezes ponto de apoio e até de socorro em momentos de dificuldades para os cearenses, paraibanos e pernambucanos e piauienses que por motivos de força maior não poderiam migrar para as capitais de seus respectivos Estados em tempos de calamidades públicas. O fato de ter em suas bases uma Chapada que proporcionava um clima propício à agricultura, a criação de animais, e, por conseguinte ao comércio, elegeu o Cariri cearense entre uma via de escape, um ponto forte e seguro em tempos de dificuldades. Não que fosse uma localidade que estava completamente imune a seca. Todavia, estamos falando de um importante entroncamento comercial que ligava três Estados.

Procurei ainda analisar esta particularidade regional e contextualizar a época estudada com os discursos dos representantes políticos em questão. Desta forma, foi necessário submeter às fontes disponíveis a uma análise um pouco mais delimitada e cerceada à cidade do Crato, que à época funcionava como a “capital” do Cariri, uma vez que a maioria das decisões políticas eram de lá emitidas. Assim, as vozes dos principais líderes políticos e membros de associações foram utilizadas para tentar desenhar o contexto da época no que diz respeito às manifestações dos poderes maiores quando se fala no combate às secas.

Assim, em pleno século XX o conceito de Indústria das Secas se atualiza cada vez mais, ganhando novas roupagens, se modernizando, tendo em vista as questões inerentes à própria forma de se fazer política, na demagogia do momento, e na ineficácia da máquina pública quando se encontra na inércia diante do sofrimento dos flagelados das secas. Esta conjectura ganha notoriedade e respaldo quando trazemos para a tela as manifestações governamentais e os dados sobre a seca de 1958 no Cariri.

Embora tenhamos uma deficiência em nosso principal Jornal (*A Ação*) para analisar a seca de 1958, documentos do ETENE e até os próprios monumentos como fontes históricas (Açudes, barragens, estradas, prédios, etc.) são testemunhas concretas das manifestações políticas favoráveis para o combate às secas. Com isso, trazemos um aspecto social que infelizmente se soma ao natural: a seca é também social. Quando os representantes se mostram despreocupados ou até mesmo negligentes em relação ao sofrimento de outrem, temos manifestações sociais do descaso, que ocorre nas mais complexas sociedades e em tempos diferentes.

É preciso analisar as diversas manifestações, apelos e denúncias de diversas vozes no Cariri para com autoridades maiores na hierarquia política para identificar este descaso. Seria pelo fato de que o Cariri era por vezes considerado um Oásis, e estas estatísticas, apelos e lamentos locais não surtiam o efeito esperado nos ouvidos dos nossos governantes maiores na cúpula do governo? Infelizmente não existem bases para se conjecturar. Todavia, podemos fazer uma certa comparação com o discurso do presidente Médici que, segundo ele, “viu o sofrimento do povo nordestino”, mas mesmo assim retardou suas medidas enquanto o povo sucumbia de fome.

As fontes permitem-nos engendrar e perceber nas entrelinhas dos discursos o descaso por parte do poder público, e os flagelados os percebem, quando são instigados

a rememorar. As memórias constroem o Cariri em suas permanências históricas. Refletem a fome, o descaso, as angústias, as tristezas, as dores. Desenha-se uma estrutura cognitiva em representação, sendo que as sensibilidades são postas em destaque quando a seca é trazida para a cena. Procuramos trazer esta análise no último capítulo para tentar entender como a seca é representada no presente vivenciado, tendo em vista as disparidades no presente vivido. Aqui o pesquisador mantém as características de ouvinte e de co-autor, de acordo com as perspectivas de Portelli. Isso porque quer queira quer não, é parte da memória em construção, quando se propõe a manter um elo de ligação com a capacidade de evocar o passado se une com o (in)consciente de quem rememora.

Neste sentido as memórias encontram consonâncias com as próprias fontes documentais disponíveis para esta pesquisa. Notamos uma certa concordância com os números sobre a seca de 1958, e as memórias sobre esta mesma seca, destacando as ‘farturas’, os momentos considerados bons. Todavia, para a memória, impera os fatores de dispositivos mnemônicos de representação e sensibilidades, e como estes dispositivos funcionam e operam sobre a mentalidade dos entrevistados quando das narrativas. Estas forças de representatividade elegem a seca de 1958 como sendo particular, cristalizada por questões de proveitos individuais sobre os coletivos, escamoteando os efeitos naturais de uma seca.

O universo das representações mnemônicas é moldável, e sofre alterações conforme as circunstâncias de sua elaboração. Nisto importa o olhar detetivesco do historiador, uma vez que a este é trazido a responsabilidade de sua própria interpretação. A este cabe a tarefa de intervir sobre esta elaboração mnemônica e desenhar um outro percurso sobre a memória como fonte, fazendo com isso a História.

Esta flutuação na memória citada no parágrafo anterior é percebida quando pensamos a seca de 1970 a partir da própria memória. Ela cede e tergiversa os efeitos naturais trazidos sobre as plantações e animais, e dá lugar as expressões de descontentamento, de desprezo por parte dos próprios governantes. Isso porque ela é elaborada na memória tendo em vista o ano de 1958, que por sinal teve uma participação maior em obras de emergência. Assim, é sobre estes dispositivos que a seca de 1970 se desenha nas narrativas.

Com estas fontes disponíveis, pensamos não a seca no Cariri, mas o Cariri durante as secas, a partir dos documentos (narrativas orais, revistas, registros de óbitos, jornais, etc.), e refletimos sobre um Cariri constantemente moldável e transformado pelas mais variadas representações. Outros historiadores, munidos destas e de outras fontes, podem chegar a conclusões diferentes.

Dito isso, resta pensar outras possibilidades de pesquisa sobre a seca no Cariri fora do campo da História Oral. No capítulo as análises feitas sobre as secas de 1958 e 1970 trouxeram questões interessantes para compreender as manifestações sociais, políticas e econômicas. Como dissemos, as mais variadas disparidades históricas foram analisadas conforme a época estudada, tendo em vista o contexto do momento, o desenvolvimentismo pensado a partir de JK e as políticas e medidas econômicas trazidas e executadas quando do Regime Militar.

Um caminho possível e interessante seria recuar no recorte temporal e tentar estabelecer um estudo tendo como ponto de partida a seca de 1877 até a primeira metade do Século XX, restringindo ao Cariri a análise histórica. Temos importantes reflexões sobre o tema centralizado nas regiões do Alto e Baixo Jaguaribe e também sobre a Capital do Ceará e região metropolitana. Todavia, um estudo pensado sobre o Cariri e suas particularidades, variações econômicas, históricas e políticas, seria instigante e interessante.

6 - REFERÊNCIAS

6.1 - FONTES

- JORNAIS

- ✚ *A Ação, Crato, Ceará. Edições de 1967 a 1972. Digitalizado. Arquivo Pessoal do autor.*
- ✚ *A Semana, Fortaleza, Ceará. Edições de 1859. Digitalizado. Arquivo pessoal do autor.*
- ✚ *O Araripe, Crato, Ceará. Edições de 1855 a 1864. Digitalizado. Arquivo pessoal do autor.*
- ✚ *O Debate, Sobral, Ceará. Edições de 1931 a 1932. Digitalizado. Arquivo Pessoal do autor.*
- ✚ *O Diário de Pernambuco, Recife, Pernambuco. Edições de 1958. Fonte consultada.*
- ✚ *O Ideal (1958) (Disponível para consulta no ICC)*
- ✚ *Tribuna do Povo, Fortaleza, Ceará. Edição de 1877. Digitalizado. Arquivo Pessoal do autor.*

- REVISTAS E OBRAS LITERÁRIAS E CIENTÍFICAS

- ✚ *Revista Itaytera, Crato, Ceará. Disponível do Nº 1 ano 1955 ao Nº 41. Ano 1997. Disponível para consulta no Instituto Cultural do Cariri.*
- ✚ *FIGUEIREDO FILHO, J. de. História do Cariri. Vol. 3. Crato: Faculdade de Filosofia do Crato, 1966.*
- ✚ *_____. História do Cariri. Vol. 4. Crato: Faculdade de Filosofia do Crato, 1968.*
- ✚ *FIGUEIREDO FILHO, J. & PINHEIRO, Irineu. A cidade do Crato. Ministério da Educação e Cultura, 1953.*
- ✚ *GARDNER, George. Viagem ao interior do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.*

- ✚ PAIVA. Melquíades. *OS NATURALISTAS E O CEARÁ: – II GEORGE GARNER (1812 – 1849). In: Revista do Instituto do Ceará. Edição de 1993.*
- ✚ Província dos Cariris-novos: Representação da Assembléia Legislativa Provincial do Ceará ao Senado e Câmara dos Deputados. *Revista do Instituto do Ceará.* Tomo IV. Fortaleza: 1892.

- ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL – FARIAS BRITO – CEARÁ

- ✚ Balancetes de gastos e orçamentos do Município
- ✚ Contratos de obras de emergência, empresas de construções, folhas de pagamentos, etc.
- ✚ Guia de arrecadação de impostos dos distritos e sedes
- ✚ Documentos orçamentários e recibos de compra e venda de produtos para o município

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO (Digitalizado – Arquivo Pessoal)

- ✚ Livro nº C-2 (1914 a 1924)
- ✚ Livro nº C-L (Fevereiro de 1939 a Agosto de 1941)
- ✚ Livro nº 11 (1957 a 1959)
- ✚ Livro nº 14 (1969 a 1990)

SINDICADO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DO MUNICIPIO DE FARIAS BRITO 1969 a 1980 (Digitalizado – Arquivo Pessoal)

- ✚ Cartas de reconhecimento e fundação em 1969
- ✚ Livro de registro pessoal e movimentações orçamentárias
- ✚ Livros dos associados 1969 e 1970 (nome, estado civil, profissão, quantidade de terras de cada associado, profissão, residência, grau de escolaridade, faixa etária, etc.)
- ✚ Livros de Atas de Reunião da diretoria e Associados (principais assuntos discutidos)

SÉRIE ESTUDOS SOBRE AS SECAS NO NORDESTE (BANCO DO NORDESTE E FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO)

- ✚ O Estado da Arte das Tecnologias para a Convivência com as Secas no Nordeste
- ✚ A Seca de 1958: Uma avaliação pelo ETENE
- ✚ Caráter e Efeitos da Seca Nordestina de 1970
- ✚ A Seca de 1979-1970: Uma Avaliação pela Fundação Joaquim Nabuco

FONTES ORAIS

Antonia Lopes de Menezes, 71 anos. Entrevista gravada em 07/03/2012.

Otacílio Pereira Lima, 82 anos. Entrevista gravada em 09/05/2012.

Helena Dalgisa Fernandes, 64 anos. Entrevista gravada em 04/03/2012.

José de Loura, 85 anos. Entrevista gravada em 20/02/2012.

Crizeli Fernandes, 74 anos. Entrevista gravada em 04/03/2012.

Maria de Lourdes, 84 anos. Entrevista gravada em 26/02/2012.

Rosa Bezerra de Sousa, 87 anos. Entrevista gravada em 25/02/2012.

João Ferreira de Sousa, 75 anos. Entrevista gravada em 30/04/2012

Antonio Delfino, 75 anos. Entrevista gravada em 10/05/2012.

Maria Emilia Silva, 71 anos. Entrevista realizada em 20/11/2011.

Pedro Tenório, 88 anos. Entrevista gravada em 25/02/2012.

Alcide Mandu de Oliveira, 85 anos. Entrevista gravada em 10/06/2013

6.2 - BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez. 2006.

_____. **Falas de Astúcia e de angustia: a seca no imaginário nordestino – de problema a solução**. Dissertação de Mestrado em Historia apresentado à UNICAMP. Campinas: 1988.

ALBUQUERQUE, Ronald de Figueiredo. **A estrutura fundiária do Cariri de 1750 a 1822**. In: LIMA, Marinalva Vilar de & MARQUES, Roberto. *Estudos Regionais: limites e possibilidades*. Crato: NERE/CERES Editora, 2004.

ALEXANRE, Jucieldo Ferreira. **Quando o “Anjo do Extermínio” se aproxima de nós: representações sobre o cólera no semanário cratense O Araripe (1855 – 1864)**. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa: 2010.

BARROS, José D’Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis, Vozes, 2004.

BENJAMIN, Walter. **O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov**. In: **Obras Escolhidas**. Vol. 1. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Tradução de Sergio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (org’s). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Editora Campus / Elsevier, 1997.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.

_____. **A escrita da História**. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil / Lisboa: Difel, 1990.

CORTEZ, Ana Isabel. **Memórias Descarrilhadas: o trem na cidade do Crato**. Dissertação de Mestrado em História Social apresentada à Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: 2008.

CORTEZ, Antonia Otonite de Oliveira. **A construção da “cidade da cultura”**: Crato (1889-1960). 2000. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro.

- DANTAS, Audálio. **A MÍDIA E O GOLPE MILITAR**. In: Revista de Estudos Avançados: vol.28 no.80 São Paulo Jan./Apr. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142014000100007&script=sci_arttext>, acesso em 03/08/2015.
- DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada**. Tradução. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- FARIAS FILHO, Waldemar Arraes de. **Crato: evolução urbana e arquitetura (1740-1960)**. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2007.
- FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. **Usos e Abusos da História Oral**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- NEVES, Frederico de Castro. **A Multidão e a História: saques e outras ações de massas no ceará**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização e Tradução: Roberto Machado. 21ª Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2005.
- FREITAS, Sônia Maria de. **História oral: possibilidades e procedimentos**. 2 Ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.
- FENTRESS, James e WICKHAM, Chris. **Memória Social**. Lisboa: Editora Teorema, 1992.
- FILHO, J. de Figueiredo. **História do Cariri**. Vol. 3. Crato: Faculdade de Filosofia do Crato, 1966.
- GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução: Bernardo Leitão et al. 5ª. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.
- NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2014
- NAZARENO, Gisafran. **A Oralidade dos Velhos na Polifonia Urbana**. Fortaleza: Premium Editora, 2011.
- NEVES, Frederico de Castro. **A Multidão e a História: saques e outras ações de massas no Ceará**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.
- OLIVEIRA, João César & ABREU, Roberto Cruz. RESGATANDO A HISTÓRIA DE UMA CIDADE MÉDIA: Crato capital da cultura. **REVISTA HISTORIAR**. Ano II. Nº 1. 2010.

- OLIVEIRA, Antonio José. Engenheiros de Rapadura no Cariri: trabalho e cotidiano – 1790-1850. In: **V Encontro Nordestino de História**. Recife: UFPE. Disponível em: < <http://pe.anpuh.org/resources/pe/anais/encontro5>>, ultimo acesso em 27/06/2016.
- PAIVA, Melquíades. **OS NATURALISTAS E O CEARÁ: – II GEORGE GARNIER** (1812 – 1849). In: Revista do Instituto do Ceará. Edição de 1993.
- PINHEIRO, Irineu. **O Cariri, seu descobrimento, povoamento e costumes**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2009, edição fac-similar.
- PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.
- PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de História Oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.
- _____. O que Faz a História Oral Diferente. **Projeto História**, v.1, nº 14, p.25-39. São Paulo, 1997.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Editora autêntica, 2004.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. RELATOS ORAIS: DO “INDIZÍVEL” AO “DIZÍVEL” In: VON SIMSON, Olga de Moraes (Org.). **EXPERIMENTOS COM HISTÓRIAS DE VIDA: ITÁLIA - BRASIL**. São Paulo: Vértice, 1998.
- RAMOS, Manuela Fonseca. **NA LEVADA DO PANDEIRO: a música de Jackson do Pandeiro entre 1953 e 1967**. Dissertação de Mestrado apresentada À Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2012.
- REIS, Darlan de Oliveira. Natureza e Trabalho no Cariri Cearense. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, Julho de 2011.
- SANTOS, Dennis. ESTADO DE EMERGÊNCIA, MISÉRIA E SECA NO CEARÁ (1970 – 1987). Disponível em: < <http://sinnedos-sociologia.blogspot.com.br>>, acesso em: 03/08/2015.
- SILVA, Jane Semeão. Revista “Itaytera”, Natureza e Cariri Cearense: a (re) Invenção de uma Identidade (1955-1980). In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, Julho 2011.
- SOUSA, B. H. SEM CHUVA, SEM GOVERNO E SEM COMIDA: memórias sobre a seca de 1970 em Farias Brito – Ce. In: I Seminário Nacional de História e contemporaneidades. Anais eletrônicos: <http://historiaecontemporaneidades.files.wordpress.com/2013/04/caderno-de-resumos-i-snhc.pdf>, acesso em 10/09/2014.
- TÉOFILO, Rodolfo. **A Fome / Violação**. (Organização de Otacílio Colares) Vol. II Livraria José Olympio Editora. Rio de Janeiro, 1979.

THOMPSON, E. P. “A Economia Moral da Multidão Inglesa do Século XVIII. In: **Costumes em Comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. SP: CIA das Letras, 1998.